

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

GUSTAVO PESSALI MARQUES

MEGAFONIZAR AS LUTAS:
A EXPERIÊNCIA DE RADICALIDADE DEMOCRÁTICA DAS MUITAS E DA
GABINETONA EM BELO HORIZONTE

BELO HORIZONTE

2019

GUSTAVO PESSALI MARQUES

MEGAFONIZAR AS LUTAS:
A EXPERIÊNCIA DE RADICALIDADE DEMOCRÁTICA DAS MUITAS E DA
GABINETONA EM BELO HORIZONTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Direito.

Linha de Pesquisa: História, Poder e Liberdade.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Fernanda Salcedo Repolês.

BELO HORIZONTE

2019

GUSTAVO PESSALI MARQUES

MEGAFONIZAR AS LUTAS:
A EXPERIÊNCIA DE RADICALIDADE DEMOCRÁTICA DAS MUITAS E DA
GABINETONA EM BELO HORIZONTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Direito.

Linha de Pesquisa: História, Poder e Liberdade.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Fernanda Salcedo Repolês.

Profa. Dra Maria Fernanda Salcedo Repolês (ORIENTADORA - FDUFG)

Prof. Dr. Marcelo Maciel Ramos (FDUFG)

Prof. Dr. Luiz Quadros de Magalhães

Prof. Dr. Marcelo Cattoni de Oliveira (suplente)

Marques, Gustavo Pessali

M357m

Megafonizar as lutas: a experiência de radicalidade democrática das muitas e da gabinetona em Belo Horizonte / Gustavo Pessali Marques. — 2019.

Orientadora: Maria Fernanda Salcedo Repolês.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Direito.

1. Direito – Teses 2. Democracia – Teses 3. Mandato (Direito)
4. Participação política – Teses 5. Pesquisa jurídica I. Título

CDU(1976)

342.34

DEDICATÓRIA

Naquele fatídico dia eu estava em Salvador, na Bahia, terra mais preta que já se viu fora do ventre da mãe África. Lá estava porque algo de dentro me disse que tinha que ir praquela Fórum Social Mundial, espaço de encontros férteis, trocas únicas e experiências profundas da diversidade e da decolonialidade. Lembro-me que sentamos no bar eu e um amigo, baiano, depois de um dia longo - ele com aquele sotaque e sorriso irresistíveis que me animavam apesar do cansaço. De relance, olho para o telefone e vejo pela tela uma comoção. Marielle estava morta. Morta-matada. Executada. Nossa Marielle. A que ocupa política com a gente. Estava em BH outro dia mesmo. Nosso mesmo sangue. Nossa mesma luta. Comecei a chorar e, lembrando, ainda hoje choro.

Às muitas Marias, Marielles, Carolinas, Brunas, Cláudias, Rosalinas, Jéssicas, Terezas, Serafinas, Lauras, Dalvas, Clementinas.

Ninguém vai chorar em vão.

Ao povo de luta desse mundo que, apesar de tudo, sorri.

Dedico este trabalho à minha mãe, amor maior, Soraya Pessali. Ao meu pai, meu grande exemplo, estímulo e força, Robson Marques. À minha irmã, imagem e semelhança, admiração e afeto, Bárbara Pessali.

À minha ancestralidade, que me guia, guarda e protege.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa mexeu um algo-coisa aqui dentro da “caixola”. Dá pra dizer que mexeu no peito também, porque concebida no encantamento, amadurecida no afeto e parida na generosidade. Sabe-se lá. Pesquisar se mostrou para mim um importante processo de reconexão comigo mesmo, com as coletividades, com o pensar cotidiano da experiência vivida. Foi respiro quando o peito doía e a garganta apertava. Não me arrependo de nada. Me orgulho de muita coisa. Meus processos se deram de forma tranquila, tanto quanto possível. A consciência dos meus próprios limites e o compromisso para com minha saúde física, mental e espiritual direcionaram o resultado que aqui está. Posso dizer que fiz pesquisa com corpo e alma e, nesse tempo todo, não deixei de viver, amar, cozinhar, beber e festejar - se assim não fosse, não teria valido a pena. Valeu a pena.

Agradeço primeiramente à minha mãe, que é amor puro, desses que movem o mundo e as revoluções. Ao meu pai, agradeço por ler comigo, do meu lado, desde pequenino, no mesmo sofá que hoje guarnece minha sala - com você aprendi o prazer da busca incessante pelo saber e pelo amadurecimento. À minha irmã, a gratidão do exemplo de perseverança e garra.

Agradeço à minha orientadora, Maria Fernanda, por me mostrar que é possível ser extraordinária e de humana simplicidade ao mesmo tempo. Por evidenciar, na sutileza de pequenos gestos, o cuidado e a profundidade necessários para estimular sem iludir, para cobrar sem oprimir, para engrandecer sem devanear. Agradeço também pelo tensionamento da fronteira que dá abertura para uma amizade, para além do que há em uma relação de orientação. Aprendizado para a vida. Admiração verdadeira.

Ao grupo de pesquisa “Espaço, Tempo e Sentidos de Constituição”, agradeço pelo compartilhamento de saberes, mas, principalmente, de afetos. Somos uma nascente em pleno deserto e nosso compromisso é com o cuidado, colaboração e não competição - amparo ao invés de agressão.

Às minhas sócias de vida, Mariane e Júlia, o agradecimento pelo aprendizado cotidiano, pelo exemplo de comprometimento, coerência, ética, trabalho duro e amizade.

Às companheiras e companheiros da Gabinetona e das Muitas, o meu mais profundo respeito e admiração. Minha gratidão eterna pelo aprendizado cotidiano com vivências diversas e engajamentos múltiplos, sempre numa perspectiva generosa e comprometida com as lutas sociais.

Aos amigos e amigas de longa data, do colégio, do teatro, da faculdade, da vida gay nessa Bellôt, meu *gracias a la vida*. Aos amigos e às amigas lindas que fiz nesse caminho, o amor dos novos encontros em diferentes fases da vida: Marcelo, Pedro, Giovanna, Lívia, Simone e tantas outras flores que colhi, minha gratidão - quanta luz me trouxeram nesse processo.

Ao Marcelo, pelo amor e carinho durante parte dessa caminhada.

Ao universo, minha reverência eterna.

Que seja bom. Que seja bom. Que seja bom.

Três vezes para dar sorte.

RESUMO

A presente dissertação se propõe a sistematizar a experiência em torno da conformação das “Muitas pela Cidade que Queremos”, movimentação originária da cidade de Belo Horizonte/MG - Brasil, e da Gabinetona - mandato aberto, coletivo e popular das vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella em coreografia com Bella Gonçalves - desde o início da movimentação até os primeiros dois anos da legislatura que vai de 2017-2020. Ademais, busca analisar o conceito de radicalidade democrática contrapondo a teoria elaborada por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau em seu livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* com a experiência de radicalidade democrática elaborada e vivenciada pela movimentação, promovendo críticas e abordando elementos de complementariedade entre ambas experiências e estruturas de pensamento. A dissertação promove, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre “Espaço, Tempo e Sentidos de Constituição”, articulando uma crítica à Ciência do Direito tradicional e buscando, a partir de elementos trazidos à tona pela pesquisa no território, refletir sobre importantes mudanças na forma como são pensados, significados, disputados e efetivados os direitos, denunciando algumas das armadilhas da modernidade-colonialidade e propondo os giros decolonial, feminista, espacial e antirracista do direito como alternativas possíveis para se pensar formas de atuação radicalmente democráticas que não se proponham a partir da lógica da hegemonia.

Palavras-chave: radicalidade democrática, hegemonia, confluência máxima, performatividade na política, busca por horizontalidade.

ABSTRACT

The dissertation proposes the systematization of the experience around the birth and conformation of the “Muitas pela Cidade que Queremos”, “movementation” that took place in the city of Belo Horizonte/MG - Brazil, and Gabinete’s open, collective and popular parliamentary mandate of the congresswomen Áurea Carolina and Cida Falabella in co-mandate with Bella Gonçalves - since the beginning of the “movementation” till the end of 2018, the midst of the legislature. Furthermore, it tries to analyze the concept of radical democracy comparing the theories developed by Chantal Mouffe and Ernesto Laclau in their book *Hegemony and Socialist Strategy* to the experience of radical democracy elaborated and lived by the members of the “movementation”, promoting critics and approaching complementary elements between both thought structures. The dissertation promotes, at the same time, a reflection about “Space, Time and Senses of Constitution”, articulating a critique of the traditional “Science of Law” and seeking, by the elements brought by the research inside of the territory, to make considerations about important changes on the way we think, give meaning, dispute, tension and guarantee effectivity to human rights, denouncing some of the traps of the modern-colonial paradigm and proposing the decolonial spin, the feminist spin, the spatial spin and the anti- racist spin as possible alternatives to think radically democratic political action that do not try to impose themselves as hegemonic.

Keywords: radical democracy, maximum confluency, political performativity, search for horizontality.

RESUMEN

La presente disertación se propone a sistematizar la experiencia alrededor de la conformación de las “Muitas pela Cidade que Queremos”, “movimientación” originaria de la ciudad de Belo Horizonte/MG - Brasil, y de la Gabinetona - mandato abierto, colectivo y popular de las parlamentares Áurea Carolina y Cida Falabella en co-mandato con Bella Gonçalves - desde el comienzo de la “movimientación” hasta los primeros dos años de la legislatura, que vá de 2017-2020. Además, busca analizar el concepto de Radicalidad Democrática contraponiendo la teoría elaborada por Chantal Mouffe y Ernesto Laclau en su libro *Hegemonía y Estrategia Socialista* con la experiencia de radicalidad democrática elaborada y vivida por la “movimientación”, promoviendo críticas y trabajando elementos de complementariedad entre las dos experiencias y estructuras de pensamiento. La disertación promueve, al mismo tiempo, una reflexión sobre “Espacio, Tiempo y Sentidos de Constitución”, articulando una crítica a la Ciencia del Derecho tradicional y buscando, a partir de los elementos traídos por la investigación en el territorio, reflexionar sobre importantes cambios en la manera como son pensados, significados, disputados y efectivados los derechos, denunciando algunas de las trampas de la modernidad-colonialidad y proponiendo los giros decolonial, feminista, espacial y antirracista del derecho como alternativas posibles para se pensar maneras de actuación que sean radicalmente democráticas y que no se propongas a partir de la lógica de la hegemonía.

Palabras-clave: democracia radical, confluencia máxima, performatividad en la política, búsqueda por horizontalidad.

RESUMÉ

La dissertation veut systématiser l'expérience autour de la conformation des “Muitas pela Cidade que Queremos”, mouvement originelle de la ville de Belo Horizonte/MG, Brasil, et celle de la “Gabinetona” - mandat ouvert, collectif et populaire des parlementaires Áurea Carolina e Cida Falabella en co-mandat avec Bella Gonçalves - dès le début de la movimentation jusqu'aux premiers deux ans de la législature, qui va de 2017-2020. En plus, se propose à analyser le concept de démocratie radical par la comparaison de la théorie élaborée par Chantal Mouffe et Ernesto Laclau dans son livre “Hégémonie et Stratégie Socialiste” aux expériences et théories élaborées et vécues par les membres de la mouvementation. Dan ce travail, on se propose aussie à proposer des critiques et chercher des éléments complémentaires entre les deux expériences et structures de pensées. La dissertation fait, par fin, une réflexion sur “Espace, Temps et Sensés de Constitution” en articulant une critique à la Science du Droit traditionnelle et en cherchant, par rapport aux élément apportées par la recherche dans le territoire, réfléchir sur les importants changements dans la manière dont on pense, signifie, dispute et effective les droits, énonçant aussi ce qu'on appelle les sièges de la modernité-colonialité et en annonçant les tournes décolonial, féministe, espaciel et antiraciste du droit comme des alternatives possibles pour se penser des différents manières d'agir radicalement démocratiques qui ne se proposent pas par rapport à la notion d'hégémonie.

Mots-clés: démocratie radicale, confluence maxime, performativité dans la politique, recherche pour horizontalité.

“Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas - e só essas poucas veredas, veredazinhas. O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção”.

Grande Sertão Veredas - João Guimarães Rosa

LISTA DE ABREVIATURAS

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSB - Partido Socialista Brasileiro

CMBH - Câmara Municipal de Belo Horizonte

NADA - Núcleo de Assessoria Direta e Articulação

PL - Projeto de Lei

MBL - Movimento Brasil Livre

LGBTIQ+ - Lesbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros, Intersexuais, Queers, etc.

IEAT - UFMG - Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da Universidade Federal de Minas Gerais

UP - Unidade Popular

MLB - Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas

PLs - Projetos de Lei

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

NOVO - Partido NOVO

REDE – Rede Sustentabilidade

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

LabPop - Laboratórios Populares de Lei

LISTA DE DOCUMENTOS

Documento 1. Ata Reunião dia 28 de Março de 2015 - Uma tarde de sábado

<https://drive.google.com/open?id=1-prQPSVDFMqIV5XnTYDB532zETpb3fG-lqKGoMdgBz0>

Documento 2. Manifesto das Muitas

<https://drive.google.com/open?id=1yAVPAiMH8FNS8qd8hXtVvcuBJUtobGCY>

Documento 3. Vídeo Candidatas/os pedindo votos um(a) para o/a outro(a):

<https://drive.google.com/open?id=1I3lha8ZEF5OTQE6PtheEMoeHvINFmd6e>

Documento 4. Mapeamento de forças - voluntariado:

https://docs.google.com/forms/d/1oiq96taysuTA0KmX3pvjMh-TkpOfHMiTIFHf7j7W-X4/viewform?c=0&w=1&usp=mail_form_link

Documento 5. Apresentação e reflexão acolhimento.

https://drive.google.com/file/d/1eHLMncPYtKGZbRF-wVGvNbBCcNeB_I8P/view?usp=sharing

Documento 6. Flyer Grupo de Estudos sobre horizontalidade

https://drive.google.com/open?id=1dyaffG5zw9w4lvvyDGsEnEDpvzb_qtNx

Documento 7. Organograma - Muitxs

https://drive.google.com/open?id=14MA243aTAY_QbHZAJxQr-f9520VXf8aN

Documento 8. Apresentação Power Point Somos Muitas - Cidade que Queremos

<https://drive.google.com/open?id=1T2XXJMQZ7aegcJ7RBMeezevFA8ec1fdw>

Documento 9 - Vídeo Praia da Estação

https://drive.google.com/open?id=1T-5lA24ycAhhjBSbA0Gg3qS_xE5Jw2Xt

Documento 10 - Vídeo Fora Lacerda

<https://drive.google.com/open?id=10fyZ42oAlEyKxK8cVwhDPJ1OORudFPCi>

Documento 11 - Vídeo 2 Fora Lacerda

<https://drive.google.com/open?id=1s3VrCDgTlfBQFe8R3CKjAjOhaX5U-U3O>

Documento 12 - Vídeo Carnaval na Ocupação Urbana Dandara

<https://drive.google.com/open?id=1kFK266fhZXrG9DJifYykuO0PLNLSHGzx>

Documento 13 - Vídeo Carnaval de BH

<https://drive.google.com/open?id=1r-BWmWeXrhe6EMAFUxbVsmfyQXePuGKm>

Documento 14 - Vídeo Espaço Comum Luiz Estrela

https://drive.google.com/open?id=1ch26h-IVPSCiFfCapbbLkk_SGYj5SEj4

Documento 15 - Vídeo Apresentação Muitas pela Cidade que Queremos

<https://drive.google.com/open?id=1Da9EU2sgrDj5IEXPfb5vIfaQjZ0788Mm>

Documento 16 - A história por trás das Muitas pela Cidade que Queremos
https://drive.google.com/open?id=1GuE1CrSUQpjY_ZEg7ulUVFLq1hTw5_b5

Documento 17 - Apresentação Muitas
<https://drive.google.com/open?id=1jjpju1lOoO-e0080rKevV4d211gZAJpf>

Documento 18 - Apresentação Núcleo de Gestão
<https://drive.google.com/open?id=11tGMxFDq-tPQOw-81VockEV-nU3p9AZe>

Documento 19 - Gabinetona - Material Institucional de Divulgação
https://drive.google.com/open?id=1m3kgYw0_Hk3nfplBr1tH8PNmTNam7nSu

Documento 20 - Explicação sobre Mandato Aberto e Popular - Barcelona
https://drive.google.com/open?id=1HCo0u_OBTo963WU56RIrZ99mwryUU3Ns

Documento 21 - Muitas - Ocupar as Eleições com Cidadania e Ousadia - Carta
https://drive.google.com/open?id=1wRET-_bC13ahYJzMMkGslyEmEPbF3Hpo

Documento 22 - 10 propostas para a cidade que queremos
<https://olhorua.wordpress.com/2015/12/17/10-propostas-para-a-cidade-que-queremos/>

Documento 23 - Transcrição Entrevistas Semi-estruturadas
<https://drive.google.com/open?id=1EnaxXVkcRqs34EQcWv7Z1W92qMxmEKGh>

Documento 24 - Transcrição Grupo Focal
https://drive.google.com/open?id=1G3-hv-WtsGmaTW5r4SP_nkNrctL2qyhJ

Documento 25 - Jingles de Campanha - Candidatas Muitas
<https://soundcloud.com/somosmuitas>

LISTA DE E-MAILS

E-mail 1. Preocupação com metodologias e processos para transformar a cidade:
<https://drive.google.com/open?id=18XA5m4NR5Ql1H-bnT5sT7G8ErOwjqc8u>

E-mail 2. Convocatória 3ª reunião – “Por uma Cidade que Queremos” - 12/05/2015 - Roberto Andrés:
<https://drive.google.com/open?id=1zSCCNfoCdvZBaaWwuBwhtohz0ONNK7RK>

E-mail 3. Adoção do Loomio como plataforma de debates - 18/05/2015 - Roberto Andrés
https://drive.google.com/open?id=1oQPEOVgQuFMYkqqonQmNF-hggv1AG_2j

E-mail 4. Grupo de Estudos e referências bibliográficas preliminares - 17/09/2015 - Gabriel Vaz de Melo
https://drive.google.com/open?id=1NBZJbT576Moyek_mQX6sT0IBaBGtaH-T

E-mail 5. E-mail Áurea - Representatividade Importa - 10/03/2016 - Áurea Carolina
<https://drive.google.com/open?id=1EHJZiFWFx-jzsIONILLT4rMXh6H-LLsE>

E-mail 6. E-mail - Decolonialidade - 24/04/2016 - Fábio Borges da Silva
<https://drive.google.com/open?id=10rKO9VkU2A1fsXwMrau84QtPipdeGUNM>

E-mail 7. Dú Pente traz para a discussão a necessidade de periferização da movimentação - 03/05/2016 - Dú Pente
https://drive.google.com/open?id=15g8mTb4Imm_FE8Rg0OSrDQyx50wxc_0K

E-mail 8. Diálogos sobre horizontalidade - 19/12/2016 - Camila Viana
https://drive.google.com/open?id=1EYJGfysMoDddl5VWSzy48Lf_2eDXbaOy

E-mail 9. Construção coletiva do Manifesto das Muitas - 07/10/2015 - Roberto Andrés
<https://drive.google.com/open?id=1YMOF2OjNPHby0FPSqMdyYnGZLqJEpKGM>

E-mail 10. Piquenique de lançamento da Manifesta - 02/12/2015 - Gustavo Bones
<https://drive.google.com/open?id=1SLMfAxVjxbtqWWT2ElxFK2kSsAvpoceg>

E-mail 11. Chamado para construção coletiva junto ao PSOL - 28/01/2016 - Gustavo Bones
<https://drive.google.com/open?id=1uazT4ZjW8eO5zqnTZ6dwNEzXmS1tkCLS>

E-mail 12. Desabafo das dificuldades junto ao sistema partidário - 01/05/2016 - Cida Falabella
<https://drive.google.com/open?id=1C0ogOELnKjADg5MsEAWnJ-alEwsBQUPZ>

E-mail 13 - Convocatória Candidaturas que queremos - 19/02/2016 - Gustavo Bones
<https://drive.google.com/open?id=1PqCaI01eFp-3wBAw7Xcz3UCiL403yt3E>

E-mail 14 - Lista de nomes para possíveis pré-candidaturas - 28/02/2016 - Rafael Barros
<https://drive.google.com/open?id=10Z7FHWMHRONoPWdJOM7pKI1It138W9eL>

E-mail 15 - Repasse reunião de articulação da Frente de Esquerda BH Socialista - 02/03/2016 - Dário de Moura

https://drive.google.com/open?id=1wFGpcC_pAuuAVEM2nSar9cNT0yioielh

E-mail 16 - Piquenique das filiação - 26/03/2016 - Gustavo Bones

<https://drive.google.com/open?id=1yCMve5oaJ-Vb-gO0oef9k0JGINJudzfE>

E-mail 17 - O poder da festa - 06/04/2016 - Philippe Albuquerque

https://drive.google.com/open?id=1F1mn2P_xilq4Liw-7D9VBdgrF1MSguAD

E-mail 18 - Resolução de realização de prévias no PSOL - 28/05/2016 - Joyce Garófalo

<https://drive.google.com/open?id=1E50jqZWWKGs0iccvV62fpPRZfjTGdTny>

E-mail 19 - Lançamento da plataforma de propostas: <http://www.muitxs.org/programa/> (não se encontra mais no ar, tendo sido substituída pela página no facebook - 11/05/2016 - Roberto Andrés

<https://drive.google.com/open?id=10atSWiHVsnLqSNc4N9ZQ4qSc44IPBAaX>

E-mail 20 - Mapeamento de voluntariado - 16/05/2016 - Rita Boechat

<https://drive.google.com/open?id=1hMoJixOyq7O02Xl81mdb4Sat0kDgEhJI>

E-mail 21 - A vitória e o caminhar - primeiros ensaios sobre a Gabinetona - 05/10/2016 - Rafael Barros

<https://drive.google.com/open?id=1zC4ZZdeLdSsCI387-sSxlXf7qaaRD630>

E-mail 22 - Um domingo no parque - lançamento da candidatura coletiva - 25/08/2016 - Roberto Andrés

<https://drive.google.com/open?id=13dP97RX7QqwgPZyxU09t3OEc1pFeAl0O>

E-mail 23 - Brindemos: texto em comemoração à vitória eleitoral - Cascão - 03/10/2016

<https://drive.google.com/open?id=1giGxnmYy8KcMBROkzqRc4Ljr9CVJbWI>

E-mail 24 - 30 dias para a posse: chamada de atenção para transparência - Andreia Costa - 03/12/2016

https://drive.google.com/open?id=1MYAjHVLGXa3h8qM_xK2Y19YeS3sillDq

E-mail 25 - Diálogos sobre horizontalidade - 19/12/2016 - Camila Viana

<https://drive.google.com/open?id=1fxinJQhRvGxfqkQCcymx9kX5akMx7ItL>

E-mail 26 - Muitas chama Gabinetona Recebe - Chá de Casa Nova - 06/03/2017 - Camila Viana

https://drive.google.com/open?id=1Msy5mopvWChQXjnE8wo_Ci500vys-JhD

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Uma tarde de sábado.....	p.66
Figura 2. Como é a cidade que queremos?.....	p.67
Figura 3. Muit*s pela cidade que queremos.....	p.72
Figura 4. Infográfico - 10 propostas para a cidade que queremos.....	p.96
Figura 5. Reunião de articulação da Frente de Esquerda BH Socialista.....	p.102
Figura 6. Candidaturas que queremos.....	p.103
Figura 7. Candidatura coletiva	p.105
Figura 8. Plataforma de propostas Muitxs.org/programa.....	p.106
Figuras 10, 11 e 12 - Sanfoninha - Campanha coletiva.....	p.108
Figura 13 - Vitória Eleitoral.....	p.111
Figura 14 - Mandato que queremos.....	p.113
Figura 15 - Cortejo de posse.....	p.115
Figura 16 - Chá de casa nova.....	p.116
Figura 17 - Chamamento Público.....	p.117
Figura 18 - Compromissos firmados em cartório.....	p.118
Figura 19 - Composição da Gabinetona.....	p.119
Figura 20 – Estruturação da Gabinetona.....	p.120
Figura 21 - Gabinetona e Mandato Aberto.....	p.123
Figura 22 - Articulação por eixos.....	p.124
Figura 23 - Mapa de Lutas.....	p.125
Figura 24 - Mandado aberto e vereança.....	p.126
Figura 25 - LAB POPs - Laboratórios Populares de Lei.....	p.127
Figura 26 - GFORTES - Grupos Fortalecedores.....	p.128

Figura 27 - Zonas Megafônicas e Zonas de Confluência.....	p.129
Figura 28 - Zona de confluência Teatro do Oprimido.....	p.130
Figura 29 - Choque Institucional.....	p.135
Figura 30 - Gráfico Escolaridade – Muitas.....	p.156
Figura 31 - Gráfico Autoidentificação racial – Muitas.....	p.157
Figura 32 - Gráfico Identidade de Gênero – Muitas.....	p.157
Figura 33 - Gráfico Orientação Sexual – Muitas.....	p.158
Figura 34 - Gráfico Faixa Etária – Muitas.....	p.159
Figura 35 - Gráfico Distribuição Geográfica – Muitas.....	p.160
Figura 36 - Mapa Distribuição Geográfica – Muitas.....	p.161

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: EM BUSCA DE SENTIDOS DE RADICALIDADE DEMOCRÁTICA.....	p.21
1.1. Como, quando, onde, quem e por quê?.....	p.21
1.2. Atendendo a um chamado: repensar a agenda das esquerdas em torno da política no contexto do político.....	p.32
2. UMA TARDE DE SÁBADO: ARTICULANDO O POLÍTICO EM UMA OUTRA POLÍTICA.....	p.51
2.1. Giro Espacial.....	p.51
2.2. Uma tarde de sábado: giro decolonial.....	p.65
2.3. Grupo de Estudos, trocas com outras experiências e sistematização dos acúmulos.....	p.73
2.4. Giro feminista e antirracista.....	p.84
3. OCUPANDO A INSTITUCIONALIDADE: MANDATO ABERTO, COLETIVO E POPULAR.....	p.95
3.1. Vinculação Partidária.....	p.95
3.2. “Votou em uma votou em todas”: representatividade importa.....	p.103
3.3. “Brindemos! ”.....	p.112
3.4. “Gabinetona”	p.116
3.5 Mandato Aberto.....	p.125
4. RADICALIDADE DEMOCRÁTICA NA EXPERIÊNCIA DAS “MUITAS” E DA “GABINETONA”.....	p.132
4.1. “Muitas pela Cidade que Queremos”: esforços de aproximação.....	p.132
4.2. Estratégias de radicalização democrática.....	p.138
4.3. Complexificando: nem tudo são flores.....	p.151
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.166
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.170
7. ANEXOS.....	p.174

1. INTRODUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA: EM BUSCA DE SENTIDOS DE RADICALIDADE DEMOCRÁTICA

1.1. Quando, como, onde, quem e por quê?

A presente dissertação tem como objeto a experiência da “Gabinetona”¹, mandato coletivo, aberto e popular das vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella, em “coverança”² com Bella Gonçalves na cidade de Belo Horizonte/MG - Brasil, no período de 2016 a 2018. Também analisa a trajetória das “Muitas pela Cidade que Queremos”, “movimentação” responsável pelo lançamento dessas candidaturas e elaboração das propostas políticas que culminaram com a eleição das vereadoras pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL para a legislatura de 2017-2020³. O objetivo geral da pesquisa é tentar compreender como um projeto de poder popular, oriundo das ruas e dos movimentos sociais, que ocupa o poder institucional tendo como premissas o protagonismo negro, feminino, periférico e lgbtiq+, contribui para a expansão de práticas políticas radicalmente democráticas. Isso está atrelado ao fato de que aceito o desafio proposto por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em sua análise empreendida no livro *“Hegemonia e Estratégia Socialista”* (1985), de propor, à esquerda, incluir a problematização sobre como fazer uma nova política no contexto do político em sua agenda: uma política radicalmente democrática⁴.

Nesse sentido, parto da análise das experiências, características, estratégias, pensamentos e tecnologias que conferem às “Muitas” e à “Gabinetona” seu autointitulado caráter de radicalidade democrática para buscar elementos que subsidiem a reflexão proposta. Minha hipótese é de que o acúmulo de saberes elaborado pelas “Muitas” e pela “Gabinetona” foi capaz de desvendar algumas das principais armadilhas do pensamento moderno-colonial⁵,

¹ Buscaremos, no capítulo 3, explicar o que é e como se deu a conformação da “Gabinetona” e de suas principais tecnologias.

² Bella Gonçalves foi a terceira candidata mais votada da coligação, motivo pelo qual foi convidada pelas vereadoras eleitas para construir uma experiência de mandato colaborativo que denominaram “coverança”. De acordo com Áurea Carolina, trata-se de um “(...) contraponto à forma hegemônica e masculina de entender a política como competição” (CAROLINA, 2019).

³ Buscaremos, no capítulo 2, evidenciar ao leitor como se deu o processo de articulação das “Muitas” e, por aproximação, tentaremos conceituar o que xs ativistas envolvidos estão chamando de “movimentação”.

⁴ Os conceitos de política e do político, bem como sua elaboração em torno da radicalidade democrática, serão explicados à frente, ainda na introdução.

⁵ Mais adiante evidenciaremos o que estamos compreendendo como armadilhas da modernidade.

o que fez com que a “movimentação” se propusesse a colocar em prática uma lógica diferente de fazer política, rompendo com perspectivas essencializantes, lineares e universalizantes, para dar lugar a práticas pautadas no que denomino neste trabalho de giros espacial, decolonial, antirracista e feminista. Tais elaborações epistêmicas passaram a refletir outras possibilidades de experiências político-jurídicas que se propõem a superar estruturas de uma forma de pensamento moderno-colonial, que se mostra limitante e prejudicial à própria esquerda, passando a ser capaz de dar vazão a demandas de cidadania atreladas à complexidade de sociedades cada vez mais plurais e diversas como a brasileira.

Concomitantemente, a presente investigação busca refletir sobre a forma como compreendemos a realidade e fazemos ciência, principalmente “ciência do direito”, e questionar como melhor conhecer, produzir e construir saberes, poderes, seres emancipados, fortes, plenos de agência, capazes de protagonizar suas histórias, e também de contá-las. Metodologicamente, parto do pressuposto de que não é viável estudar um projeto marcadamente coletivo e popular como as “Muitas” e a “Gabinetona”, em sua tentativa de transformação e ocupação da política institucional, a partir de um esforço solitário. Por esse motivo, as técnicas empregadas aqui prezam pela construção coletiva de saberes.

Adicionalmente, esta dissertação é um processo de análise, de autoanálise, e, ao mesmo tempo em que busca refletir sobre radicalidade democrática, também almeja contribuir para o próprio amadurecimento do conceito e sua efetivação. Nessa linha, parto da perspectiva de que a produção acadêmica tensiona e complementa os saberes populares e tradicionais, cuja validade e legitimidade reconheço e com os quais busco aprender. Optei, desse modo, pela adoção de uma metodologia participativa, que promove sistematizações de maneira consciente e que se adéqua à dimensão do compromisso aqui assumido. Assim, uma questão que deve ser abraçada é o fato de que eu, também, pesquisador, faço parte ativa desse processo enquanto assessor parlamentar nos mandatos, motivo pelo qual minhas impressões e os traços particulares da minha trajetória condicionam e informam o percurso trilhado.

Uma vez que a pesquisa realizada tem caráter participante, optei por utilizar-me das técnicas de observação, coleta e análise de documentos⁶, aplicação de entrevistas dirigidas semiestruturadas, realização de grupo focal com informantes privilegiados e análise do

⁶ A pesquisa foi capaz de ordenar grande número de documentos colhidos diretamente em campo, fontes primárias organizadas em figuras, e-mails e documentos. Os documentos contêm, para além de textos produzidos, vídeos e áudios que auxiliam na compreensão imagética daquilo que a escrita “Muitas” vezes não é capaz de transmitir. Salientamos a importância de sua análise detida pelo leitor. Ver lista de documentos, e-mails e figuras na parte inicial da dissertação.

cotidiano. Em um primeiro momento, realizei entrevistas semiestruturadas com xs candidatxs das “Muitas” ao cargo de vereadorx na cidade de Belo Horizonte na eleição de 2016 e, a partir das conversas iniciais, procurei aquelas pessoas que eram citadas como primordiais para um entendimento mais profundo da questão, em metodologia “bola de neve” (VINUTO, 2014, p. 203). O objetivo foi um levantamento de características qualificadoras das “Muitas”, indicando sua conformação histórica, especificidades e diferenciais em relação a outras experiências de luta e ocupação dos espaços institucionais de poder desde os momentos iniciais do processo de sua construção. Essa primeira etapa teve ainda a função metodológica de servir como uma bússola capaz de indicar os caminhos a serem seguidos na tentativa de extrair dessas experiências seu potencial transformador, bem como mapear seus principais desafios. Tais referenciais são importantes para balizar o aprofundamento teórico e os delineamentos das reflexões realizadas, reflexões estas responsáveis pela sistematização histórica dos processos conformativos da “Gabinetona” e das “Muitas” a partir das vivências individuais e coletivas das pessoas diretamente envolvidas em sua elaboração e pelo levantamento das tecnologias desenvolvidas com o objetivo de promover cotidianamente o aprofundamento da democracia.

Todo esse esforço contribui para a “sistematização de experiências” (JARA, 2006) dessa luta que ocorre na cidade de Belo Horizonte com o objetivo de melhor compreender os sustentáculos teóricos que informam a prática desse grupo organizado para promover lutas sociais, concatenando sequências de acontecimentos e buscando, no potencial criador das ações cotidianas, fundamentações teórico-filosóficas em um processo de retroalimentação. A sistematização, assim, parte de experiências concretas, compreendidas como “processos sociais dinâmicos em permanente mudança e movimento” (JARA, 2006, p. 21). O resultado almejado é a apropriação da experiência vivida, sua compreensão crítica e a difusão das potencialidades e limites dela advindas.

Em meio à construção coletiva do mandato ([documento 20](#)), fui aprovado na chamada pública para preenchimento de vaga no núcleo jurídico da “Gabinetona”. A profunda e imediata imersão à qual me submeti logo em seguida provocou em mim reflexões sobre as formas de se fazer política e sobre a importância de se resgatar cotidianamente o conteúdo do “político”⁷, disputando assim sentidos e narrativas de direitos com vistas à expansão do acesso à cidadania plena e inclusiva para todxs. Para além disso, passei a refletir imensamente sobre as bases epistemológicas sobre as quais se assentam meus processos de compreensão e construção de

⁷ Ainda neste capítulo explico de maneira mais aprofundada o que compreendemos como “política” e como “político”.

saberes, bem como aquelas que fundamentam construções coletivas como as das “Muitas” e da própria “Gabinetona”.

Como homem branco, cisgênero, oriundo da classe média, homossexual e marcado por tantas outras categorias sociais, passei a ponderar sobre meu lugar de fala e de protagonismo em um projeto político marcadamente negro, feminista, periférico e lgbtiq+. A pesquisa veio a mim, portanto, como oportunidade contingente, a partir de um lugar privilegiado de observação desse processo profundamente envolvente e potente, que nos estimula a buscar compreender os ensinamentos e reflexões formulados através da experiência teórico-pragmática e comunicá-los. Em um conceito da própria “movimentação”: é preciso “megafonizar” as lutas⁸ para ecoar e multiplicar essas vozes, garantindo-lhes projeção espetacular, inspiradora e transformadora ([documento 20](#), p. 10).

Evidenciar o contexto em que se deu esta pesquisa, apresentando-me como pesquisador, e recompor o modo como cheguei ao objeto de análise, evidenciando as técnicas empregadas, tem a função de trazer ao texto elementos-chave que permitam ao leitor compreender as variáveis necessárias para promover as ponderações que entenda cabíveis na perspectiva da “localização de saberes” (HARAWAY, 1995), metodologia de produção científica com a qual me comprometi e que está inserida no contexto do giro feminista do direito abordado no primeiro capítulo. Isso é importante para que, durante todo o texto, minha imbricada relação de observador-participante não acabe por enviesar a produção. Muito pelo contrário, ao evidenciar as delicadezas e complexidades do processo de pesquisa da forma como se deu, busco garantir ax leitorx a possibilidade de posicionar-se criticamente em relação às minhas análises, garantindo-lhe o direito da contestação informada e consciente, postura que pretendo manter durante toda a elaboração do relatório de pesquisa.

A pesquisa desenvolveu-se em campo durante vinte e um meses, de maio de 2017 a janeiro de 2019. Durante esse tempo, foram consideradas minhas vivências e experimentações cotidianas enquanto pesquisador-participante inserido em processos que se iniciaram anteriormente e cujo recorte remonta a março de 2015⁹, em uma tarde de sábado, na cidade de Belo Horizonte - Minas Gerais, mas que se estende ao presente e almeja um futuro possível ([documento 1](#)).

⁸ O caráter performativo, artístico, carnavalesco, é um dos principais diferenciais da experiência em análise. A “megafonização” foi um termo cunhado pelos membros da “Gabinetona” para falar de processos intencionais e planejados de projeção de lutas e pautas invisibilizadas de maneira espetacularizada, festiva e, ao mesmo tempo, profunda e reflexiva.

⁹ Março de 2015 foi quando ocorreu a primeira reunião pública convocada pelas “Muitas”.

São agentes desse processo ativistas, educadorxs populares, lutadorxs articuladxs ou não em movimentos sociais, e pessoas que se reuniram com o propósito de promover mudanças por elxs compreendidas como necessárias na realidade político-social de seu entorno. A relevância de se estudar esse processo vem da força e expressividade da influência local, nacional e até mesmo internacional – sempre em permanente intercâmbio – das conquistas dessa “movimentação”, que é hoje referência na busca por uma outra política possível: coletiva, popular e radicalmente democrática.

O campo exigiu elaboração de diário, anotações de reuniões e gravações que subsidiam as análises aqui expostas. As entrevistas semiestruturadas ([documento 23](#)) foram sucedidas pela realização de grupo focal no qual buscou-se aprofundar a compreensão dos conceitos de “confluência máxima”, “busca por horizontalidade”, “performatividade na política” e, mais especificamente, “radicalidade democrática” ([documento 24](#)). Por fim, informações adicionais foram reunidas a partir da catalogação de documentos, como os quase 5 mil e-mails trocados no grupo “uma tarde de sábado”¹⁰ entre 2015 e 2018, bem como textos estudados pelos membros da “movimentação”, materiais produzidos em processos internos de sistematização da “Gabinetona”, dentre outros.

Em relação às entrevistas semiestruturadas, é importante salientar que todxs xs entrevistadxs foram previamente informadxs a respeito do uso das informações obtidas e da divulgação de falas e nomes por meio de termo de consentimento livre e esclarecido (anexo 1), que foi devidamente assinado¹¹.

Complementarmente, foi preenchido formulário pelxs entrevistadxs com o objetivo de coletar dados de cada umx para permitir o aprofundamento de diversos elementos de análise, como diversidade racial, de gênero, de orientação sexual e distribuição geográfica. Foram entrevistadxs dezenove pessoas, mas havendo o descarte de uma entrevista conformou-se um universo de dezoito, dentre as quais treze pessoas foram candidatxs no ano de 2016¹²:

¹⁰ “Uma tarde de sábado” também é o nome de um grupo de e-mails que serviu como ferramenta de comunicação entre os membros da “movimentação” durante os três primeiros anos.

¹¹ No caso de dois entrevistadxs, Bella Gonçalves e José Luiz Quadros de Magalhães, a entrevista teve que ser realizada por meio virtual e por essa razão o termo de compromisso não foi assinado. A explicação sobre as condições da entrevista, porém, foi feita oralmente, e as gravações foram precedidas de autorização verbal. A entrevista de Bella Gonçalves, infelizmente, teve que ser descartada em decorrência de falha na gravação.

¹² Doze pessoas se candidataram ao cargo de vereador e uma foi pré-candidata à prefeitura, José Luiz Quadros de Magalhães.

- Áurea Carolina de Freitas, 35 anos, se autodeclara mulher *cis*, negra, cientista política - é membro do núcleo de articulação das “Muitas”¹³, sendo uma das principais protagonistas da “movimentação” e da “Gabinetona”, uma vez que eleita vereadora com o maior número de votos da história de Belo Horizonte;
- Ávelin Buniaká Kambiawá, 40 anos, se autodeclara mulher *cis*, indígena, sendo professora de sociologia - foi convidada para se candidatar em 2016 como representante da comunidade indígena. Não participa ativamente das “Muitas” e passou a compor os mandatos como assessora parlamentar a partir de 2017;
- Cristal Lopes, 36 anos, se autodeclara mulher *trans*, negra, artista - representante da classe artística e da comunidade *trans*, Cristal não teve participação ativa nas “Muitas” e passou a compor os mandatos como assessora parlamentar a partir de 2017;
- Dário Ricardo Braga de Moura, 53 anos, se autodeclara homem *cis*, branco, filósofo - é membro do núcleo de articulação das “Muitas” e compõe os mandatos como assessor parlamentar desde de 2017. Suas pautas giram em torno da legalização das drogas, com foco na maconha, bem como na luta antimanicomial;
- Ed Marte, 40 anos, se autodeclara homem *cis*, pardo, educador popular, *queer* - não participa ativamente das “Muitas” e compõe os mandatos como assessor parlamentar desde 2017;
- Fernanda Oliveira, 40 anos, se autodeclara mulher *cis*, negra, advogada criminalista, abolicionista penal - não compõe ativamente as “Muitas” e compôs os mandatos como assessora parlamentar de 2017 até outubro de 2018, quando pediu exoneração para candidatar-se ao cargo de deputada estadual, não mais pelas “Muitas”, mas pelo PSOL;
- Ivan Shirlen Santos - Dú Pente, 30 anos, se autodeclara homem *cis*, negro, cientista social e ativista em movimentos da negritude - compõe as “Muitas”, mas não tem participação orgânica nas reuniões. Compõe a “Gabinetona” como assessor parlamentar desde 2017;

¹³ O núcleo de articulação é um espaço restrito a pessoas com maior engajamento político nas “Muitas”. Inicialmente poroso, tornou-se hermético na medida em que o projeto político cresceu e ganhou força e visibilidade.

- Maria Aparecida Vilhena Falabella, 59 anos, se autodeclara mulher *cis*, branca, atriz e diretora de teatro - é membro do núcleo de articulação das “Muitas” e vereadora eleita desde 2017;
- José Luiz Quadros de Magalhães, 56 anos, se autodeclara homem *cis*, pardo, professor universitário - não é membro ativo das “Muitas”, participando pontualmente mediante convocação. Foi pré-candidato à prefeitura na eleição de 2016.

Dentre xs candidatxs de 2016, não foram entrevistadx Polly do Amaral, Marimar e Fred Buriti por questões logísticas, de agenda e proximidade. A partir das indicações dxs entrevistadx elencadx acima, foram entrevistadx em seguida:

- Heloísa Schmidt de Andrade, 67 anos, se autodeclara mulher *cis*, branca, educadora popular - membro do núcleo de articulação das “Muitas”;
- Júlia Moysés, 30 anos, se autodeclara mulher *cis*, branca, jornalista - membro do núcleo de articulação das “Muitas”, coordenadora do núcleo de comunicação dos mandatos;
- Camila Lima Viana, 26 anos, se autodeclara mulher *cis*, branca, administradora pública - compõe as “Muitas”;
- André Barreto Amaral, 37 anos, se autodeclara homem *cis*, branco, administrador - compõe o núcleo de articulação das “Muitas” e coordena o núcleo de gestão dos mandatos;
- Fidélis Oliveira Alcântara, 46 anos, se autodeclara homem *cis*, branco, publicitário - é membro do PSOL, não compondo as “Muitas” ou os mandatos;
- Gustavo Bones, 34 anos, se autodeclara homem *cis*, branco, ator - é membro do núcleo de articulação das “Muitas” e é um dos coordenadores do Mandato Aberto¹⁴ da “Gabinetona”;
- Rafael Barros, 36 anos, se autodeclara homem *cis*, negro, antropólogo - é membro do núcleo de articulação das “Muitas” e é um dos coordenadores do Mandato Aberto da “Gabinetona”;

¹⁴ No capítulo 3 explicaremos o que a “Gabinetona” entende por Mandato Aberto.

- Roberto Andrés, 38 anos, se autodeclara homem *cis*, branco, arquiteto - compõe o núcleo de articulação das “Muitas”;
- Andreia Costa, 47 anos, se autodeclara mulher *cis*, negra, designer - foi membro orgânico das “Muitas” durante os primeiros dois anos até a eleição. Não compõe o núcleo de articulação das “Muitas”.

Durante a elaboração do texto, houve o cuidado de articulação dos conteúdos obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas com os demais documentos e informações coletados em campo para sistematizar uma narrativa que remontasse a trajetória das “Muitas”, desde sua concepção até a eleição das vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella, levando à formação da “Gabinetona”. Quanto à técnica empregada, nossa avaliação é de que as perguntas elaboradas (anexo 2) se prestaram ao objetivo a que se propunham: permitir aos entrevistados falar de maneira livre sobre a experiência vivida, de modo a remontar os fatos e garantir a colheita de reflexões, críticas, percepções, padrões de manifestação oral e assim por diante. O somatório de fontes primárias obtidas por meio das entrevistas, do caderno de campo e dos documentos coletados e analisados, evidenciam pontos de maior e de menor coesão narrativa e factual da “movimentação” e também da “Gabinetona”. Isso possibilitou a sistematização de questões consideradas mais coerentes a partir do conjunto de elementos destrinchados, o que viabilizou a estruturação de uma narrativa – não a única possível – composta por uma diversidade de vozes que, na maioria das vezes, complementam-se, sobredeterminam-se e, menos frequentemente, contradizem-se. Nesses casos, optei por evidenciar as contradições de maneira a ressaltar também as questões que demandam maior amadurecimento e reflexão coletiva.

Quanto ao processo de coleta de dados, a grande maioria das entrevistas se deu em ambiente relativamente calmo e sem intervenções externas. Uma minoria, no entanto, ocorreu de modo mais apressado, entre diversas agendas dos entrevistados, o que pode ter comprometido a qualidade dos dados obtidos. Em apenas dois casos a entrevista não foi realizada presencialmente, tendo sido feita por telefone, sendo que uma delas foi descartada em decorrência da perda dos arquivos (a de Bella Gonçalves, que assumiu a vereança a partir da eleição de Áurea Carolina para o cargo de Deputada Federal), o que considero uma perda significativa. O padrão de repetição das informações prestadas e a baixa quantidade de discrepâncias nas falas, entretanto, garante bastante fidedignidade ao conteúdo obtido, o que pode ser verificado a partir da análise da transcrição integral das entrevistas ([documento 23](#)). Ademais, quanto à escolha dos entrevistados, ao concluir a pesquisa, considero que, naquele

momento específico da “movimentação”, a maioria das pessoas que deveriam ter sido entrevistadxs efetivamente o foram¹⁵. O resultado, portanto, é um relato histórico remontado a partir de múltiplas perspectivas, documentos, textos e percepções.

É importante salientar que as partes da dissertação que se propõem à sistematização da experiência estudada do período imediatamente posterior à eleição das vereadoras, de dezembro de 2016 até janeiro de 2019, marco temporal do fim do alcance do campo desta pesquisa, padecem das mesmas qualidades e complicações metodológicas apontadas em relação às análises do período imediatamente anterior, de articulação das “Muitas” até a eleição, uma vez que os mesmos dados e técnicas foram empregadxs para a obtenção das informações. Esses elementos, no entanto, apresentam um caráter mais sólido no que tange às informações coletadas, uma vez que são complementados por minha vivência cotidiana, já que passei a fazer parte da equipe de assessorxs a partir de maio de 2016. Sendo assim, aqui, somaram-se às entrevistas e documentos, as informações obtidas em caderno de campo e análise do cotidiano. Se isso, por um lado, pode potencializar as questões analisadas, por outro, pode obnubilar determinadas outras tendo em vista o viés subjetivo atrelado ao meu profundo envolvimento pessoal e emocional, bem como ao desgaste daí advindo. Essa questão foi, provavelmente, a mais delicada do ponto de vista metodológico, principalmente no que tange à parte em que apresento reflexões críticas à construção no capítulo três. Espero, no entanto, que o compromisso visceral com a “localização de saberes” e a absoluta transparência na exposição das ponderações, forneça ao leitor elementos suficientes para que ele possa discernir aquelas informações às quais deve conferir maior ou menor peso analítico. Ademais, a sobreposição de documentos e relatos obtidos nas entrevistas com as demais informações apresentadas a partir da vivência do pesquisador garantem fundamento razoável aos juízos.

Gostaria de salientar a importância do formulário aplicado (anexo 1 - p.2) com o objetivo de obter informações dxs entrevistadxs. O resultado obtido evidencia de maneira bastante forte, talvez pela primeira vez durante a pesquisa, a contraposição de elementos mais objetivos atrelados à construção aos mais subjetivos, vinculados à elaboração de narrativas, que foram apresentadas até aquele momento pelxs atores/atrizes envolvidxs. Espero que isso possa provocar no leitor a possibilidade de refletir mais seriamente sobre as aproximações e os afastamentos entre a narrativa e os fatos, possibilitando contraposições argumentativas importantes e que não devem ser negligenciadas.

¹⁵ Após todo esse processo, talvez procedesse à inclusão de três a cinco outras pessoas, mas não considero que as conclusões teriam sido muito diferentes.

Em relação às pessoas que foram entrevistadas e sua representatividade no possível universo de análise, reitero que, a partir de outras informações e vivências também obtidas em campo, considero que o grupo escolhido era representativo do núcleo estratégico das “Muitas” e da “Gabinetona”¹⁶ no recorte temporal demarcado e que, mesmo que outras pessoas tivessem sido entrevistadas, isso não mudaria de maneira relevante os resultados obtidos.

Por fim, o grupo focal realizado teve como objetivo explorar de maneira mais aprofundada os inúmeros elementos levantados durante as entrevistas semiestruturadas e a observação em campo. Como explicado, metodologicamente, a pesquisa de campo realizada foi elaborada para colher categorias narrativas e práticas que nos permitissem compreender quais elementos garantiriam à experiência dessa “movimentação” seu caráter radicalmente democrático. Durante as entrevistas semiestruturadas, havia uma série de perguntas que levavam xs entrevistadxs a refletir sobre o vivido. A escolha de perguntas mais abertas, que remetiam a processos e avaliações, visou garantir uma brecha interpretativa que permitisse às pessoas falar daquilo que lhes parecia mais relevante, com pouco direcionamento. A única variável dependente nas entrevistas era o fato de que, se a pessoa falasse sobre radicalidade democrática, a pergunta final seria um pedido de explicação, de aprofundamento: “você falou em radicalidade democrática. O que, na sua opinião, torna esta experiência radicalmente democrática?”

As entrevistas semiestruturadas foram fundamentais para o delineamento de uma temporalidade fluida que permitisse melhor compreender a concatenação dos acontecimentos vividos pelo coletivo e, também, os conceitos e elaborações mais fortes (sobredeterminados) a serem melhor compreendidos. A partir do cruzamento de informações, decidi explorar alguns pontos específicos de maneira mais detida por entender que são nodais nessa experiência e, possivelmente, diretamente vinculados: “radicalidade democrática”, “confluência máxima”, “performatividade na política” e “busca por horizontalidade”.

Inicialmente, a ideia era debater esses elementos com toda a “Gabinetona”, tomando parte da reunião geral em um momento de reflexão e diálogo coletivo. Entretanto, diante da inviabilidade relacionada ao acúmulo de tarefas da equipe e dos poucos momentos em que todxs estavam reunidxs para decidir aspectos importantes da condução dos trabalhos, fez-se necessária a redução para um grupo focal.

¹⁶ A “Gabinetona”, assim como as “Muitas”, também possui um núcleo político estratégico, no qual as decisões sensíveis aos mandatos são tomadas. A composição e funcionamento deste núcleo serão melhor explicados no capítulo 2.

Xs convidadxs para o grupo focal foram aquelxs que se encontravam em lugar privilegiado no que tange ao acesso às informações, à participação orgânica na “movimentação” e na “Gabinetona” e que eram estratégicas no que toca à tomada de decisões políticas – todxs membros do núcleo de articulação das “Muitas” e da “Gabinetona”. Pela leitura dos e-mails do grupo “Uma Tarde de Sábado” e pela convivência cotidiana, não foi difícil saber quem eram elas. Cabe salientar, entretanto, que nem todas as pessoas estratégicas foram convidadas e nem todas as convidadas puderam comparecer. O critério para sua escolha foi o maior engajamento com o projeto político durante o período em que estive em campo e, também, maior contato direto comigo. São as contingências da pesquisa que também afetam seus potenciais e limites. Fizaram parte do grupo focal Júlia Moysés, Dário Ricardo Braga de Moura, Gustavo Bones e Rafael Barros.

O anexo 3 evidencia passo-a-passo o procedimento realizado, que se utilizou de trechos das falas das entrevistas semiestruturadas como ponto de reflexão e elementos imagéticos para provocar discussões em torno das categorias analisadas. Consideramos que o resultado foi bastante produtivo e trouxe contribuições para a reflexão sobre radicalidade democrática. O grupo focal foi gravado. Conduzi os trabalhos e realizei anotações, sendo que a transcrição integral pode ser encontrada no [documento 24](#). É preciso destacar, ainda, que, em decorrência da falta de tempo e da necessidade de finalização da reunião, não foi possível abordar a parte destinada à discussão sobre busca por horizontalidade. Sendo assim, os elementos atrelados à referida categoria foram elaborados a partir de outras fontes.

Aqui cabe salientar que “radicalidade democrática” foi um termo levantado pela própria “movimentação” ([e-mail](#) 4, p. 3). Por esse motivo, decidi tentar compreender quais aspectos das práticas e pensamentos dessa coletividade garantiriam à sua elaboração democrática a adjetivação “radical” e buscar substratos teóricos que permitissem um contraponto agregador, que contribuísse um pouco mais com essa prática e para a busca de respostas possíveis para a provocação de Mouffe e Laclau. Antecipo que, do meu ponto de vista, a experiência estudada evidencia a insuficiência da teoria sobre radicalidade democrática de Laclau e Mouffe sobretudo em razão de seu apego à lógica da “hegemonia”, mesmo que sua argumentação vá no sentido de ressaltar a contingência das disputas de narrativas. Acredito que essa conclusão é fruto justamente do reconhecimento de nossa localização espaço-temporal: a realidade brasileira, em um contexto latino-americano.

A proposta contida em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985) (traçada a partir da categoria “hegemonia”) não é capaz de superar várias armadilhas do pensamento

moderno/colonial, muitos deles responsáveis pela decadência de projetos de esquerda recentes no Brasil, que também se propunham a ser profundamente democráticos e populares (GUSTIN, 1995). Por outro lado, como se verá, a teoria sobre radicalidade democrática elaborada pelos autores, evidencia várias inquietações que, sim, são comuns à realidade belorizontina e que, ao serem melhor compreendidas e trabalhadas pelas “movimentações” locais, podem contribuir para melhorias programáticas no resgate do “político” e, conseqüentemente, para a promoção de direitos e cidadania. Em contraposição ao conceito de “hegemonia”, diante de sua limitação no que tange à nossa realidade, proponho a “confluência máxima” como alternativa contra-hegemonica, complementar e transcultural do fazer político.

1.2. Atendendo a um chamado: repensar a agenda das esquerdas em torno da política no contexto do político

Hegemonia e estratégia socialista (LACLAU; MOUFFE, 2015) é uma importante obra do campo social e político publicada pela primeira vez em inglês em 1985, tendo sido escrita a partir de reflexões sobre os pensamentos e as práticas da esquerda europeia a partir de maio de 1968. A perspectiva do trabalho se encaixa na tentativa de oxigenar o pensamento de esquerda, traçando estratégias de radicalização democrática e concomitante resgate do pensamento socialista. O estudo é focado nas experiências da esquerda e da academia europeias dos sécs. XIX e XX, não expandindo sua análise para experiências fora do continente, motivo pelo qual ressaltamos a limitação da obra quando utilizada para análise da realidade dos países ditos, a partir desta perspectiva específica, periféricos. Sendo assim, a autora e o autor não lidam abertamente com a localização de sua produção científica, negligenciando elementos de um pensamento que reflita seriamente sobre modernidade/colonialidade, importantes para nossa construção. Saliento, entretanto, que as elaborações teóricas traçadas confluem em vários aspectos com questões que ainda necessitam de detida reflexão no âmbito das esquerdas brasileiras. Elas me parecem capazes de aportar uma perspectiva interessante, que pretendo complementar com traços da experiência vivida em Belo Horizonte pelas “Muitas” e pela “Gabinetona”. Isso não significa, no entanto, que eu tenha a expectativa de resolver ou dar respostas definitivas para quaisquer questões ainda pendentes na trajetória das esquerdas locais.

Em seus esforços intelectuais, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau partem do levantamento de experiências próximas às ideias de socialismo, refletindo sobre os caminhos que levam a ele e buscando promover ponderações complementares diante do surgimento de

fenômenos diversos de manifestação social como os feminismos, os protestos de grupos étnico-raciais, nacionais e sexuais, as lutas ecológicas e outras experiências plurais por eles referenciadas como novos movimentos sociais, que não estariam adequadamente contemplados pelas análises político-filosóficas feitas até então pelas esquerdas (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.51). O diagnóstico feito é de que estaria em crise a concepção de socialismo ancorada em elementos essencializantes, como a centralidade ontológica da classe trabalhadora, bem como a ideia de (R)evolução como momento fundante de uma nova sociedade. Segundo os autores, a complexidade das sociedades atuais, plurais e multifacetadas, seria incompatível com essa perspectiva, motivo pelo qual seria importante repensar estrategicamente o socialismo de maneira a resgatá-lo como alternativa possível para o campo progressista. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.52)

Em alguns desses pontos, me aproximo do pensamento proposto, uma vez que concordo com o fato de que uma “História” singular, povoada por sujeitos universais, que trata a sociedade como um sistema fechado, compreensível e controlável a partir de uma lógica de classes sociais, pautada por uma racionalidade soberana e fundada em um pacto político, seria mais um obstáculo para mudanças efetivas no sentido da radicalização democrática do que uma elaboração teórica revolucionária (LACLAU; MOUFFE, 2015, , p. 52). Com o objetivo de enfrentar referida crise teórica, os autores se propuseram a analisar determinadas categorias discursivas que entenderam serem capazes de apresentar respostas para uma série de armadilhas epistemológicas e políticas do pensamento moderno, fazendo um convite reflexivo às esquerdas acerca da busca por alternativas radicalmente democráticas que oxigenem os pensamentos e práticas das esquerdas – desafio que pretendo enfrentar nesta pesquisa.

A primeira categoria discursiva eleita por eles foi a da “hegemonia”, lida a partir das teorizações marxistas que se prestaram à sua disputa narrativa. Dita categoria teria sido escolhida por contemplar a postura de abertura importante para uma teoria social e garantir a perspectiva do contingente. Segundo os autores:

Frente ao racionalismo do marxismo clássico, que apresentava a história e a sociedade como totalidades inteligíveis constituídas em torno de leis conceitualmente explicáveis, a lógica da hegemonia se apresentou desde o início como uma operação complementar e contingente, exigida em razão de desequilíbrios conjunturais no interior de um paradigma evolucionista cuja validade essencial ou “morfológica” não era, nem por um momento, posta em questão (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.53).

Com o avanço das elaborações teóricas em torno da contingência, a necessidade histórica como elemento teórico basilar do marxismo clássico foi perdendo força. O termo “hegemonia”, por sua vez, para os autores, diante desse contexto, seria uma alternativa viável para a construção de uma democracia radical, capaz de superar as fragilidades apontadas anteriormente e possibilitar a efetiva integração social das diversidades que compõem as complexas sociedades atuais no processo democrático e, em última instância, permitir reconhecer suas práticas políticas como as de potenciais agentes revolucionários.

Outro elemento com o qual convirjo com os autores diz respeito ao fato de que eles também compreendem suas limitações teóricas, não se propondo a elaborar a “História” ou “a” “solução” para as questões da sociedade. Ademais, ao justificarem o motivo pelo qual partem de uma análise de categorias atreladas ao marxismo clássico, justificam não haver “um discurso e um sistema de categorias por meio dos quais o “real” poderia falar sem mediações” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.54). Com isso, reconhecem que conclusões teóricas semelhantes poderiam ser obtidas a partir de formações discursivas muito diferentes, o que ficará evidente em muitos pontos da sistematização das aproximações entre a prática e a elaboração teórica das “Muitas” e da “Gabinetona”, em contraposição às contidas em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985).

Outro dentre os rompimentos teóricos propostos por Mouffe e Laclau em relação ao marxismo clássico, para além do já citado, é o que se dá em relação à posição ontologicamente privilegiada da “classe universal”, que coloca a classe trabalhadora como agente revolucionário por excelência. Esse conjunto de rupturas em relação ao marxismo clássico acaba por situar xs autorxs no terreno do pós-marxismo (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 55). Segundo elxs,

(n)ossa abordagem dos textos marxistas busca, ao contrário, recuperar sua pluralidade, apreender as inúmeras sequências discursivas - em grande parte heterogêneas e contraditórias - que constituem sua estrutura e riqueza internas, e garantem sua sobrevivência como ponto de referência para análise política (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 55).

Para compreendermos a proposta sobre radicalidade democrática concatenada em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985), faço um esforço de sistematização da elaboração teórica desenvolvida por Mouffe e Laclau, motivo pelo qual começo relatando que o estudo da categoria “hegemonia” deu-se a partir da realização de uma genealogia, na qual xs autorxs buscaram compreender sua função na cadeia discursiva marxista. Segundo elxs,

(m)esmo em suas origens humildes na socialdemocracia russa, (...) o conceito de “hegemonia” já alude a uma espécie de intervenção contingente requerida pela crise ou colapso do que teria sido um desenvolvimento histórico “normal”. Mais tarde, com o leninismo, o conceito é uma pedra de toque da nova forma de cálculo político solicitada pelas “decisões concretas” contingentes em que a luta de classes ocorre na era do imperialismo. Finalmente, com Gramsci, o termo adquire um novo tipo de centralidade, que transcende seu uso tático ou estratégico: “hegemonia se torna o conceito-chave na compreensão da própria unidade existente na formação social concreta (LACLAU; MOUFFE, 2015, pp. 57-58).

Segundo xs autorxs, esses diferentes momentos foram responsáveis por paulatinamente aumentarem a “lógica do contingente” e enfraquecerem a perspectiva da “necessidade histórica” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.58). A contribuição gramsciana sobre a questão da contingência teria sido fundamental, já que seu aporte teórico advém de um contexto específico: uma Itália dividida em um norte industrial e um sul agrário, marcada pela força do catolicismo sobre a população. Sendo assim, seu ponto de partida é diferente daquele predominantemente existente no contexto europeu de países já em capitalismo avançado (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.130).

Mais do que qualquer outro teórico de seu tempo, Gramsci ampliou o terreno da recomposição política e da “hegemonia”, ao mesmo tempo em que ofereceu uma teorização do vínculo hegemônico que ia claramente além da categoria leninista de “aliança de classes”. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.130). Gramsci relativizou o privilégio classista ao afirmar que

O proletariado pode tornar-se classe dirigente e dominante na medida em que consiga criar um sistema de alianças que lhe permita mobilizar a maioria da população trabalhadora contra o capitalismo e o Estado burguês. Na Itália, nas relações de classes lá realmente existentes, isto quer dizer na medida em que ele [o proletariado] consiga ganhar o consentimento das massas camponesas” (GRAMSCI *apud* LACLAU; MOUFFE, 2015, p.131).

O raciocínio elaborado no decorrer do livro implica no fato de que o conceito de hegemonia se dá no campo teórico da “articulação”, isto é, como prática e não como complexo relacional previamente dado. O entendimento do termo “articulação”, por sua vez, exige a compreensão da categoria de “sobredeterminação”, elemento emprestado da psicanálise e que implica a fusão de uma pluralidade de significados no âmbito do simbólico (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.169). “Articulação”, assim, passa a ser “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.178).

Alguns conceitos-chave fazem-se necessários nesse ponto: “discurso” será entendido como a “totalidade resultante das práticas articulatórias; momentos as posições diferenciais enquanto categorias articuladas no interior de um discurso”; “elementos” serão as categorias que não estejam articuladas no discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178). A junção dessas categorias teóricas permite compreender o caráter incompleto de toda pretensa realidade, que é, em última instância, a formação de pontos nodais elaborados contingencialmente a partir da sobredeterminação de momentos na cadeia discursiva. A sobredeterminação remete a categorias que nunca chegam a ser plenamente fixas, garantindo assim, nessa construção discursiva, a abertura necessária para as disputas no âmbito do político (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 185).

A partir daí os autores introduzem a categoria do “sujeito”. Esta, para eles, deve ser compreendida a partir da noção de ‘posições de sujeito’ numa estrutura discursiva. Sendo assim, toda posição de sujeito é também uma posição discursiva (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 190). Isso nos permite compreender a formação das identidades como questão social e contingente, atrelada a elaborações discursivas e à conformação de pontos de sobredeterminação em relação a determinadas narrativas identitárias. Elas, portanto, encontram-se em permanente transformação e acontecem no âmbito do encontro no espaço, dos tensionamentos, do discurso.

Em seguida, xs autorxs se debruçam sobre a perspectiva da impossibilidade de fechamento dos elementos, colocada por eles como a “(...) precariedade de toda identidade, que se manifesta como um movimento contínuo de diferenças” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 198). Afirmam que a experiência do limite de toda objetividade teria uma presença discursiva específica: o “antagonismo”, que seria “a comprovação da impossibilidade de uma amarração final na experiência social” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 203). Sendo assim, tudo é e não é ao mesmo tempo, todo elemento é constituído e não-constituído exatamente por aquilo que o constitui e que o deixa de constituir. Somos também aquilo que não somos. O antagonismo evidencia nossa incompletude, mas ao mesmo tempo nos completa. Residimos no paradoxo do ser e do vir a ser permanentes, angústia e promessa.

Analizadas todas as categorias anteriores, estamos prontos para o cerne da questão. Sobre a “hegemonia”:

O campo geral de emergência da hegemonia é o das práticas articulatórias, isto é, um campo onde os “elementos” não se cristalizaram em momentos”. Num sistema fechado de identidades relacionais, no qual o significado de cada momento é absolutamente fixo, não há qualquer lugar para uma prática hegemônica. Um sistema de diferenças plenamente bem-sucedido, que excluísse todo significante flutuante, não

possibilitaria qualquer articulação; o princípio da repetição dominaria toda prática no interior deste sistema e não haveria nada a hegemonizar. É porque a hegemonia pressupõe o caráter aberto e incompleto do social, que ela só pode ter lugar num campo dominado por práticas articulatórias (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 213).

No que se refere às práticas hegemônicas, é preciso compreender que somente o momento “articulatório” não é suficiente para caracterizá-las. Para que falemos em hegemonia, necessitamos de uma situação na qual ocorram práticas articulatórias em relação a elementos antagônicos. Complementarmente, a hegemonia não pode prescindir dos fenômenos da equivalência e dos efeitos de fronteira. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 215)

Assim, as duas condições de uma articulação hegemônica são: a presença de forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras que as separam. Somente a presença de uma vasta área de elementos flutuantes e a possibilidade de sua articulação a campos opostos - que implica uma constante redefinição destes últimos - constituem o terreno que nos permite definir uma prática hegemônica (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 215).

Sobre os processos de articulação e sobredeterminação, Gramsci elaborou o conceito de “bloco histórico” para caracterizar “um espaço social e político relativamente unificado através da instituição de pontos nodais” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 216). O que garantiria unidade ao bloco histórico não seria qualquer elemento dado de antemão, mas sim a regularidade na dispersão, construção semelhante ao conceito de formação discursiva de Mouffe e Laclau. Caso a formação de bloco histórico ocorra na perspectiva de articulação de elementos antagônicos, dar-se-á uma formação hegemônica. Sendo assim, hegemonia se dá a partir da regularidade na dispersão,

(...) e esta dispersão inclui uma proliferação de diversos elementos: sistemas de diferenças que definem parcialmente identidades relacionais; cadeias de equivalência que subvertem estas últimas, mas que podem ser transformisticamente recuperadas na medida em que o próprio lugar de oposição se torna regular e, desta forma, constitui uma nova diferença (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 223).

Sobre “hegemonia” e “democracia radical”, Mouffe e Laclau começam por evidenciar a tese de que o rompimento com o imaginário político jacobino e marxista deve ser levado a sério por um projeto político radicalmente democrático. Disto dependeria a incorporação da lógica da pluralidade e da indeterminação do social em contraposição à noção de pontos

privilegiados de ruptura e de constituição de um espaço político unificado – aquelas, as duas bases fundamentais de elaboração de uma nova lógica política, radicalmente democrática e libertária. Isso decorre de toda a construção teórica elaborada pelos autores até então, que não apenas retira de um agente social determinado o privilégio revolucionário por excelência, como também afasta perspectivas, princípios e/ou quaisquer elementos gerais, essencializantes na perspectiva da natureza humana que fossem capazes de promover a unificação das diferentes posições de sujeito a partir de um suposto caminho único possível de enfrentamento às subordinações. Segundo eles, não existe nenhuma questão natural que interligue as lutas contra o poder, sendo necessário, em todos os casos, articular narrativas que as justifiquem (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.235).

Para os autores, a multiplicidade de resistências em face dos poderes dominantes exige a compreensão de que somente em alguns casos ela teria um caráter político, que seria naquelas situações em que as lutas estão comprometidas em acabar com as relações de subordinação. Em suas palavras, “(e)stamos nos referindo a um tipo de ação cujo objetivo é a transformação de uma relação social que constitua um sujeito em uma relação de subordinação” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.236). Quanto a isso, eles evidenciam a diferença entre “a política”, “como prática de criação, reprodução e transformação social” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.236) e “o político”, como “espaço de definição e articulação das relações sociais em um campo atravessado por antagonismos” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.236).

Essa questão merece maior aprofundamento. Chantal Mouffe debruçou-se sobre o conceito de “democracia” buscando entender as complexidades que se colocam em seu entorno. Segundo a autora, não basta que façamos apologia à democracia e oposição ao totalitarismo. É preciso compreender seus princípios, funcionamento, limites e possibilidades. Mouffe chama atenção para a necessidade de explorarmos a perspectiva de uma democracia liberal pluralista (MOUFFE, 1992, p.1). As reflexões da autora partem da premissa de que, ao final do século XX, a democracia liberal pareceu consagrar-se como “(...) única forma legítima de governo”, raras vezes contestada, ao menos no âmbito teórico” (MOUFFE, 2005, p.11). Entretanto, vivenciamos nos últimos anos um processo de descrédito das instituições democráticas e dos partidos, havendo paulatino recrudescimento dos posicionamentos autoritários e de extrema-direita. Essa questão se somaria, ainda, a uma depreciação crescente em relação à política e aos políticos, enfraquecendo ainda mais os valores democráticos. Um problema que deve ser enfrentado seriamente (MOUFFE, 2005, p.11).

Analizando alguns dos posicionamentos teóricos acerca dos paradigmas da democracia deliberativa, cujo delineamento central funda-se na ideia de que as “(...) as decisões políticas devem ser alcançadas por meio de um processo de deliberação entre cidadãos iguais e livres (...)” (MOUFFE, 2005, p.11), a autora ressalta que referida perspectiva busca recuperar a dimensão moral do liberalismo a partir de uma conexão forte entre seus valores e os valores democráticos (MOUFFE, 2005, p.12).

Sua pretensão principal afirma a possibilidade, graças a procedimentos adequados de deliberação, de alcançarem-se formas de acordo que satisfariam tanto a racionalidade (entendida como defesa de direitos liberais) quanto a legitimidade democrática (tomada como soberania popular) (MOUFFE, 2005, p.12).

Diante disso, Mouffe chama atenção de maneira crítica para o fato de que o poder deve ser encarado como elemento constitutivo das relações sociais, não devendo ser eliminado em um processo de busca por um consenso racional que suprima a conflitualidade social – porque isso é impossível de ser alcançado. Segundo ela:

Um dos defeitos da abordagem deliberativa é que, ao postular a disponibilidade de uma esfera pública em que o poder teria sido eliminado e onde um consenso racional poderia ser produzido, este modelo de política democrática é incapaz de reconhecer a dimensão do antagonismo e seu caráter inarredável, que decorre do pluralismo de valores (MOUFFE, 2005, p.19).

Seria por essa razão que o modelo “deliberativo” promoveria o esvaziamento do conteúdo político das questões sociais. Segundo ela, esse problema poderia ser solucionado apenas a partir de uma abordagem que resgate a perspectiva do poder e do antagonismo (MOUFFE, 2005, p.19). São esses os elementos centrais aportados em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985), cuja tese central é a de que a objetividade social é constituída por meio de atos de poder e é por isso que ela, a objetividade social, é eminentemente política, devendo demonstrar os traços de exclusão que governam a sua constituição. O ponto de convergência entre a objetividade e o poder é o que Mouffe denominou “hegemonia” (MOUFFE, 2005, p.19).

Esse modo de apresentar o problema indica que o poder não deve ser concebido como uma relação externa acontecendo entre duas identidades pré-constituídas, mas sim como constituindo as identidades elas mesmas. Considerando-se que qualquer ordem política é a expressão de uma hegemonia, de um padrão específico de relações de

poder, a prática política não pode ser entendida como simplesmente representando os interesses de identidades pré-constituídas, mas como constituindo essas próprias identidades em um terreno precário e sempre vulnerável (MOUFFE, 2005, p.19).

A partir do momento em que as relações sociais são entendidas a partir da lógica de articulações hegemônicas, promove-se um deslocamento da visão tradicional entre democracia e poder, compreendendo-se a conflitualidade social como elemento eminentemente democrático e constitutivo das relações sociais. Mouffe denomina seu modelo democrático de “pluralismo agonístico”, no qual o político estará atrelado à “(...)dimensão do antagonismo inerente às relações humanas(...) [podendo] tomar “Muitas” formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais”. (MOUFFE, 2005, p.20). Já a política, nesse caso, é compreendida como

(...) o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflitivas porque são sempre afetadas pela dimensão do político (MOUFFE, 2005, p.20).

Sendo assim, seria a partir do reconhecimento do caráter político das relações sociais, e da política como a tentativa de “(...) domesticar a hostilidade e em tentar conter o potencial antagonismo que existe nas relações humanas(...)” (MOUFFE, 2005, p.20), que nos aproximáramos de uma perspectiva democrática plural, que não estaria pautada na tentativa de se “(...) chegar a uma democracia sem exclusão, dado que isso acarretaria a erradicação do político. A política busca a criação da unidade em um contexto de conflitos e diversidade; está sempre ligada à criação de um “nós” em oposição a um “eles””. (MOUFFE, 2005, p.20).

A novidade da política democrática não é a superação dessa oposição nós-eles - que é uma impossibilidade -, mas o caminho diferente em que ela é estabelecida. (...) Vislumbrada a partir da óptica do “pluralismo agonístico”, o propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão. (MOUFFE, 2005, p.20).

Inserir a categoria do “adversário” complexifica a noção de antagonismo, que, segundo a autora, se apresenta de duas formas diferentes: “o *antagonismo* propriamente dito e o *agonismo*. O antagonismo é a luta entre inimigos, enquanto o agonismo representa a luta entre

adversários” (MOUFFE, 2005, p.21). Na lógica do pluralismo agonístico, a política democrática buscaria, portanto, transformar inimigos em adversários, antagonismo em agonismo. Nesse sentido, nossa busca não seria por “(...) eliminar as paixões da esfera do público, de modo a tornar possível um consenso racional, mas mobilizar tais paixões em prol de desígnios democráticos” (MOUFFE, 2005, p.21). O modelo de democracia agônica proposto por Mouffe reconhece, portanto, o pluralismo de valores e a conflitualidade que daí decorre, que não deve ser encarada como problema, mas parte da solução.

Segundo a autora, a busca exacerbada por um consenso e a recusa de confrontação podem levar à apatia e ao desapareço pela participação política. Também pode gerar a cristalização de paixões coletivas em torno de questões que o processo democrático tem dificuldades de lidar. A democracia pluralista não busca alcançar um consenso racional. Os consensos alcançados são sempre provisórios e resultado de uma hegemonia temporária, precária, sendo que devemos estar cientes de que toda estabilização do poder acarretará alguma forma de exclusão (MOUFFE, 2005, p.21).

Por fim, segundo Mouffe,

(...) uma perspectiva como o “pluralismo agonista”, que revela a impossibilidade de estabelecer um consenso sem exclusão, é de fundamental importância para a política democrática. Ao precaver-nos contra a ilusão de que uma democracia perfeitamente bem-sucedida possa ser alcançada, força-nos a manter viva a contestação democrática. Abrir caminho para o dissenso e promover as instituições em que possa ser manifestado é vital para uma democracia pluralista e deve-se abandonar a própria ideia segundo a qual poderia haver um tempo em que pudesse deixar de ser necessário, pois que a sociedade seria a tal ponto bem ordenada (MOUFFE, 2005, p. 22).

O reconhecimento dos limites democráticos apregoados pelo modelo de democracia agônica é importante pois, ao invés de buscar disfarçar as exclusões e fronteiras democráticas atrás de supostos argumentos morais e racionais, compreende o caráter político e articulatório das relações sociais e identitárias e tensiona a tendência das sociedades democráticas de “(...) naturalizar suas fronteiras e ‘essencializar’ as suas identidades” (MOUFFE, 2005, p.22). Isso torna esse modelo mais aberto à multiplicidade, característica marcante nas atuais sociedades pluralistas contemporâneas.

De volta ao *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985), os autores buscam compreender quais as condições discursivas para a emergência de ações coletivas com a finalidade de enfrentar as desigualdades e as relações de subordinação – momento em que

introduzem a categoria de opressão, como o enfrentamento às subordinações no campo do antagonismo (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.236).

Devemos entender por uma relação de subordinação aquela em que um agente é sujeito às decisões de outrem - um empregado em face de um patrão, por exemplo, ou, em certas formas de organização familiar, a mulher face ao homem, e assim por diante. Chamaremos relações de opressão, por contraste, às relações de subordinação que se transformaram em lugares de antagonismos. Finalmente, chamaremos relações de dominação o conjunto das relações de subordinação que são consideradas ilegítimas desde a perspectiva, ou ao juízo de um agente social externo a elas, e que, em decorrência, coincidam ou não com as relações de opressão realmente existentes na formação social determinada (LACLAU; MOUFFE, 2015, pp. 236-237).

A questão que se coloca, então, é evidenciar como se dão as relações de opressão a partir das de subordinação. Para isso, sabe-se que só é possível que haja antagonismo na “medida em que o caráter diferencial positivo da posição de sujeito subordinada é subvertido” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.237). Segundo os autores, somente haveria opressão a partir do momento em que passe a existir um exterior discursivo que promova a interrupção de um discurso de subordinação. A tese trabalhada, portanto, é a de que

somente a partir do momento em que o discurso democrático se dispôs a articular as diferentes formas de resistência à subordinação que surgiram as condições que permitiram a luta contra diferentes tipos de desigualdade (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.237).

Cabe salientar, diante de todo o exposto até agora, que o contexto viabilizador dessa construção teórica de oxigenação do político, seria, para xs autorxs, o da revolução democrática promovida a partir de 1789 com a paulatina substituição de uma lógica social hierárquica e desigual, marcada por um pensamento teológico-político, por uma sociedade pautada pela lógica da equivalência. Sendo assim, sua perspectiva se dá, mais uma vez, fundamentada em um posicionamento predominantemente eurocêntrico, e sua analítica é legitimada por um marco teórico específico de uma determinada versão histórica. Os autores prosseguem elencando a Revolução Francesa como um momento de descontinuidade, de estabelecimento de uma nova legitimidade, sendo aquela que teria primeiro se fundado na legitimidade popular. Tratam esse momento histórico como originário, como o momento fundante que “forneceria as condições discursivas que permitiram propor as diferentes desigualdades como formas de opressão” (LACLAU; MOUFFE, 2015, pp.238-239). Não param por aí, sustentando que

aqui está o poder profundamente subversivo do discurso democrático, que permitiria a expansão da igualdade e da liberdade para domínios cada vez mais vastos, e atuaria como elemento de fermentação sobre diferentes formas de luta contra a subordinação (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.239).

Para eles, seria o discurso crítico sobre a desigualdade política, que, captado pelos diferentes discursos socialistas e deslocado para o campo da desigualdade econômica, permitiram a abertura para o questionamento de outras formas de subordinação, bem como a luta por novos direitos (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.239) – um novo momento dentro da revolução democrática. A partir desse cenário, estaria montado o campo no qual há a possibilidade de florescimento de subjetividades radicais, a partir da elaboração “discursiva de relações de subordinação como imposição interna – logo, como formas de opressão –, que até aquele momento não tinham sido questionadas” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.242). Isso decorre, segundo eles, do momento histórico-social que se deu nas duas décadas imediatamente posteriores à segunda-guerra mundial, em que havia um descrédito do sistema capitalista, quando a euforia não capitalista “parecia oferecer uma capacidade ilimitada de absorção transformista por parte do sistema” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.242).

Em uma análise mais recente, dissertam sobre como a intervenção do Estado de maneira cada vez mais ampla na estrutura de reprodução social vem acompanhada de um processo de burocratização de suas práticas, o que seria uma fonte importante de geração de desigualdades e conflitos, dando origem, assim, a novos antagonismos (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.246). Nesse sentido, o

(...) deslocamento na linha de demarcação entre o “público” e o “privado” tem efeitos ambíguos. Por um lado, serve para revelar o caráter político (em sentido amplo) das relações sociais, e o fato de que estas são sempre o resultado de modos de instituição que lhes dão sua forma e sentido; por outro, dado o caráter burocrático da intervenção estatal, esta criação de “espaços públicos” é realizada não sob a forma de uma verdadeira democratização, mas através da imposição de novas formas de subordinação (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.247).

Para Mouffe e Laclau, já não é possível entender a multiplicidade e a complexidade da conflitualidade social, tampouco o surgimento de novos sujeitos políticos sem entender que isso se dá no contexto da mercantilização e da burocratização das relações sociais que se dão em paralelo ao repensar da ideologia liberal-democrática – resultante da extensão das lutas por igualdade (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.248). Outro elemento que teria contribuído para essa complexificação das relações sociais seria a expansão dos meios de comunicação de massa, que

teria abalado as identidades tradicionais – de maneira paradoxal, uma vez que seus efeitos são a massificação e a uniformização, mas também a presença de elementos de subversão de desigualdades (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.248).

Seria exatamente nesse ponto que os “novos antagonismos” surgiriam como a “expressão de formas de resistência à mercantilização, burocratização e crescente homogeneização da vida social” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 249), o que explicaria o motivo da expressividade de múltiplas formas de particularismos e de demandas por autonomia. Segundo os autores, por essa razão

Muitas dessas formas de resistência se manifestam não na forma de lutas coletivas, mas através de uma afirmação do individualismo. (A esquerda, naturalmente, está despreparada para assumir estas lutas, as quais ela ainda hoje descarta como ‘liberais’. Daí o perigo de que elas possam ser articuladas por um discurso de direita, de defesa de privilégios) (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 249).

Para Mouffe e Laclau, abrir mão da categoria de sujeito como entidade unitária, transparente e suturada, seria requisito para a possibilidade de novos caminhos para o reconhecimento das especificidades dos antagonismos inerentes à existência de diferentes posições de sujeito. Isso possibilitaria o aprofundamento de uma perspectiva pluralista e democrática (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.252). Pensar dessa forma seria condição de possibilidade para reflexões sérias sobre a multiplicidade, “da qual emergem antagonismos em sociedades onde a revolução democrática ultrapassou certo limiar” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.252). Este seria um dos primeiros elementos da base da formulação da categoria de democracia radical e plural:

Somente aceitando que as posições de sujeito não podem ser remetidas de volta a um princípio fundante positivo e unitário, é que o pluralismo pode ser considerado radical. O pluralismo só é radical na medida em que cada termo desta pluralidade de identidades encontra em si próprio o princípio de sua validade, sem que este tenha que ser buscado num fundamento positivo, transcendente ou subjacente, para a hierarquia de sentido de todos eles, e fonte e garantia de legitimidade. E este pluralismo radical é democrático na medida em que a autoconstitutividade de cada um de seus termos é o resultado dos deslocamentos do imaginário igualitário. Logo, o projeto de democracia radical e plural, num sentido primário, nada mais é do que a luta por uma autonomização máxima de esferas, com base na generalização da lógica equivalencial-igualitária. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.252).

Ou seja, a democracia radical está atrelada ao reconhecimento da pluralidade dos antagonismos convergentes e sobredeterminados, à promoção de deslocamentos a partir do

imaginário igualitário com direção incerta, sem *telos*, e à existência de formas de luta polissêmicas – “feminismo ou ecologia, por exemplo, terão múltiplas formas, que dependerão da maneira pela qual o antagonismo é discursivamente constituído (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.254). Segundo xs autorxs, “as formas de articulação de um antagonismo, pois, longe de serem predeterminadas, são resultado de uma luta hegemônica” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.254), o que quer dizer que elas não têm um caráter necessariamente progressista.

A partir disso, a radicalidade democrática estaria associada ao enfrentamento do projeto de construção de uma sociedade hierárquica, a partir de seu posicionamento no campo da revolução democrática, promovendo expansão das cadeias de equivalência entre as várias lutas contra a opressão. “A tarefa da esquerda, pois, não pode ser renunciar à ideologia liberal-democrática, mas, ao contrário, aprofundá-la e expandi-la na direção de uma democracia radical e plural” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.264) – os diferentes elementos sociais de articulação do momento democrático estão em disputa. Os autores frisam, mais uma vez, que o maior obstáculo para isso é a superação da lógica de “pontos privilegiados *a priori*”, que limitaria seriamente a capacidade de ação e análise política da própria esquerda (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.264). Aprofundam analisando a categoria “revolução”, nos moldes jacobinos, ao afirmar que

Naturalmente, nada haveria a se objetar no conceito de “revolução” se o entendêssemos como a sobredeterminação de um conjunto de lutas num ponto de ruptura política, a partir do qual se seguiria uma série de efeitos espalhando-se por todo o tecido do social. Se fosse esta a compreensão, não resta dúvida de que em muitos casos a derrubada violenta de um regime repressivo é a condição de todo avanço democrático. No entanto, o conceito clássico de revolução implicava muito mais do que isso: implicava no caráter fundacional do ato revolucionário, a instituição de um ponto de concentração de poder a partir do qual a sociedade poderia ser “racionalmente” reorganizada. É esta perspectiva que é incompatível com a pluralidade e a abertura que uma democracia radical requer (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.265).

É preciso compreender o caráter eminentemente processual de toda transformação radical, sendo os atos revolucionários apenas momentos de um processo mais amplo. Isso deve estar atrelado à multiplicação de espaços políticos e ao enfrentamento da concentração de poder em apenas um ponto (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.265).

A concepção clássica de socialismo supunha que o desaparecimento da propriedade privada dos meios de produção estabeleceria uma cadeia de efeitos que, ao longo de todo um período histórico, levaria à extinção de todas as formas de subordinação.

Hoje, sabemos que não é assim. Não há, por exemplo, vínculos necessários entre antissexismo e anticapitalismo, e uma unidade entre ambos só pode ser resultado de uma articulação hegemônica (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 265).

Xs autorxs não negligenciam que um projeto de democracia radical exija uma perspectiva socialista, já que o enfrentamento das relações capitalistas de produção é extremamente necessário. Entretanto, salientam que o socialismo faz parte de um complexo de componentes atrelados a um projeto radicalmente democrático (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.266). A conclusão é de que, a partir da construção teórica erguida sobre a perspectiva da hegemonia, a maior limitação da esquerda tradicional é “ela tenta determinar a priori os agentes da mudança, os níveis de efetividade no campo do social e os pontos e momentos de ruptura privilegiados. Todos estes obstáculos convergem num núcleo comum, que é a recusa em abandonar o pressuposto de uma sociedade suturada”, questões que a proposta de radicalidade democrática e plural busca ultrapassar (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.266).

Por fim, cabe pontuar algumas questões importantes. A primeira delas, o fato de não ser possível especificar “a priori superfícies de emergência de antagonismos, já que não existe superfície que não seja constantemente subvertida pelos efeitos sobredeterminantes de outras” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 269). A segunda diz respeito à “emergência de uma pluralidade de sujeitos, cujas formas de constituição e diversidade só podem ser pensadas se abandonarmos a categoria do “sujeito” como essência unificada e unificadora” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 270). Sobre isso, é preciso refletir acerca da possível dicotomia entre autonomia/hegemonia.

Primeiro, a lógica da equivalência. Já indicamos que, na medida em que o antagonismo surge não somente no espaço dicotomizado que o constitui, mas também no campo da pluralidade do social que sempre transborda aquele espaço, somente ao sair de si mesma e hegemonizar elementos externos é que a identidade dos dois polos do antagonismo é consolidada (LACLAU; MOUFFE, 2015, ps. 270-271).

Nesse sentido, Mouffe e Laclau argumentam que a força das lutas democráticas depende do aprofundamento das relações com outras lutas. Seria a “articulação equivalencial” entre lutas antirrascistas, de enfrentamento ao machismo, ao patriarcado, à LGBTfobia, uma das condições para a consolidação de cada uma delas (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.271).

Por mais que tenham uma lógica equivalencial, porém, essas lutas mantêm sua autonomia em relação às demais. Os espaços políticos em que cada uma é constituída são diferentes e mutuamente incomunicáveis. Mas, pode-se ver facilmente que essa lógica

aparentemente libertária só se sustenta sob a base de um novo fechamento. Pois, se cada luta transforma o momento de sua especificidade num princípio absoluto de identidade, o conjunto dessas lutas só pode ser concebido como um sistema absoluto de diferenças, e esse sistema só pode ser pensado como uma totalidade fechada, isto é, a transparência do social foi simplesmente transferida da singularidade e inteligibilidade de um sistema de equivalências para a singularidade e inteligibilidade de um sistema de diferenças. Em ambos os casos, porém, estamos lidando com discursos que tentam, por suas categorias, dominar o social como totalidade. Logo, o momento da totalidade deixa de ser um horizonte e se torna uma fundação. Somente em um espaço racional e homogêneo é que a lógica da equivalência e a lógica da autonomia são contraditórias, porque é somente aí que as identidades sociais são apresentadas como já adquiridas e fixadas, e é somente aí, portanto, que duas lógicas sociais, em última análise contraditórias, encontram o terreno em que os “efeitos-limite” possam se desenvolver plenamente. Porém, se, por definição, o momento último nunca chegará, a incompatibilidade entre equivalência e autonomia desaparece. O estatuto de cada uma se modifica: não se trata mais de fundamentos da ordem social, mas de lógicas sociais, que intervêm em graus diferentes na constituição de toda identidade social, e que limitam parcialmente seus efeitos mútuos. Daí podemos deduzir uma precondição básica para uma concepção radicalmente libertária da política: a recusa a dominar – intelectual e politicamente – todo presumido “fundamento último” do social (LACLAU; MOUFFE, 2015, pp. 271-272).

Ao trazer para a lógica da contingência social questões que antes eram tidas como fundamentos, abre-se espaço para uma política democrática aberta às multiplicidades. Com isso fica mais fácil compreender a questão da equivalência democrática, cujo objetivo é dar conta de questões que o princípio da igualdade, por si só, não foi e não é capaz de dar. Ao lidarmos com uma imensidão de diversidades, muitas delas com demandas bastante diferentes entre si e muitas vezes incompatíveis, tornar-se-á difícil a tarefa democrática de articulação dos campos progressistas. A lógica da equivalência exige, portanto, “a construção de um novo ‘senso-comum’ que modifique a identidade dos diferentes grupos de tal maneira que as demandas de cada um sejam articuladas equivalencialmente com as dos outros” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.272). O que nos conduz à reflexão de que a equivalência é uma experiência hegemônica, já que não reflete apenas alianças de interesses, “mas modifica a própria identidade das forças envolvidas na aliança” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.273). Para os autores, entretanto, isso evidencia também o caráter precário da equivalência, uma vez que ela jamais será completa/total. Segundo eles, esse seria o motivo pelo qual a demanda por igualdade não basta,

devendo ser contrabalanceada pela demanda por liberdade, que seriam, juntas, constitutivas de uma democracia radical e plural (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.273).

Por fim, não se pode negligenciar a complexidade existente entre a lógica democrática e o projeto hegemônico. Segundo os autores, “a lógica da democracia é simplesmente o deslocamento equivalencial do imaginário igualitário para relações sociais cada vez mais abrangentes e, como tal, é apenas uma lógica da eliminação de relações de subordinação e das desigualdades” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 278). Por esse motivo, não seria capaz de formular qualquer projeto hegemônico, uma vez que este deve se constituir em propostas de organização positiva do social (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 279). Neste ponto, os autores evidenciam que essa é a diferença entre uma “estratégia de oposição” e uma “estratégia de construção de uma nova ordem”.

No caso da primeira, o elemento de negação de uma certa ordem social ou política predomina, mas este elemento de negatividade não é acompanhado por qualquer tentativa real de estabelecer diferentes pontos nodais a partir dos quais se poderia instituir um processo de reconstrução alternativa e positiva da textura social - e como resultado, essa estratégia está fadada à marginalidade (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 279).

Para Mouffe e Laclau, no segundo caso, teríamos um exemplo hegemônico a partir do gerenciamento da positividade do social e da articulação de variadas demandas democráticas em nível de máxima integração (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.279). Em decorrência disso, a elaboração de um projeto radicalmente democrático das esquerdas não poderia consistir em afirmações a partir de posições unicamente marginais, antissistêmicas, mas a partir de um “ponto de equilíbrio entre um avanço máximo da revolução democrática numa ampla gama de esferas, e a capacidade de direção hegemônica e reconstrução positiva destas esferas, por parte dos grupos subordinados” (LACLAU; MOUFFE, 2015, pp. 279-280).

Por fim, os autores promovem uma reflexão sobre o fato de a hegemonia se erguer sobre um equilíbrio instável, na medida em que parte da negatividade, mas se consolida a partir da positividade do social. Segundo eles, esses são momentos que não são teoricamente articulados, mas que se resultam em uma permanente tensão contraditória (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 280).

Aqui é importante não cair nas diferentes formas de utopismo, que pretendem ignorar a variedade de espaços que constituem aqueles limites estruturais, ou de apoliticismo, que rejeitam o campo tradicional do político em vista do caráter limitado das

mudanças que se pode implementar desde o seu interior. Porém, é também da maior importância não querer limitar o campo do político à administração da positividade social, e aceitar somente aquelas mudanças que se possa implementar no presente, rejeitando-se toda carga de negatividade que vá além delas. (...) sem “utopia”, sem a possibilidade de negação de uma ordem além do ponto em que podemos ameaçá-la, não há possibilidade alguma de constituição de um imaginário radical - democrático ou de qualquer outro tipo. A presença deste imaginário como um conjunto de sentidos simbólicos que totaliza como negatividade uma certa ordem social é absolutamente essencial para a constituição de todo pensamento de esquerda (LACLAU; MOUFFE, 2015, pp.280-281).

Aí se encontraria um dos maiores desafios da esquerda, evitar o mito totalitário de um mundo ideal e o pragmatismo positivista de reformistas sem projeto. É na tensão, na abertura, na incompletude e precariedade do social, que deve se dar um projeto de esquerda radicalmente democrático que pretenda se institucionalizar (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.281). É no tratamento da diversificação como diversidade, “já que cada um desses elementos e níveis diversos não é mais a expressão de uma totalidade que os transcende” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.281). As elaborações deixam de ocorrer na lógica de um princípio racional subjacente a toda mudança, exprimindo, em realidade, “o caráter irreduzível dessa diversidade e pluralidade, a sociedade constrói a imagem e a gestão de sua própria impossibilidade” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.282). Por fim, afirma-se que

O discurso da democracia radical não é mais o discurso do universal; o nicho epistemológico de onde falavam as classes e os sujeitos “universais” foi erradicado e substituído por uma polifonia de vozes, cada uma construindo sua própria identidade discursiva irreduzível. Este ponto é decisivo: não existe democracia radical e plural sem que se renuncie ao discurso do universal e seu pressuposto implícito de um ponto privilegiado de acesso a “a verdade”, somente atingível por um número limitado de sujeitos. Em termo políticos, isto significa que assim como não existem superfícies de emergência de antagonismo aprioristicamente privilegiadas, também não há regiões discursivas que o programa de uma democracia radical devesse excluir a priori como esferas de luta possíveis (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.282).

“Radicalidade democrática”, portanto, seria “uma forma de política que se funda, não na postulação dogmática de qualquer ‘essência do social’, mas, ao contrário, na afirmação da contingência e ambiguidade de toda ‘essência’ e no caráter constitutivo da divisão social e do antagonismo” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 284).

Afirmação de um “fundamento” que só subsiste pela negação de seu caráter fundamental; de uma “ordem” que só existe como limitação parcial da desordem; de um “sentido” que se constrói apenas como excesso e paradoxo face ao sem-sentido - em outras palavras, o campo do político como espaço de um jogo que nunca é de

“soma zero”, porque as regras e os jogadores nunca são inteiramente explícitos. Este jogo, que escapa ao conceito, tem pelo menos um nome: hegemonia (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 284).

As reflexões realizadas por Mouffe e Laclau são muito interessantes e nos alertam para diversas questões a serem analisadas. A experiência das “Muitas” e da “Gabinetona” foi capaz de diagnosticar grande parte dos elementos apontados pelxs autorxs, mas a partir de outras chaves de leitura, como se verá. O diálogo dessas perspectivas nos mostra a complexa e imbricada relação de fronteira e tensionamento entre o local e o global e entre as diversas experiências de enfrentamento das relações de opressão e dominação, bem como de ativismo pela valorização da pluralidade contida na textura do social. A partir da concretude do território, buscarei fazer um contraponto às teorizações aqui expostas, pretendendo contribuir com a radicalização democrática. Minha perspectiva se dá, no âmbito teórico-pragmático, a partir de experiências concretas de luta cotidiana nos territórios – um convite a viajar pela espaço-temporalidade em busca de novos sentidos de direitos.

2. UMA TARDE DE SÁBADO: ARTICULANDO O POLÍTICO EM UMA OUTRA POLÍTICA

Neste capítulo pretendo apresentar a maneira como a experiência de construção da “movimentação” das “Muitas” implica a realização de uma série de “giros” político-epistêmicos de cunho espacial, decolonial, feminista e antirracista. Tais giros implicam, por um lado, uma outra forma de compreender a realidade social e, por outro, uma outra forma de fazer política. O objetivo aqui, portanto, não é fazer uma reconstrução cronológica do surgimento da “movimentação”, mas, a partir de elementos retirados sobretudo das entrevistas realizadas durante a pesquisa e de documentos coletados, recompor aqueles traços inscritos no seio da “movimentação” que lhe conferem seu caráter “radicalmente democrático”. É um pressuposto da radicalidade democrática, e um compromisso não só das “Muitas” como também meu, a superação de um paradigma moderno-colonial, heteronormativo, branco e eurocêntrico de pensamento e ação política. Trata-se, então, de entender como essa “movimentação” potente que surgiu em Belo Horizonte opera essa ruptura.

2.1. Giro Espacial

Apesar de certa relutância percebida nas diversas falas dxs entrevistadxs quanto a atestar um marco inicial fixo para as “Muitas”, nota-se um consenso relativo em relação ao fato de que seu nascimento está atrelado a uma conjuntura político-social muito específica da cidade de Belo Horizonte. Tais especificidades foram capazes de gestar as características basilares para as construções políticas que se sucederam na cidade. As narrativas evidenciam a importância central do renascimento do carnaval de rua de Belo Horizonte, por volta de 2009, quando diferentes agentes, organizados em novas articulações, começaram a surgir a partir de outras formas de manifestação em busca da reocupação do espaço urbano de maneira lúdica e festiva. Esse elemento parece ser fundamental para a análise que pretendo fazer pois a linguagem carnavalesca e festiva foi muito importante para o diálogo que vários movimentos passaram a travar junto com a população e os territórios. Ela qualifica parte da conceituação que a maioria dxs entrevistadxs propõe como sendo a que melhor se aplica às “Muitas”: uma “movimentação”.

O contexto do surgimento das “Muitas” também está atrelado às trajetórias dos movimentos de combate às violações de direitos humanos no período da Copa das

Confederações e da copa do mundo de 2014, aos movimentos pelo direito à moradia e à cidade e também aos de luta contra o aumento das tarifas do transporte coletivo, bem como àqueles cujas pautas são a cultura e o reforço das identidades culturais. A confluência desses movimentos em espaços comuns de interlocução, atrelada a pensamentos focados em promover construções com o objetivo de ocupar espaços de poder institucional são elementos a serem analisados. Em entrevista, Rafael Barros, por exemplo, indica a intencionalidade dessas articulações no sentido de promover mudanças efetivas no contexto político-social belo-horizontino a partir da reapropriação da cidade como espaço de convivência, como ponto de contato entre os diferentes corpos que a compõem e, assim, como lugar viabilizador de processos articulatórios, a partir da criação de subjetividades comuns – posições de sujeito relativamente sobredeterminadas. Propõe, ainda, a necessidade de novas linguagens, lúdicas, afetivas, que cativem e promovam um reencantamento pelo político:

(...) a gente se constituiu num grupo que de alguma forma movimentou e vem movimentando o cenário político na cidade com algumas pautas muito específicas. Uma delas que costuma ser bem abstrata é o direito à cidade, a nossa possibilidade, a nossa necessidade de se apropriar mesmo do tecido urbano, de *transformar* a cidade não apenas em um lugar de passagem ou de uma utilidade extremamente pragmática, mas em um espaço de encontro, de construções existenciais, de *transformação* da vida, de partilha do comum, de acesso a desejos compartilhados. Isso vem muito associado a uma espécie de tomada política de uma forma performatizada ou com uma estética carnavalizada, uma maneira de elaborar politicamente a partir da festa, de performances, de ocupações culturais, do carnaval, enfim... (BARROS, R. 00:03:28.17).

Uma questão interessante a ser considerada é o fato de que a eleição do Prefeito Márcio Lacerda em Belo Horizonte (2008-2012) e sua posterior reeleição (2012-2016) rearticulou e sistematizou a perspectiva empresarial de gestão de cidade que vinha se consolidando em BH, segundo a qual a cidade deixou de ser uma organização pulsante focada na garantia dos direitos de cidadania para ser gerida como uma grande empresa. Esse processo coincide com o surgimento crescente de campanhas eleitorais focadas no discurso da “antipolítica”, que buscam impregnar o imaginário coletivo com a ideia neoliberal como solução para as crises econômicas, sociais e éticas vivenciadas no país. A discordância de vários setores da população com esse direcionamento dado delimita o campo político e estabelece pontos nodais importantes de antagonismo, sendo um dos resultados decorrentes disso o nascimento do movimento “Fora Lacerda” (documentos 10 e 11), cuja atuação precípua foi denunciar diversas ações da gestão

municipal de maneira intersetorial, contando com a participação direta de vários grupos, organizações, coletivos e movimentos que passaram a fazer oposição direta ao governo.

Um dos exemplos paradigmáticos de ação altamente impopular adotada pelo prefeito no período foi a elaboração de um decreto que proibiu a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, que tinha passado por uma revitalização milionária para abrigar eventos de grande porte na capital de Minas Gerais¹⁷. Como resposta ao que foi considerada uma decisão desarrazoada, surgiu a “Praia da Estação” ([documento 9](#)), com o objetivo de ocupar os espaços públicos de maneira festiva, evidenciando a necessidade de lazer, diversão e contato entre xs cidadxs. Dário de Moura é umx dxs entrevistado que aborda os prejuízos atrelados à gestão empresarial do Prefeito Márcio Lacerda no que toca à ocupação do espaço urbano e ao tratamento conferido a grupos vulnerabilizados no contexto de Belo Horizonte:

Uma incidência clara aqui em Belo Horizonte tem muito a ver com o governo do Prefeito-empresário Márcio Lacerda que alijou muito, retirou, teve uma política higienista no centro da cidade, quanto à população de rua, as manifestações culturais. Isso fez com que esses movimentos se conhecessem entre si ou comesçassem esse processo de conhecimento e as “Muitas” nasceram disso, elas são uma tentativa de ampliação da luta desses movimentos dentro dos espaços institucionais (MOURA, D. 00:00:28.03).

É importante salientar que a repressão aos movimentos de rua e às manifestações artístico-culturais fazem parte de um projeto de poder que compreende o relevante papel dos espaços de confraternização como viabilizador de vivências articulatórias no campo político, motivo pelo qual foi um dos principais alvos da gestão de Lacerda. Ademais, a perspectiva higienizadora denuncia a constante tentativa de eliminação das diversidades e promoção de processos homogeneizantes na sociedade, tecnologia de dominação denunciada pela perspectiva decolonial de leitura sócio-política, sobre a qual nos aprofundaremos mais à frente. Segundo Rafael Barros, a constante tentativa de inviabilizar a ocupação dos espaços públicos não impediu que diversas pessoas e movimentos se articulassem e pautassem diferentes formas de se pensar e se viver a cidadania no município. Ao mesmo tempo, esse processo de enfrentamento evidenciou a discrepância na correlação de forças e na capacidade de influência

¹⁷ O decreto nº13.798 de 09 de dezembro de 2009 tem apenas uma frase: "Fica proibida a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta Capital" (DOM 2010). Acesso em 31/01/2019: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2009/1380/13798/decreto-n-13798-2009-proibe-realizacao-de-eventos-de-qualquer-natureza-na-praca-da-estacao-nesta-capital?q=13.798>

política em formações sociais marcadas pela desigualdade e pela concentração de riquezas e, consequentemente, de poder:

As eleições foram em 2012. O Fora Lacerda, ele se estrutura em 2011, 2012. Após as eleições e com a vitória do Lacerda, mesmo a gente dando trabalho, pautando de forma muito consistente a agenda política eleitoral, vários dos temas debatidos vieram desse processo de organização política e dessa “movimentação”, desses enfrentamentos, há uma arrefecida, uma baixa nos ânimos, um banzo mesmo, uma espécie até de um sentimento de incapacidade de poder atuar e de influenciar de forma decisiva na política. Talvez a gente tivesse um desejo ou uma impressão de que a abrangência e a capacidade de reflexão do Fora Lacerda em relação à imagem do próprio Lacerda fosse muito maior do que parecia, mas foi gasta muita grana, muito dinheiro, foi a campanha mais cara para prefeitura no Brasil em 2012. Isso dá uma esfriada (BARROS, R. 00:10:45.02).

Soma-se a isso o desgaste a que foi submetida parte da esquerda tradicional belo-horizontina quando o Partido dos Trabalhadores (PT) se aliou ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para promover Márcio Lacerda (PSB) à prefeitura. Esse elemento é também bastante interessante porque, apesar de Márcio Lacerda pertencer ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), elegeu-se a partir de uma agenda que instiga o esvaziamento do político no âmbito da política e propõe abertamente um programa neoliberal. Esse contexto é importante para compreendermos a complexa relação de antagonismos atrelada à conformação das “Muitas” que, talvez, possam ser compreendidas como um bloco histórico de oposição articulado em torno da necessidade de enfrentamento da articulação hegemônica supramencionada para tensionar as narrativas no sentido do resgate do político a partir de uma perspectiva agônica, afetiva, festiva, plural e generosa.

A união de parte da esquerda tradicional com a direita na campanha de Márcio Lacerda foi lida por alguns entrevistados como marco da falência completa da política institucional em Belo Horizonte e passou a exigir dos agentes políticos da cidade uma resposta mais firme a partir do descrédito completo do PT como alternativa de poder popular na cidade. Gustavo Bones conta um pouco desse momento político que, para ele, também foi responsável por viabilizar encontros que promoveram novas articulações:

Eu acho que a história do Pimentel por aqui foi muito importante para a cidade, desgaste do petismo orgânico, a história do Márcio Lacerda. Então as “Muitas” vêm um pouco nessa onda, do projeto de poder democrático e popular do PT, dessa construção de democracia da esquerda brasileira, que não se limita ao PT, mas que passa por ele. E a gente foi sentindo, a cidade foi sentindo o fim da política real, com uma aliança entre PT e PSDB para eleger o PSB, com um desgaste total das possibilidades internas dentro do Partido dos Trabalhadores de atuar lá. Nesse contexto travado sem escape, onde a representação virou de fato um negócio, a cidade

foi espontaneamente vindo brotar uma “movimentação” difusa, sem forma, sem coordenação, sem direção que, para nós, em uma análise histórica, tem um momento crucial que é a Praia da Estação, que começou lá no final de 2009, começo de 2010, uma ocupação do espaço público, uma performance coletiva, uma festa, quando o Márcio Lacerda, prefeito de BH, que governava com o PT e com o PSDB ao mesmo tempo, ele proibiu eventos de qualquer natureza na maior praça cívica da cidade (BONES, G. 00:02:06.07).

A fala acima ressalta o fato de que por mais sobredeterminadas que estejam, as práticas articulatórias possuem limites, e fortalece a ideia de que suas fronteiras são fluidas, abrindo margem para que os elementos se reorganizem em novos momentos que melhor reflitam as necessidades e a conjuntura vivida. O fato histórico narrado foi responsável pela desarticulação de agentes sociais que há anos orbitavam o discurso hegemônico do PT e que o viam, em alguns casos, como única alternativa possível de mudança social. A partir do momento em que voltaram a ser elementos flutuantes, não mais vendo o PT como viável, foi possível promover outras articulações, dentre elas a que deu origem às “Muitas”. Pode-se perceber, também, a partir da fala de Gustavo Bones, que, desde o início de sua organização, já havia, nas “Muitas”, as raízes do que posteriormente foi chamado de “busca por horizontalidade”, que se dá a partir do momento em que se constata a equivalência entre as diversas lutas organizadas para o enfrentamento às diferentes formas de opressão, sem que se busque hierarquizá-las ou garantir a uma ou a várias delas papel histórico inarredável de protagonista nas lutas sociais. Tampouco se determina *a priori* aquelas que são mais ou menos válidas que outras.

Rafael Barros traz novos elementos a esse processo organizativo, informando que ele se dá a partir da confluência de pautas diversas em torno de um desejo de alteração das dinâmicas de vida na cidade, com respeito aos direitos humanos, políticas de moradia adequada, mobilidade sustentável e eficiente, dentre outras agendas:

Em 2013, com o processo da Copa das Confederações, as questões relacionadas à Copa do Mundo, ao COPAC que dá uma reaquecida, uma re-esquentada que já vem sendo articulada também por vários agentes que estão ligados a esses outros movimentos, eclodem as manifestações de junho de 2013 e isso cria uma outra dinâmica na cidade, com uma intensificação da pauta de mobilidade urbana, a ocupação da Câmara Municipal e uma organização que se deu de forma muito orgânica das manifestações de junho de 2013 que foi a constituição da Assembleia Popular Horizontal aqui em BH, que foi uma coisa talvez única no Brasil do ponto de vista de uma organização de forças da esquerda, de pensamentos de esquerda no meio daquela convulsão e que possibilitou uma espécie de direcionamento, de estruturação do pensamento político e da atuação política ali depois daquilo. Não por menos o Tarifa Zero surge em junho de 2013, a Ocupação do Espaço Comum Luiz Estrela surge no final de Outubro de 2013 ([documento 14](#)), há um processo de resignificação da Praia da Estação também ali no final de 2013, início de 2014, por uma juventude

periférica agora bem mais negra e já com outras elaborações e reflexões políticas que também geram várias outras ações, várias outras relações e elas ensinam a constituição do que talvez tenha sido a maior rede de resistência em Belo Horizonte que é o Resiste Izidora, quando as ocupações da região do Izidora são ameaçadas de despejo (BARROS, R. 00:10:45.02).

O que se percebe a partir da fala supracitada é que com o recrudescimento da perspectiva neoliberal a partir da nova formação hegemônica que levou, em Belo Horizonte, ao descrédito da esquerda em relação ao PT, houve o surgimento de várias novas articulações que passaram a propor e a disputar outras formas de se fazer política, outras formas de se viver a cidade, a cultura, a mobilidade urbana. Essas articulações passaram a disputar a política a partir da resignificação e do resgate do fazer político, não apenas a partir da elaboração de novos discursos, mas também por meio de ações diretas e enfrentamentos práticos: ocupando prédios, praças, terrenos abandonados e promovendo, no lugar, encontros, debates, articulações que se propunham a ser o extremo oposto daquilo que criticavam. É o resgate do político por meio de outras linguagens. Tudo isso foi importante para o amadurecimento desses laços, para que se pudesse, em momento posterior, almejar amarrações capazes de garantir, também, a ocupação dos espaços institucionais de se fazer política. Ademais, o fato de que o espaço se tornou paulatinamente mais diverso e passou a ser ocupado também pelas periferias e pela juventude negra foi lido como importante para que novas perspectivas tomassem parte na discussão, o que abordaremos mais a fundo quando formos explorar o que estamos chamando de giro feminista e antirracista. Várias das ponderações feitas por Rafael Barros são corroboradas pela leitura realizada por Júlia Moysés:

É a Praia da Estação que promove ali o encontro de diversos atores, diversas lutas, que propicia o nosso encontro, por meio do movimento Fora Lacerda, com o movimento de moradia e diversas demandas da cidade, fortalece o carnaval de rua, que tinha ressurgido com muita força em 2009. Enfim, toda essa “movimentação”, essa efervescência que surge a partir desses encontros na Praia, desses encontros de reivindicação do direito à cidade, culmina em uma vivência muito particular de junho de 2013 na cidade de Belo Horizonte, com a Assembleia Popular Horizontal, o Espaço Comum Luiz Estrela, o surgimento do Tarifa Zero, enfim... (MOYSÉS, J. 00:00:00.00).

A “Praia da Estação”, então, é tida como lugar central de encontro, de discussão política, de troca de afetos, de diálogos e sonhos para essa experiência em análise. Ali foi possível promover trocas espontâneas entre diversos movimentos, sujeitos, grupos, coletivos, que construíam, cada um a seu modo, lutas diversas pelos inúmeros territórios da cidade. Ao

mesmo tempo, a Assembleia Popular Horizontal é provocativa no que toca à procedimentalização do fazer político e da organização popular, evidenciando ainda em momento liminar os limites práticos da “busca por horizontalidade”.

Todas as reflexões feitas até aqui nos mostram a importância que repensar o espaço tem para essa experiência, o que se deu, inicialmente, a partir de uma perspectiva municipalista em diálogo com outras esferas, mas cujas reflexões deverão, em um futuro próximo, com a expansão desse projeto político para outros âmbitos, dar-se em dimensões geográficas mais amplas e a partir de diferentes localizações, como o estado, o país e o mundo, em permanente articulação do local com o global em sua simultaneidade – o que já vem se dando, em menor escala, desde o início da “movimentação”.

Nesse mesmo sentido, a produção teórica sobre o chamado giro espacial do direito¹⁸ nos ajuda a compreender a importância da ocupação dos espaços urbanos e sua relação com os corpos e a produção de direitos. O giro espacial do direito é trazido a este trabalho na perspectiva de nosso compromisso de compreender os direitos e sua produção a partir da relação dos corpos e das interações no espaço. Entendemos que é nas multiplicidades, no que excede o direito estatal, na disputa pela produção, interpretação e significados, que se dão efetivamente os sentidos de direitos. O “espaço”, segundo Doreen Massey, é um produto de interrelações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. Ele é a esfera de possibilidade da existência da multiplicidade, da coexistência de trajetórias, de distintas vozes. Como fruto de interrelações, o espaço implica na garantia da existência de pluralidade. Como produto de relações, o espaço está sempre em processo de devir, sempre acontecendo, nunca finalizado (MASSEY, 2008, p.2) A praia da estação evidencia a potência da espacialidade enquanto lugar do encontro de trajetórias, assim como o carnaval de rua, ajudando na compreensão das multiplicidades e, com isso, no constante tensionamento de sentidos que reflete, também, na articulação, na produção e promoção de direitos.

Uma vez que a experiência narrada nasce do encontro das multiplicidades, dos corpos e da produção do espaço, a questão identitária se apresenta como elemento importante e que, ao mesmo tempo, coloca-se como desafio a ser trabalhado. Nesse sentido, essa concepção de espaço permite refletir acerca de uma proposta política compromissada com o

¹⁸ O giro espacial do direito é discutido por diversas vertentes teóricas, entre as quais se encontra a Critical Legal Geographies, o grupo de Teoria e Direito do professor Andreas Phillipopoulos, que mantém diálogos importantes com o Grupo de Pesquisa Espaço, Tempos e Sentidos de Constituição da FDUFG. Aqui abordaremos essa questão da perspectiva da autora que serve de base a essas vertentes, a geógrafa Doreen Massey, que entabulou diálogos importantes com Chantal Mouffe.

antiessencialismo, importante na medida em que determinadas percepções identitárias se apresentam de maneira hermética, como algo previamente dado, cristalizado, perdendo-se, assim, nas armadilhas do essencialismo e do fechamento das fronteiras que precisam estar abertas para garantir a possibilidade de interlocução e, assim, de articulação. É preciso que se compreenda que:

no lugar de um tipo de política da identidade que toma estas identidades como já e para sempre constituídas (“mulher”, “homossexual”), e defende os direitos de, ou reivindica igualdade para aquelas identidades já constituídas, esta política anti-essencialista toma a constituição das próprias identidades como um dos suportes centrais do político. Mais do que aceitar trabalhar com identidades já constituídas, esta política anti-essencialista enfatiza a construção de identidades e coisas (incluindo as denominadas subjetividades políticas e constituintes políticos). Por isso devemos ser prudentes a respeito de reivindicações de autenticidade baseadas em noções de identidade imutável. Ao contrário, ela propõe um entendimento relacional do mundo (MASSEY, 2008, p.3).

Para Massey, as identidades, as relações *entre* elas e o espaço, são todas co-constitutivas. Para chegar a essa conclusão, a autora esteve em permanente diálogo com Chantal Mouffe (1985), para quem as identidades são processos de elaboração permanente a partir da construção relacional das subjetividades políticas, sendo elaborada a partir das interrelações (MASSEY, 2008, p.3). Importante lembrar que Laclau e Mouffe falam em posições de sujeito na cadeia discursiva, o que remete à sua constante “movimentação” e fluidez (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.185).

A partir desses pressupostos, Massey é certa ao argumentar que ao analisar o espaço como esfera da produção de multiplicidades, conclui-se que nem a história do mundo nem sua geografia podem continuar a ser contadas e elaboradas apenas pelos olhos do “ocidente” e, tampouco “do ponto de vista, por exemplo, da clássica figura (com frequência, ironicamente, ela própria essencializada) do macho branco heterossexual” (MASSEY, 2008, p.4). Tal conclusão foi a mesma a que a “movimentação” chegou a partir da convivência das multiplicidades no espaço e é ela quem garante abertura para que aqui eu aborde o giro decolonial. Perceber a discrepância em termos de diversidade no que toca à convivência nas ruas, nas praças e nas “quebradas”, daquela que se mostra quando analisamos os ocupantes dos espaços de poder, reforça a necessidade de ocupação da institucionalidade a partir de uma outra lógica política, mas também a partir de outros corpos políticos, levantando a importância da representatividade no projeto das “Muitas”, o que será aprofundado em nosso giro feminista e antirracista.

Entendendo os discursos e construções políticas, históricas e normativas como mutáveis, dá-se que, segundo Massey, somente é possível qualquer reconhecimento sério da multiplicidade e da diferença a partir do reconhecimento da espacialidade nas relações. É exatamente por isso que um projeto de poder excludente e marcadamente neoliberal (o de Márcio Lacerda) teve como conduta precípua o esvaziamento das praças e ruas e, segundo Dário de Moura, a “higienização” (MOURA, D. 00:00:28.03) da cidade com a retirada de indivíduos “indesejáveis” da vista de todxs, porque seu projeto político busca a supressão das diversidades e a manutenção do poder econômico e social nas mãos de uma minoria privilegiada.

Frente a isso, Massey propõe a necessidade de se imaginar o espaço sempre em processo de devir, nunca como um sistema fechado:

Os fundamentos do "Progresso", do "Desenvolvimento" e da "Modernização" e a sucessão de modos de produção elaborada pelo Marxismo, todos eles propõem cenários nos quais as direções gerais da história, incluindo o futuro, são conhecidas (MASSEY, 2008, p.6).

Isso implica que, por mais que muitos pensadores concordem com a perspectiva de um futuro em aberto, continua forte na modernidade europeia a percepção sobre a direção para a qual se encaminha a história, o que traz a questão das temporalidades para a discussão. Para Massey, o tempo não pode existir por si mesmo, sob pena de adotarmos uma postura abertamente essencialista. O tempo precisa de um apoio sobre o qual devem ocorrer as interações criativas consubstanciadas no espaço. Concomitantemente, para que haja relações, é preciso que haja multiplicidade. A conclusão não poderia ser outra: “para existir tempo deve existir interação, para existir interação deve existir multiplicidade, para existir multiplicidade deve existir espaço” (MASSEY, 2008, p.7). Tempo e espaço, então, são coexistentes e não podem subsistir um sem o outro.

Grande parte das dificuldades de interação que culminam em processos de exclusão e eliminação do outro na perspectiva antagonista do “inimigo” estão atreladas a noções deturpadas em que não se reconhece a simultaneidade das temporalidades de distintas formas de existência. Esse tipo de incompreensão é o que justifica o pensamento de que determinados grupos sociais ou indivíduos são mais ou menos “evoluídos” que outros. É a completa deturpação das noções de espaço-tempo que inviabiliza a possibilidade de reconhecimento e coexistência das multiplicidades. As “Muitas” já começam a se articular a partir de rupturas com essa percepção, na medida em que reconhecem as distintas temporalidades de processos históricos de luta daquels que xs antecederam, como exemplos a serem observados e não como

vivências decadentes a serem superadas, e também a potência de perspectivas ancestrais vinculadas às religiosidades tradicionais. Nesse sentido, as “Muitas” deram conta de que sua busca é pela realização de uma outra política e não de uma “nova” política, questão que também analisarei mais adiante.

A espaço-temporalidade se desdobra no que se refere ao político de acordo com Massey na medida em que

(...) um verdadeiro reconhecimento "político" da diferença deve entendê-la como algo mais do que um lugar numa sequência; de que um reconhecimento mais completo da diferença deveria reconhecer a contemporaneidade da diferença, reconhecer que os "outros" realmente existentes podem não estar apenas nos seguindo, mas ter suas próprias histórias para contar. Neste sentido, seria concedido ao outro, ao diferente, pelo menos um determinado grau de autonomia. Seria concedida pelo menos a possibilidade de trajetórias relativamente autônomas. Em outras palavras, isto levaria em consideração a possibilidade da coexistência de uma multiplicidade de histórias (MASSEY, 2008, p.9).

Em suma, espaço e espacialidade são elementos que trazem, em si, o importante reconhecimento da coexistência das diversidades e de “trajetórias relativamente independentes”. Trata-se de uma proposta para reconhecer o espaço como a esfera do encontro, ou não, dessas trajetórias – onde elas coexistem, afetam uma a outra, lutam” (MASSEY, 2008, p.11).

Indo mais além, proponho trazer tais reflexões para o campo da ciência do direito. Em 22 de março de 2018, foi produzido um manifesto lançado publicamente por ocasião da Grande Conferência Justiça Espacial, com o Professor Andreas Philippopoulos-Mihalopoulos, da Universidade de Westminster, Inglaterra, visitante no Programa Cátedras do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG (IEAT). Um grupo de pesquisadorxs interessadxs em explorar as relações entre direito e espaço, manifestou-se no sentido de que

Quando nos pronunciamos sobre um direito que emerge do corpo e das interações no espaço, nas multiplicidades, estamos extravasando o direito estatal, disputando esta produção que se pretende única e que se inscreve nas mentes e nos corpos de maneira violenta. Neste sentido, a ideia de que o direito é elaborado abstratamente por autoridades, de maneira racional, imparcial e universal nada mais é do que uma posição, dentre outras possíveis, de ver e de disputar o direito. Em nossa concepção, o direito se produz nas ruas, nas favelas, nas ocupações urbanas, nas rodas de conversa, nas manifestações, nas performatividades cênico-políticas e no enfrentamento à produção estatal e de mercado. De fato, o direito se produz no encontro e no tensionamento dos corpos nos espaços e na disputa interpretativa que daí emerge. (...) Assim, são os corpos, vivos ou não, os produtores de sentidos e de direitos, tensionando as narrativas e mostrando seu potencial transgressor e gerador de significados (PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, 2014).

Referido manifesto é de extrema importância uma vez que, ele também, é responsável pela demarcação de um posicionamento na disputa pelos sentidos de direitos dentro da academia, onde “O Direito”, enquanto ciência, tem sido tradicionalmente lido, criado e interpretado a partir dos juristas em suas “torres de marfim”, absolutamente distanciados dos territórios e das “quebradas” onde, na maioria das vezes, “O Direito” não chega, mas isso não quer dizer que lá também não haja diversos direitos e lutas por eles.

Nesse sentido, o teórico, o lugar da ciência e as práticas políticas e sociais se aproximam e convergem. É exatamente disso que trata a discussão do giro espacial do direito: da reaproximação e do reencantamento com os direitos, assim como com o político e com a política. As “Muitas” partem do pressuposto de que não é mais possível terceirizar a responsabilidade de discutir, elaborar, gerir, ocupar espaços. Áurea Carolina, em várias de nossas discussões em equipe, repetia como se diz no Hip Hop: “É nóiz por nóiz mesmo”. E eu, enquanto pesquisador, coloco meu corpo e minha luta também nessa disputa, porque a academia também é um espaço a ser ocupado, onde a resistência deve se dar cotidianamente na busca pela democratização dos saberes e de sua permanente descolonização.

Aprendemos cotidianamente a teorizar o direito a partir do pensamento de fronteira, entendendo este como o necessário lugar dos encontros e dos desencontros (MIGNOLO, 2003). Sabemos que os pontos de contato, ao mesmo tempo em que evidenciam tensões, também garantem a possibilidade de cruzamentos de trajetórias. Temos ciência de que é no conflito que negociamos posições, angariamos conquistas sociais e aprendemos a respeitar as diversidades. Não se trata de homogeneizar, mas de negociar, no espaço, a possibilidade de convivência concomitante das várias multiplicidades, histórias e trajetórias (MANIFESTO PARANGOLEI, 2018).

O espaço, portanto, sejam as praças, as ruas abarrotadas pela festividade carnavalesca, o encontro performativo dos corpos em suas diversidades, estiveram e estão, em Belo Horizonte, prestando-se à disputa permanente de sentidos de direitos. Isso ocorre não apenas quando movimentos por moradia, por ecologia, por cultura convergem e dialogam de maneira programática e propositiva, mas também quando esses movimentos são atravessados por corpos de mulheres, negros, gays, lésbicas, *trans* e travestis, indígenas e tantas outras diversidades que em geral são excluídas dos processos políticos e decisórios ([documento 13](#)).

Dário de Moura salienta a importância do protagonismo das juventudes, dos movimentos culturais e da comunidade LGBT nessas novas articulações que se deram em BH:

As “Muitas” [...] (v)em, acredito, da capacidade, sobretudo, das forças mais jovens da cidade de construir ocupação dos espaços públicos pelas vertentes da luta de identidades culturais, hip-hop, samba, do carnaval, mais especificamente, dos movimentos LGBTQs e os movimentos de luta pela moradia (...) (MOURA, D. 00:00:28.03).

Heloísa Andrade acrescenta à manifestação de Dário de Moura o importante papel dos feminismos – com destaque para o feminismo negro, dxs integrantes de ocupações urbanas, movimentos de luta por moradia e a provocação que trazem sobre a periferização das lutas:

Em especial, nós destacamos os movimentos: as juventudes periféricas, os grupos culturais das juventudes periféricas, os movimentos feministas, em especial o das mulheres negras, LGBT com muita força e eu penso também que o que deu uma força maior, qualificou essa “movimentação” em Belo Horizonte, foi a abertura para acolher as experiências das ocupações urbanas e, através das ocupações, vieram os movimentos das Brigadas Populares e os movimentos de apoio às ocupações urbanas. Temos aí também a UP, o MLB (ANDRADE, H. 00:00:23.25).

O contexto fértil narrado mostrou-se importante para a articulação de diversos movimentos de luta e resistência na e pela cidade, mostrando o poder da organização popular, promovendo o empoderamento de sujeitxs, dos coletivos e dxs cidadxos. Júlia Moysés fala sobre esse processo:

E é toda essa efervescência, esses encontros, essas potências (Resiste Izidora, Fica Ficus), que nos faz perceber, em 2014, que éramos uma força na cidade, uma força difusa, fluida, não organizada, como permanecemos, mas uma força que se dividia no período eleitoral entre os menos piores, e que os avanços dos movimentos sociais, das movimentações, dos ativistas independentes, eles seriam potencializados se a gente ousasse ocupar também a institucionalidade (MOYSÉS, J. 00:01:19.17).

A fala de Júlia Moysés nos ajuda a perceber a abertura para interpretação das conjunturas e para o direcionamento das forças políticas a partir das contingências. O projeto político não se deu a partir do fechamento de um conjunto de ideias a serem implementadas, mas a partir de uma constante reflexão sobre os acontecimentos e a conjuntura para que, a partir disso, fossem tomadas decisões e promovidas as ações necessárias. A possibilidade de ocupação da política institucional foi aparecendo de maneira mais concreta na medida em que se dava a interlocução cada vez mais forte de ideias e propósitos que se alinhavam nesse sentido. Rafael Barros fala da confluência das lutas a partir do momento em que elas foram se conhecendo e se reconhecendo:

As “Muitas” surgem de fato do encontro e de um reconhecimento das pessoas que vinham e vêm criando diversos campos de construção e de elaboração na cidade de Belo Horizonte, de *transformação* social na cidade de Belo Horizonte, de forma a diminuir ou minimizar as desigualdades, as desigualdades sociais, desigualdades econômicas, as desigualdades culturais, simbólicas (BARROS, R. 00:03:28.17).

Importante salientar que apesar da presença de inúmeros membros de movimentos sociais nas “Muitas”, isso não implica no apoio dos movimentos em si à criação da “movimentação”. Em verdade, o que se depreende é que muitas das lutas eram travadas de maneira transversal por várixs ativistas pela cidade, que puderam compreender dita transversalidade e passaram a, individualmente, compor as “Muitas”. Segundo Camila Viana,

É que às vezes tem uma confusão. Às vezes as pessoas levam a entender como se esses grupos se formaram, tipo Fora Lacerda, Praia da Estação, Luiz Estrela se formaram, se juntaram e fizeram as “Muitas”. Mas eu não acredito nisso. São pessoas que estavam nesses grupos que foram para as “Muitas”, formaram as “Muitas” (VIANA, C. 00:02:39.16).

Percebe-se, pela fala de Rafael Barros e de Heloísa Andrade, que a pauta do Direito à Cidade teve e tem papel fundamental na articulação da “movimentação”, uma vez que foi um dos principais elementos a trazer para a discussão a reapropriação do espaço urbano pelos cidadãos. O diálogo entre os movimentos identitários, os culturais e tantos outros como os de luta pela moradia, foi central para o estabelecimento de novas lógicas de enfrentamento e organização. As ocupações urbanas como espaços altamente democráticos e aguerridos em Belo Horizonte tornaram-se paradigma organizacional para essas articulações, promovendo, inclusive, a apropriação do termo para cunhar a perspectiva de “ocupar” a política ([documento 12](#)). Segundo Rafael Barros,

A questão da moradia, enquanto uma questão também fundamental, as ocupações urbanas, a própria constituição de um espaço como o Luiz Estrela, enquanto uma ocupação cultural aparece, obviamente que com relação com o direito à cidade também, enfim, as coisas estão conectadas, a questão da moradia está interligada a isso (BARROS, R. 00:03:28.17).

Isso porque o espaço e a conformação contingente das identidades, como salientei em na discussão sobre o giro espacial, estão diretamente conectadas. Espacialidade é condição para existência de multiplicidade e é na convivência das multiplicidades que se dão as interrelações que contribuem permanentemente na articulação de posições de sujeitos na cadeia discursiva.

Heloísa Andrade se manifesta no sentido de que essa ocupação do espaço urbano não é simples e que houve resistência às iniciativas populares por parte do Estado:

O foco principal das “Muitas” era a ocupação do espaço urbano e para ocupar o espaço urbano você precisa de... “Muitas” vezes você tem um confronto com o Estado, vê aí o movimento da Praia da Estação, ou através das ocupações urbanas, também um confronto porque as políticas institucionais não estavam dando conta de responder à demanda. E através desse mote da ocupação do espaço urbano eu acho que as coisas foram se dando. Assim, não foi uma coisa que foi prevista com antecedência, definida no gabinete, objetivo, estratégia, meta. Eu acho que eram pessoas com experiência, pessoas que já tinham um certo domínio da dinâmica da ocupação popular e da organização popular e que colocaram nesse meio que vinha pululando aí nessa conjuntura (ANDRADE, H. 00:13:40.14).

Apesar da conjuntura maior evidenciar um grande encontro de movimentos, lutas e construções cidadãs e de resistência, a pesquisa indica que a estruturação das “Muitas” não se deu de maneira orgânica e sem provocação, como inicialmente as narrativas fazem crer. Os relatos evidenciam a existência de um grupo de pessoas que foram protagonistas da sistematização deste potencial, garantindo-lhe forma e viabilidade para a consecução de propósitos a serem delineados, o que se depreende da fala de André Barreto, corroborada pelas de Rafael Barros e Júlia Moysés:

(...)[F]oi um grupo de pessoas que percebeu o potencial de realmente ocupar esse espaço institucional, em um contexto de Fora Lacerda, de muita desconexão entre o campo institucional e as demandas da população. E aí um grupo de pessoas, um grupo de amigos, pessoas que se encontravam, conversavam sobre isso, começou a discutir a possibilidade de lançar candidaturas, ainda de uma forma muito preliminar (AMARAL, A. 00:02:36.00).

A fala de André Amaral e dxs demais entrevistadxs citadxs é importante para ajudar a desmistificar o fato de que a “movimentação” teria amadurecido de maneira orgânica, como apontado previamente. A confluência de ideias e objetivos entre diversos atores/atrizes sociais decorre de uma série de contingências, sendo que já apontamos algumas delas, mas a articulação em torno de um projeto político propositivo se deu a partir de um esforço programático, organizado e proativo, o que corrobora a argumentação de Laclau e Mouffe de que não há vínculos necessários entre as diversas lutas, que dependem de uma articulação para se unirem em um mesmo projeto (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.265).

E aí é interessante porque logo no início de 2015, janeiro ou fevereiro de 2015 a gente se encontra, algumas pessoas na Praia da Estação, que vem dessa história, dessa construção, dessa elaboração: a Áurea, Priscila Musa, eu, Gustavo Bones, Joviano, Rafa Bittencourt e a gente se provoca em relação a isso. Tipo assim, diante dessa história, dessa capacidade de construção e de *transformação* se a gente não ia responder eleitoralmente ou se a gente ia permanecer enquanto sujeitos passivos do processo de elaboração e construção política, já que a eleição de 2016 estava dada, já tinha a eleição presidencial de 2014, com a reeleição da Dilma, tinha esgotado muito o horizonte de possibilidade de construção e de *transformação* com o PT, se não era hora da gente se reencontrar e se reorganizar, se rearticular para ocupar esse espaço eleitoral também, que é tão importante estrategicamente, pelo menos até que de fato a gente consiga desconstruir as estruturas brancas modernas do Estado burguês (BARROS, R. 00:10:45.02).

2.2. Uma tarde de sábado: giro decolonial

A partir de um encontro realizado no dia 28 de março de 2015 e chamado de “Uma tarde de sábado” ([documento 1](#)), deu-se início a uma formação mais orgânica, propositiva e concreta de ocupação do poder institucional a partir de uma perspectiva municipalista. Para que isso fosse viabilizado, houve a promoção de encontros, debates, reflexões em diversos territórios na cidade, sobre distintos temas, incluindo aí o desenvolvimento de políticas públicas, feminismos, negritude, radicalidade democrática, representatividade, dentre outros. Referidos encontros serviram como forma de estar nos territórios debatendo pautas consideradas altamente relevantes e estratégicas na persecução de uma política e uma cidade mais inclusiva, representativa e generosa. Chama-nos atenção na fala de Dário de Moura, que os espaços escolhidos sejam praças e parques, o que corrobora toda a reflexão de ocupação da cidade e do giro espaço-temporal, na medida em que a temporalidade desses locais em que geralmente prevalece o lazer e o descanso passa a coexistir com a possibilidade de resgate do fazer político, provocando tensionamentos em estruturas culturais enraizadas de percepção do tempo e do espaço. É aí que começa a se dar o processo de descolonização do ser.

Mas desde o início de 2015, março de 2015, que foi a primeira reunião que decidi e deu o pontapé na construção desse movimento, numa reunião num sábado à tarde no Parque Municipal, é que gradativamente foi se construindo o relacionamento desses movimentos (...) As “Muitas” nasce dessa construção de encontros presenciais nas praças, Parque Municipal, Viaduto Santa Tereza, Praça da Estação, Barreiro, debaixo do viaduto do Shopping do Barreiro, na praça de skate do lado da PUC lá no Barreiro, encontros no Pomar do Cafezal, no Parque Jardim América, na luta pelo Parque Jardim América, encontro no Izidora. Então assim, nesses espaços públicos foi se concretizando esses espaços de aproximação desses movimentos, das pessoas desses movimentos (MOURA, D. 00:03:39.04).



Figura 1. Uma tarde de sábado

A figura 1 retrata esse primeiro encontro. A estrutura circular evidencia a tentativa de busca por horizontalidade, sem que haja um espaço de predominância ou destaque. Sentar-se no chão, na grama, em um dia de sol, com roupas informais, evidencia a tentativa de ruptura com as estruturas tradicionais de poder. Até hoje, nas reuniões das “Muitas” e da “Gabinetona”, busca-se aproximar desse modelo e afastar-se de formatos de reuniões que fortaleçam perspectivas personificadas e hierarquizadas. Nesse primeiro momento, a “movimentação” ainda não tinha nome e ainda se encontrava muito distante do que se tornou em 2018. As provocações ao diálogo davam-se em torno da pergunta propositiva: “como é a cidade que queremos?” ([e-mail 2](#)). As trocas de e-mail dessa época evidenciam, também, grande comprometimento com a elaboração e pesquisa de métodos e processos para transformar a cidade ([e-mail 1](#)).

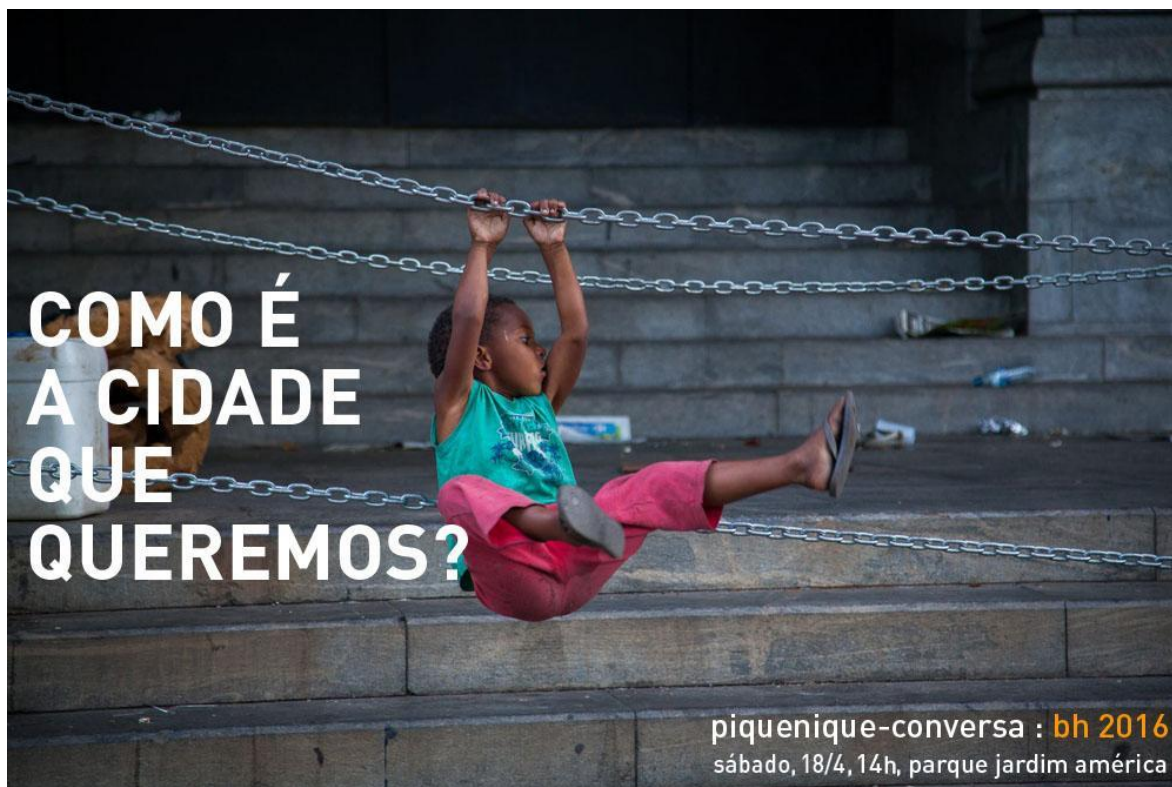


Figura 2. Como é a cidade que queremos? 18 de abril de 2015

Elemento interessante desse momento em análise foi a tentativa de descentralização da construção das “Muitas” – “periferização” – a partir da realização de reuniões em várias partes da cidade, com o objetivo de construir uma rede de ativistas e movimentos e, assim, levantar as demandas concretas das pessoas ([e-mail 7](#)). O primeiro encontro foi no Parque Municipal, localizado na região central de Belo Horizonte. O segundo, no Parque Jardim América, localizado no bairro de mesmo nome na região oeste da cidade, cujo surgimento se deu a partir de um processo de resistência popular à realização de um empreendimento imobiliário na última área verde remanescente no local, levantando a discussão sobre meio ambiente urbano. O terceiro encontro se deu no Pomar do Cafezal, espaço agroecológico dentro da maior favela de BH. A chamada para as reuniões evidencia desde cedo os motivos e princípios direcionadores da “movimentação”:

Já faz um tempo que a cidade não é feita para as pessoas. O trânsito que piora apesar das obras que torram recursos públicos; os aluguéis que sobem e a pífia política de moradia; a falta de escolas, de creches, as obras de hospitais que nunca terminam; a violência contra a juventude negra; a política equivocada que aniquila rios, árvores e parques em troca de mais concreto e asfalto. Somos a maioria, mas Belo Horizonte tem sido feita para atender privilégios. Somos mulheres e homens, idosos e crianças que querem transporte bom e barato, moradia de qualidade, ciclovias seguras, espaços de lazer, menos poluição e violência - especialmente a da polícia. Somos jovens e

queremos viver. Somos a maioria, mas a prefeitura mantém as portas trancadas e os ouvidos cerrados. E para a maioria, a cidade piora a cada dia. Este será o terceiro encontro de um grupo que busca se organizar para canalizar energias e criar um projeto popular, aberto e transformador para disputar a cidade no seu dia a dia. Inclusive nas eleições municipais de 2016. O grupo não tem nome, nem partido. Muito menos candidat@. A ideia é elaborar uma candidatura, uma pauta que atenda à maioria, que faça da cidade um lugar mais justo. E cujo processo esteja aberto para a sociedade, com tomadas de decisões coletivas. Quem colar constrói junto (Andrés, R. e-mail 2, 12/05/2015).

A chamada traz à tona diversos elementos atrelados à necessidade de mudança na lógica do político. A compreensão de que as chamadas “minorias” são, em verdade, “maiorias sociais” despojadas dos processos de participação popular e de decisão. A convocatória corrobora a necessidade de um giro espacial, trazendo especial atenção da “movimentação” para uma orientação municipalista, focada na construção de uma política do cotidiano, na resolução de demandas concretas por cidadania, no enfrentamento à velha política e na ocupação dos espaços institucionais de poder, elementos também atrelados ao giro decolonial. A fala de Rafael Barros deixa isso negrito:

Eu lembro que a gente começou então a debater a constituição, a realização de encontros presenciais em lugares da cidade diferentes, territórios das cidades onde as lutas já se constituíam, já existiam. Então a ideia era ir, deslocar, ir ao encontro de espaços de resistência, de luta e de enfrentamento para dialogar, debater com esses espaços, nos levar a outras pessoas, outros movimentos para se conectarem, se conhecerem, se reconhecerem e, daí, a gente tirar propostas concretas para a cidade. Que as “Muitas” sempre teve esse ímpeto de uma perspectiva municipalista, de uma relação com a micropolítica, com as relações diretas, com a *transformação* da vida concreta das pessoas, com as necessidades ordinárias que estão no dia a dia, para daí ir construindo também, de forma participativa, um grande programa para a cidade de Belo Horizonte (BARROS, R. 00:21:08.11).

É importante perceber como a elaboração das “Muitas” parte de uma perspectiva pragmático-teórica conectada com os movimentos e as resistências que já existiam nos territórios há anos. A “movimentação” propõe-se ao deslocamento das práticas articulatórias de maneira a promover conexões prováveis, mas que ainda não tinham sido viabilizadas em decorrência de estruturas de desmobilização e ruptura como as empregadas por Márcio Lacerda enquanto Prefeito de BH. As “Muitas” passam a colocar em prática metodologias de promoção de conexões e sistematização das pautas das lutas de maneira propositiva e programática, promovendo visibilidade e projeção de lideranças e projetos progressistas já legitimados e em andamento nos territórios. André Barreto explica que esse processo foi acompanhado do estudo

das políticas públicas existentes no município, de maneira a promover sua confrontação com as expectativas das comunidades:

Então, as “Muitas”, ela começou refletindo sobre as políticas públicas, em uma pegada muito municipalista. Foram várias reuniões de um grupo que puxava mais essa organização dos encontros e foram pensadas reuniões programáticas para discutir essas questões municipalistas em alguns pontos da cidade, até tentando descentralizar essas discussões e trazer outras figuras para esse debate. Então, o primeiro momento foi refletir sobre o que a gente chamou de Cidade que Queremos (AMARAL, A. 00:04:41.11).

Os encontros supracitados foram denominados “Explosões Programáticas”. Os temas abordados foram os seguintes:

- Encontro no Parque Jardim América - em defesa dos parques;
- Carreata + Bicicletada ;) de apoio à Mata do Planalto;
- Reunião da Zona Cultural da Praça da Estação;
- Almoço de Aniversário do Pomar do Cafezal;
- Mobilidade que queremos;
- Águas, parques e ecologia urbana;
- Igualdade de gênero e diversidade sexual;
- Democracia Radical e Cidadania;
- Gasto público e combate à corrupção;
- Habitação e política urbanas;
- Culturas urbanas e democracia real;
- Como transbordar os partidos?
- Feminismos, poética democrática e lutas da cidade;
- Moradia e ocupações urbanas;
- Afeto na política;
- Igualdade racial, representatividade e democracia radical;
- Mulheres na política: por uma cidade feminista.

Nesses encontros, chama atenção o uso de outras linguagens, principalmente por meio da cultura e da arte, algo que vinha dos movimentos e movimentações desde 2009. Também sua busca por situar os conflitos espaço-temporalmente é algo que instiga. Nesse sentido, Cida Falabella lembra que as “Muitas”

(...) nasce da “movimentação” cultural pela cidade e esse desejo de interferir de uma maneira mais objetiva mesmo, repensando, ocupando as eleições. Então acho que tem esse objetivo, assim, quando começam as reuniões a acontecerem em vários espaços da cidade, itinerante, as "explosões programáticas", a forma de ir puxando o assunto política sem que aquilo ficasse uma coisa viciada, aquele mesmo tipo de discussão, assembleia, uma coisa muito hierarquizada. Então é uma organização horizontal, uma organização que vai se modificando, que vai em alguns momentos tendo mais gente, em alguns momentos menos gente (FALABELLA, C. 00:02:02.17).

Busca por horizontalidade, como se percebe, foi um elemento transversal importante gestado nos primeiros momentos da articulação. Cabe salientar que sua implementação se apresenta como um dos maiores desafios cotidianos desse projeto de ocupação de espaços institucionais de poder, principalmente na medida em que efetivamente foram sendo galgadas vagas de representação político-partidária. Isso se deve ao fato de que a institucionalidade demanda outras formas de atuação (tanto espacial quanto temporal) que deslegitimam e invalidam elaborações coletivas, por serem quase sempre incompatíveis com a forma de operação marcadamente vertical da institucionalidade, que tem como lógica primordial a personificação e o excesso de responsabilidade e autoridade em indivíduos ao invés de em coletividades. Esta questão será melhor aprofundada adiante. A manifestação de Cida Falabella também é importante porque evidencia questões centrais para nosso giro decolonial, como as diversidades, a elaboração de outras linguagens, o papel central da arte e também da cultura em processos de descolonização.

As explosões programáticas viabilizaram o convite a pessoas com trajetórias de luta e ativismo em diversas áreas, com o objetivo de promover o compartilhamento de saberes, mostrando que esta luta não está desvinculada do político no âmbito nacional – o que reforça a simultaneidade e a coexistência espaço-temporal das diversas experiências. Segundo André Amaral,

Aconteceram algumas reuniões, tivemos momentos de altos e baixos, reuniões mais cheias, reuniões mais esvaziadas, a gente trouxe algumas figuras importantes, inclusive no cenário nacional: Márcia Tiburi, Célio Turino, Chico Alencar. Vieram alguns nomes expressivos pelo pessoal da rede no Rio, que tem pensado a política de uma forma diferente também, tentado propor coisas novas. E aí aconteciam essas explosões programáticas, como foram chamadas, com uma pegada temática, cada uma delas tinha um tema: feminismo, radicalização da democracia, mobilidade (AMARAL, A. 00:04:41.11).

Como se percebe, havia uma dedicação permanente com o pensar a própria “movimentação” e suas agendas em diálogo com as pautas regionais, nacionais e internacionais

de maneira programática, o que ocorreu paralelamente à consolidação das informações oriundas das discussões por meio de repasses e redação de atas, debates e construção coletiva por meio do grupo de e-mails. Uma das prioridades das “Muitas” era pensar novas e melhores formas de ampliação da discussão, mesmo que maneira remota, que garantissem o aprofundamento dos processos participativos. Exemplo disso foi a adoção da plataforma “loomio.com”, que permitiu a realização de debates temáticos online sobre ações específicas, organização das explosões programáticas e, até mesmo, discussões sobre o nome que receberia a “movimentação” ([e-mail 3](#)). Júlia Moysés aborda em sua fala essa tentativa de uso das redes sociais e a transposição desses encontros para o virtual:

Então, aí a gente começa, a partir de "Uma tarde de sábado" - que ainda é o nome do nosso grupo de e-mail, "uma tarde de sábado" - a realizar explosões programáticas pela cidade. Então a gente ia para os territórios para debater feminismo, mobilidade, moradia, sempre trazendo pessoas de cultura, cultura urbana, radicalização da democracia, sempre trazendo pessoas de fora e da cidade e com uma dinâmica de microfone aberto. A gente criou uma plataforma que abrigava essas propostas e outras propostas que surgiam espontaneamente das pessoas que acessavam virtualmente, elas eram colocadas em votação e em debate (MOYSÉS, J. 00:05:46.07).

A abertura e o diálogo permanente entre os movimentos, xs cidadãxs e xs diversxs convidados foram responsáveis por garantir oxigenação das reflexões levadas a cabo durante as explosões programáticas. A viabilização desses encontros se dava por meio de investimentos coletivos, nos quais cada um contribuía como podia. De acordo com Rafael Barros:

A gente conseguia trazer essas pessoas através de milhas compartilhadas e com hospedagem solidária. Nessa perspectiva vieram figuras muito interessantes nesse processo: a Márcia Tiburi, o Chico Alencar, deputado do PSOL, o Lúcio Gregório, o Célio Turino, o Bruno Cava, enfim, dentre outras figuras que eram sempre intercaladas com agentes culturais, pensadoras e pensadores, ativistas, líderes comunitários de Belo Horizonte, em que a gente ia construindo, elaborando esse programa, essas ideias, essas propostas. Paralelo a isso a gente conseguiu a liberação da plataforma dos movimentos municipalistas espanhóis para a gente construir um espaço virtual de interação também, de debate e discussão de proposta e que também seria alimentado por essas discussões, esses debates presenciais. E começamos também, ao mesmo tempo, um processo de reflexão de relação política. Aí sim do ponto de vista mais pragmático, de como que a gente ia ocupar as eleições já que a gente precisaria estar dentro de um partido político (BARROS, R. 00:21:08.11).

As discussões sobre a questão do nome da “movimentação” mostram a importância e a efetividade, ao menos naquele momento, da ampliação dos debates e da tomada coletiva de decisões ([e-mail 8](#)), tendo se estendido por meses e levantado várias questões. Foram aventadas

diversas ideias com inspiração nas experiências municipalistas “Barcelona en Comú¹⁹” e “Podemos²⁰”, ambas na Espanha, e com as quais as “Muitas” estiveram em frequente comunicação ([documento 20](#)), o que fortalece nossa percepção abordada no giro espacial de simultaneidade das lutas nos âmbitos internacional, nacional e municipal. Aqui, surgiram as ideias de “Mutirão”, “BH Comum”, “BH em Comum”, manutenção da nomenclatura “Cidade que Queremos”, “Multiplicidade”, dentre outras sugestões. Roberto Andrés, levando em consideração várias das ideias apresentadas, trouxe a seguinte reflexão no dia 5 de junho de 2015, que foi a adotada coletivamente:

Aos 45 do 2º tempo, posto aqui uma proposta de nome que foi construída em uma conversa com o Low. Na verdade, havia sido proposta pelo Cascão, MUITOS, mas avançou no sentido de contemplar a igualdade de gêneros: MUITxS.

Talvez valha a pena grafar esse X que caracteriza uma geração e um modo de escrever atento às mulheres e ao re-equilíbrio da linguagem. Do x para o * é um salto para a diversidade e a multiplicidade de sujeitos que compõem a cidade.

Acho que esse asterisco multicolor pode representar muito desse grupo que se forma, dessa tentativa pensar a cidade comum, o respeito à diversidade e o cuidado com a festa e a alegria que as cidades precisam.

E acredito que os slogans podem trazer as frases de engajamento e de comprometimento que precisamos, abordar o comum, a cidade que queremos, os mutirões que urgem, etc.

Enfim, vislumbrei aí um caminho potente e agregador, a partir da proposta do Cascão, desenhada pelo Low (que talvez queira enviar mais coisa, porque essa acho que não é a última versão que ele fez).

(ANDRÉS, R. Mensagem plataforma Loomio, 05/06/2015).

MUIT S

pela cidade que queremos

Figura 3. Muit*s pela cidade que queremos

Vários dos elementos contidos em nossas propostas de giros espacial, decolonial, feminista e antirracista estão contidos na elaboração acima. Na chamada, o rompimento com a

¹⁹ “Barcelona en Comú” é um projeto político municipalista iniciado em junho de 2014 envolvendo cidadãos, entidades e organizações políticas que se reuniram e criaram uma plataforma cidadã para ganhar o ajuntamento de Barcelona e devolver o poder às pessoas comuns. Seu objetivo é impulsionar uma rebelião democrática e recuperar as instituições para que voltem a estar a serviço do povo. Para saber mais: <https://barcelonaencomu.cat/>

²⁰ Podemos é uma articulação política espanhola que se organizou como partido no espectro político das esquerdas, fundado em 11 de março de 2014, e que teve uma importante vitória eleitoral no pleito de 2014. Para saber mais: <https://podemos.info/> Acesso em 03/02/2019

predominância de uma estrutura linguística normativa marcadamente masculina, na qual os plurais negligenciam a presença feminina, chama atenção para a limitação que até mesmo a linguagem possui no momento de lidar com as multiplicidades²¹. A grafia multicolor e alegre do asterisco evidencia a sobredeterminação do simbólico, a confluência de ideias em articulação. Os pontos de contato refletem as mudanças que as interações provocam nessas mesmas identidades, enquanto posições de sujeito. São detalhes importantes e que não poderiam passar despercebidos, já que, somados a todas as outras análises, fortalecem a estrutura narrativa aqui desenvolvida.

2.2.1. Grupo de Estudos, trocas com outras experiências e sistematização dos acúmulos

A análise do conjunto das informações obtidas durante a pesquisa permite inferir que o processo de amadurecimento das “Muitas” foi bastante complexo e partiu, principalmente, de dúvidas e suspeitas de seus integrantes acerca de qual seria o melhor caminho a ser trilhado ([e-mail 4](#)). Nesse contexto, a grande maioria dos princípios e diretrizes da “movimentação” surgiram como inspirações a serem testadas, aprofundadas, amplamente debatidas e validadas coletivamente antes de serem incorporadas como elementos estruturantes da construção ([e-mail 8](#)).

Ainda nos primeiros meses, deu-se início a um grupo de estudos composto por pessoas que participavam da “movimentação”. A primeira reunião ocorreu no dia 14 de setembro de 2015 e a segunda no dia 05 de outubro de 2015. Algumas das referências bibliográficas apontadas pelos integrantes foram os livros *O Direito à Cidade*, do Henri Lefebvre, *Hegemonia e Estratégia Socialista*, de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, *Construir pueblo: hegemonía e radicalización de la democracia*, também de Chantal Mouffe, agora com Iñigo Errejón e o texto *Apuesta Municipalista*, do Observatório Metropolitano de Madrid ([e-mail 4](#)).

Apesar do Grupo de Estudos não ter conseguido manter as reuniões dentro da periodicidade desejada, a necessidade de garantir substrato teórico para as elaborações políticas colocadas em prática nunca deixou de ser um elemento durante os anos de amadurecimento da “movimentação”. Os textos supramencionados indicam direcionamentos e dão pistas sobre de

²¹ Cabe salientar que este é o motivo pelo qual, neste trabalho, optamos pelo uso do x no lugar das derivações femininas ou masculinas. Ademais, tampouco optamos pela escrita que contemple o masculino E o feminino, porque compreendemos que dentro do espectro de gênero há uma infinidade de identidades que não são contempladas pela binariedade da lógica “macho X fêmea”, que também se mostra excludente.

onde vieram e para onde tendiam a ir xs ativistas envolvidos no processo. Mais interessante ainda, observar como elementos estruturantes para a “movimentação” foram sendo agregados na medida em que os debates e construções políticas eram amadurecidos.

No que toca ao giro decolonial, todo o percurso traçado até aqui nos mostra que a análise da experiência das “Muitas” e da “Gabinetona” não pode ser feita senão a partir da compreensão da permanente simultaneidade das perspectivas do local e do global no contexto mais amplo dos esforços das esquerdas de resgatarem alternativas possíveis de construção política comprometida com a justiça social e o fim das desigualdades. Nesse ponto, localmente, trata-se de uma vivência específica, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, América Latina, repleta de contingências e especificidades. Na perspectiva global, essa discussão se insere em debates mais amplos no campo das esquerdas, tendo como questão central o debate sobre radicalidade democrática. A simultaneidade do local/global encontra-se referenciada, para além do giro espacial, no giro decolonial²². Acredito na fertilidade do “pensamento de fronteira” (MIGNOLO, 2003), capaz de fazer frente à maneira de pensar hegemônica europeia e ocidental e de evidenciar a potência dos encontros e dos tensionamentos – a fronteira não como local da divisão, mas como ponto de contato que permite o diálogo. Como visto anteriormente, os processos políticos e articulatórios não podem prescindir dos fenômenos de equivalência e dos efeitos de fronteira, que devem ser reconhecidamente fluidas enquanto pontos de contato instáveis e abertos que viabilizam a articulação de elementos flutuantes no campo político (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.215).

No dia 24 de abril de 2016, houve a provocação de uma discussão no grupo de e-mails das “Muitas” pela Cidade que Queremos em que se chamou atenção para a necessidade de elaboração de debates em perspectiva decolonial, não mirando unicamente para as experiências europeias ([e-mail 6](#)) que estavam sendo muito analisadas (Podemos, Ahora Madrid²³, etc.) como referências para as vivências em Belo Horizonte. Esse tema voltou a ser discutido no dia 19 de maio 2016, sendo feito o chamado para que mais atenção fosse conferida a experiências latino-americanas e também a processos locais, sem desconsiderar as referências internacionais. A recorrência da decolonialidade como uma questão a ser considerada nas reflexões da

²² Para saber mais: CRUZ, Mariane. Trabalhadoras domésticas brasileiras: entre continuidades coloniais e resistências. Dissertação de mestrado na Faculdade de Direito da UFMG, 2016.

²³ Ahora Madrid é um movimento espanhol nascido com a intenção de enfrentamento aos problemas de gestão da cidade madrilenha a partir de propostas de gestão honesta, transparente, democrática, participativa e focada na resolução dos problemas reais das pessoas. Para saber mais: <https://ahoramadrid.org/ahora-madrid/> Acesso em 03/02/2019

“movimentação” é elemento chave para nossa leitura, uma vez que traz à tona pontos fortes dessa linha de pensamento que nos aportam pistas sobre a busca por práticas políticas radicalmente democráticas em um contexto de América Latina, Brasil. Isso se deve ao fato de que o projeto decolonial se propõe a promover reflexões a partir da dupla perspectiva colonialidade/modernidade em uma tentativa de superação da lógica ocidentalizante que permeia as relações de saber, do poder e até mesmo do ser (MALDONADO-TORRES, 2007). A proposta decolonial pretende construir uma teoria crítica a partir da América Latina e do Caribe, mas que não se limita a elas, havendo trocas e diálogos permanentes com outras partes do mundo.

Arturo Escobar (2003, p.53), analisando a genealogia do pensamento decolonial, ressalta a importância das contribuições para seu amadurecimento das reflexões promovidas pela Teologia da Libertação nas décadas de 1960-1970, bem como acerca dos debates na filosofia e nas ciências sociais latino-americanas sobre a construção de uma ciência social autônoma por autores como Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova e Darcy Ribeiro. O pensamento decolonial também se nutriu dos debates e construções acerca da teoria da dependência e sobre a modernidade e a pós-modernidade promovidas na América Latina nos anos 1980, podendo ser entendido como uma construção teórica e investigativa que coloca seus questionamentos nas bordas dos sistemas de pensamento (na fronteira), buscando possibilidades de conhecer para além dos modos eurocêntricos, mas não negligenciando-os. Foi exatamente essa a provocação constatada no grupo de e-mails das “Muitas”, que instigava a “movimentação” a explorar outras perspectivas, latino-americanas, brasileiras, para além das europeias que já vinha sendo analisadas.

O pensamento decolonial é, portanto, uma outra forma de compreensão da modernidade, propondo alternativas contra-hegemônicas ou, porque não: não hegemônicas. Toda a construção teórica em torno da radicalidade democrática realizada por Mouffe e Laclau (1985) se deu a partir do conceito de hegemonia. O pensamento decolonial surge como indagação epistêmica oriunda de locais que, em geral, foram e continuam sendo alvo de processos de hegemonização que, na grande maioria das vezes, desconsideram suas perspectivas e modos de vida e eliminam seus saberes e tradições em processos de dominação e espoliação.

Escobar salienta que os pensadores europeus, na maioria das vezes, buscaram explicar a modernidade a partir de paradigmas exclusivamente europeus, mesmo aqueles filiados à teoria crítica, como Habermas, Giddens, Taylor, Touraine, assim como Kant, Hegel e membros da

Escola de Frankfurt (ESCOBAR, 2003, p.55). Vários desses autores produziram teorias que abordam a modernidade, caracterizando-a como originária temporal e espacialmente no século XVII na Europa do norte, especialmente França, Alemanha e Inglaterra, tendo como base os processos do iluminismo e da Revolução Francesa (ESCOBAR, 2003, p.55) – questões que se repetem, não sendo superadas na teoria de radicalidade democrática de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (LACLAU; MOUFFE, 2015, pp.238-239). Esses autores buscam denunciar várias das armadilhas modernas que minam projetos políticos das esquerdas, impedindo-os de atuar de maneira radicalmente democrática, e afirmam que os processos revolucionários não devem ser vistos como pontos de ruptura, mas como processos cujo caráter é eminentemente processual (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.265). Apesar disso, ainda assim, insistem na ideia da Revolução Francesa como momento histórico originário que teria aportado as bases do pensamento moderno mundial em torno das ideias de igualdade e liberdade e se fundado pela primeira vez na soberania popular (LACLAU; MOUFFE, 2015, pp. 238-239). Não que não reconheça que a Revolução Francesa tenha extrema relevância na conformação de várias estruturas de pensamento em escala global, mas não é suficiente para nós e, especialmente para a experiência das “Muitas”, que o marco teórico relativo à concepção de modernidade, sobre a qual é erguida a teoria de radicalidade democrática de Mouffe e Laclau, continue centrada em uma perspectiva marcadamente europeia, desconsiderando outros processos revolucionários tão potentes quanto, mas invisibilizados em decorrência de contingências históricas mais amplas denunciadas pelo projeto modernidade-colonialidade.

A discussão realizada no grupo focal evidencia de maneira bastante direta, por meio da fala de Júlia Moysés, a tentativa promovida pelas “Muitas” de romper com essa lógica de colonização do saber:

É claro que a gente, em nossa... Essencialmente, nós somos marxistas, essencialmente, mas nós podemos usar outras palavras e outros referenciais, assim... Os quilombos faziam durante a escravidão o que a gente acha tão legal que a Revolução Russa fez: socializar os meios de produção para dar liberdade aos mais explorados. Então a gente pode buscar outros referenciais contra-colonizadores, aqui do ladinho, mais relacionados com a nossa realidade, como eu acho que é o feminismo também. Se eu fosse do movimento feminista, eu ia propor inclusive que a gente mudasse para "dandarismo", que o feminismo também é branco, europeu, das "múies", como é a teoria *queer*, que a gente pode encontrar referenciais mais interessantes aqui, eu acho... Então eu acho que falar "não sou marxista não, foda-se esse marx, caguei pra Rússia", é também um ato político (MOYSÉS, J. 01:12:45.04).

Essa tentativa de promover o giro decolonial em termos de pensamentos e ações não é simples. Inclusive porque esse tipo de construção se estende também aos aspectos culturais que nos moldam enquanto seres sociais. Segundo Escobar,

Culturalmente, la modernidad puede ser además caracterizada en términos de la creciente apropiación de las hasta entonces dadas por sentadas competencias culturales por formas de conocimiento experto asociadas al capital y a los aparatos administrativos del Estado (Habermas, 1973). Habermas (1987) describe este proceso como una creciente racionalización del mundo-vida, acompañada por la universalización y la individualización. La modernidad introduce un orden basado en los constructos de la razón, el individuo, el conocimiento experto y los mecanismos administrativos ligados al Estado. Orden y razón son vistos como el fundamento para la igualdad y la libertad, posibilitando así el lenguaje de los derechos (ESCOBAR, 2003, p. 56).

A forma de se pensar as relações sociais, a política e o direito foram profundamente influenciadas por essa lógica e sabemos, pela vivência cotidiana, das limitações desse raciocínio e dos processos de exclusão e opressão que se deram por meio dele e em decorrência dele. Esse é o motivo pelo qual acredito que propostas latino-americanas críticas são mais frutíferas se estiverem alinhadas com a perspectiva decolonial, que denuncia permanentemente a pretensa universalidade de validade de constructos fundamentados na “Razão” que se pretendem isentos, mas que encontram-se firmemente enraizados em estruturas de poder machistas, racistas, heteronormativos, patriarcais, eurocêntricos, etc.

Romper com essas elaborações não é fácil e exemplos cotidianos nos ajudam a entender o porquê. Na festa de final de ano das “Muitas”, na transição de 2017 para 2018, foi realizado um vídeo desejando boas festas e muita luta para o ano que chegava. O vídeo, festivo, era abundante em cores e alegria. Foi, no entanto, muito criticado pelo fato de que vivíamos um momento político e econômico profundamente complexo e a argumentação principal era de que aquilo não era um jeito sério de se fazer política. A questão da festa, no entanto, sempre esteve presente nas articulações políticas das “Muitas” e, posteriormente, na “Gabinetona”, como elemento agregador e criador de subjetividades. Primeiramente, surgiu no dia 06 de abril de 2016, quando as discussões realizadas no grupo de e-mails das “Muitas” recuperou a perspectiva da festa como elemento fundamental na construção da “movimentação” ([e-mail 17](#)) – lembremo-nos de suas origens no carnaval e na praia da estação. Posteriormente, em resposta ao repúdio em relação ao vídeo, foi realizada a seguinte reflexão por Rafael Barros, anotada em diário de campo, em reunião realizada na qual este e outros temas foram discutidos:

No que tange à dimensão festiva, cabe a reflexão de que fazemos parte, enquanto seres sociais e culturais, de processos permanentes de educação. Existe uma pedagogia política de onde nós também viemos. A esquerda foi educada para ser esquerda, para se comportar de uma determinada forma, para ter uma postura diante de determinadas situações, de determinadas construções. Assim como nós, que fomos educados a lidar/pensar com a política e com o direito de forma fria, séria, seca. Assim como fomos educados a entender a festa como algo meramente recreativo, supérfluo, frio, frívolo, sem potência, sem seriedade. As “Muitas”, neste contexto, reivindicam a festa como uma das coisas mais potentes, mais poderosas do fazer político, para transformação. Quando fazemos política com festa estamos discutindo política sim e jamais negligenciando as situações de opressão, de dificuldade que as pessoas vivem. Essas mesmas pessoas que sofrem cotidianamente são aqueles e aquelas que ensinam isso para nós, não se negando a festejar, mesmo diante do aumento constante do preço do gás, da precarização, da pobreza. Nossas festas vêm de onde a miséria mais grita. E as pessoas gritam mais alto com a festa para dizer que a miséria não vale nada. A festa é política, é séria, e não negligencia a dureza dos problemas concretos. As pessoas fazem festa para gritar mais alto do que as pessoas que dizem que a política é coisa séria. Nossas paixões são alegres e precisam ser alegres para transformarem e afetarem as pessoas. Que a nossa política seja festiva, pois nossa potência vem daí também. A tristeza é reacionária (BARROS, R. Anotação feita em diário de campo - data incerta).

A fala acima evidencia o caráter decolonial do projeto político das “Muitas” na tentativa de enfrentamento a profundos processos de colonização do ser, do saber e do poder que afastam as pessoas do “político” como elaboração cotidiana, fazendo-as acreditar que a política não foi feita para elas. É somente a partir do momento em que diagnosticamos as estruturas de dominação e de colonização que podemos enfrentá-las de maneira consciente e programática. Por isso é importante refletir mais detidamente sobre o projeto Modernidade/Colonialidade, que busca ancorar as origens históricas da modernidade na Conquista da América e no controle do Atlântico depois de 1492, marco histórico que adoto em nossa análise. Segundo José Luiz Quadros de Magalhães,

A modernidade pode ser entendida como uma realidade de poder e um projeto de poder, responsáveis pela construção do estado moderno, da economia moderna e do direito moderno, a partir de uma data simbólica que nos delimita o espaço temporal e a hegemonia geográfica dessa realidade: 1492 (QUADROS DE MAGALHÃES, 2017, p.53).

Esse posicionamento é referendado por vários autores decoloniais, que compreendem o processo modernidade/colonialidade como aquele que surge a partir dessa data simbólica com:

(...) o início da invasão das Américas pelos europeus; a expulsão dos Muçulmanos com a queda de Granada (que marca o início da Espanha moderna como Estado nacional); e a adoção da gramática normativa do Castelhano, idioma que passa a ser obrigatório na nascente Espanha e marca o momento em que o Estado moderno, em formação, começa o processo de uniformização e controle de sua população para construção da identidade nacional. (QUADROS DE MAGALHÃES; BARACHO DE MAGALHÃES, 2016, p.126)

Tais elementos podem ser desdobrados em sua simbologia, uma vez que determinam o início de um período de hegemonia europeia a partir da invasão das Américas, da Ásia e da África, traço elementar da modernidade, dando início à lógica do nós versus eles. “Nós civilizados versus eles, os bárbaros, selvagens, muçulmanos, inferiorizados” (QUADROS DE MAGALHÃES; BARACHO DE MAGALHÃES, 2017, p.55). Ocorre ainda o processo de expulsão dos mais diferentes e uniformização dos menos diferentes, com a queda do Reino de Granada, a expulsão dos judeus e muçulmanos e subalternização violenta dos valencianos, catalães, bascos, etc. Por fim, há que se salientar o surgimento da primeira gramática normativa, a do castelhano, que simboliza o processo de controle do pensamento, o aprimoramento das formas de compreensão do mundo e a imposição hegemônica e violenta de signos e significados (QUADROS DE MAGALHÃES; BARACHO DE MAGALHÃES, 2017, p. 55).

Esses elementos foram o pontapé inicial para a elaboração de uma série de ideias e símbolos atrelados ao nacionalismo que o estado moderno como imposição europeia buscou reafirmar de maneira a garantir a preservação dos interesses de um grupo privilegiado minoritário em detrimento dos interesses de grupos populares e servis que armavam revoltas à época (QUADROS DE MAGALHÃES; BARACHO DE MAGALHÃES, 2016, P. 126). Essa mesma lógica não teria sido abandonada posteriormente, quando eclodiram as revoluções liberais burguesas, mudando apenas o espectro de proteção dos interesses da nobreza para aqueles dos negociantes e mercadores (burguesia), que já detinham o poder econômico e passam a congregar, também, o poder político. Sendo assim, o estado moderno e o constitucionalismo, não nasceram em uma perspectiva democrática, mas sim da garantia de “(...) segurança jurídica e proteção da propriedade privada dos homens brancos e proprietários (QUADROS DE MAGALHÃES; BARACHO DE MAGALHÃES, 2016, p.127).

Nossa compreensão é a de que a lógica modernidade/colonialidade expõe estruturas de pensamento eminentemente uniformizadoras de comportamentos, valores e linguagens. Nessa estrutura social e de pensamento, somos todos treinados a estranhar o diferente e a compreender o mundo à nossa volta a partir de uma lógica de pensamento binária, que se consolida na perspectiva do “nós x eles” e que, em um sistema de enfrentamento e exclusão,

quando se expressa de forma “positiva”, mata a alma dos sujeitos a partir de processos “civilizatórios”, e quando apregoada a partir de uma visão negativa, mata o corpo dos sujeitos, exterminando-os. Esses fatores, somados a uma perspectiva linear da história e centrada no individualismo absoluto, conformam as maiores armadilhas da modernidade (QUADROS DE MAGALHÃES; BARACHO DE MAGALHÃES, 2017, pp. 56-59), que devem ser evitadas para que não cometamos os mesmos equívocos das experiências das esquerdas tradicionais (GUSTIN, 1995). Referidos pensamentos são ainda mais perigosos na medida em que insistem em insinuar-se universalmente válidos a partir dos já mencionados constructos da razão.

A perspectiva decolonial garante que não se perca de vista o elemento histórico do colonialismo e, por isso, busca elaborar criticamente uma narrativa que enfrente o desenvolvimento de um sistema mundial capitalista, que se apresenta como um dos elementos centrais dessa modernidade eminentemente exploradora e imperialista. Sendo assim, a lógica de pensamento decolonial ressalta a necessidade de não ignorar aspectos econômicos e estruturas de exploração atreladas historicamente à conformação desse sistema (ESCOBAR, 2003, p.60).

Os elementos supramencionados evidenciam o potencial agregador e o alinhamento do pensamento decolonial para com as propostas das “Muitas”. É importante que se saiba que, a partir dessa lógica, devemos compreender o sistema-mundo moderno-colonial como o conjunto de processos e formações sociais que acompanham o colonialismo moderno e as modernidades coloniais (ESCOBAR, 2003, p. 62). Por colonialidade do poder, conceito elaborado por Aníbal Quijano, compreende-se um modelo de poder global que se pretende e se impõe de maneira hegemônica, aqui entendida como um processo de imposição/hegemonização na perspectiva imperialista, instaurado desde a colonização, e que articula raça e trabalho, espaço e pessoas, de acordo com as necessidades do capital e para o benefício dos brancos europeus (ESCOBAR, 2003, p. 62). As articulações em perspectivas não decoloniais, portanto, têm se dado a partir da imposição de posicionamentos hegemônicos que se utilizam das categorias de raça, gênero, trabalho e espaço em processos de dominação de corpos e mentes a partir de interesses financeiros em benefício de determinados grupos humanos em detrimento de outros. É exatamente por isso que se fazem necessários giros que subvertam essa lógica.

Por diferença colonial, termo desenvolvido por Walter Mignolo (2003), compreenderemos as relações afeitas ao conhecimento e às dimensões culturais do processo de subalternização efetuados pela colonialidade do poder. Por colonialidade do ser, termo

desenvolvido por Nelson Maldonado Torres (2007), deve-se compreender a dimensão ontológica da colonialidade em ambos os lados do encontro:

Basado en Levinas, Dussel y Fanon, la colonialidad del ser apunta hacia el «exceso ontológico» que ocurre cuando seres particulares imponen sobre otros y, más allá de esto, la efectividad potencial o actual de los discursos con los cuales el otro responde a la supresión como un resultado del encuentro (Maldonado-Torres, 2003).

A colonialidade do ser pode ser percebida de maneira pungente nas subjetividades de muitos brasileiros, que guardam em si a marca da supressão dos direitos, da subcidadania, da marginalização social – todas questões centrais na proposta das “Muitas” de promover candidaturas de pessoas alinhadas com as necessidades das maiorias sociais, despojadas cotidianamente de direitos e cidadania. A colonialidade é o ponto de partida para a denúncia da narrativa opressora da modernidade partindo da própria modernidade – afinal, não é possível fugirmos da espaço-temporalidade que nos condiciona permanentemente.

Es al mismo tiempo la plataforma de la pluriversalidad, de proyectos diversos provenientes de la experiencia de historias locales tocadas por la expansión occidental (como el Foro Social Mundial demuestra); así la colonialidad no es un nuevo universal abstracto (el marxismo está incrustado en la modernidad, tanto el bueno como el miope), sino el lugar donde la diversidad como proyecto universal puede ser pensada; donde la cuestión de lenguajes y conocimientos devienen cruciales (el árabe, el chino, el aymará, el bengalí, etc.) como el sitio de lo pluriversal — esto es, lo “tradicional” que lo “moderno” está borrando y eliminando (MIGNOLO, 2003).

Diante de todo esse contexto e buscando possíveis alternativas de superação da dimensão colonial, imperialista e exploratória da modernidade, Dussel elabora a perspectiva da transmodernidade (Dussel, 2004) a fim de possibilitar diálogo com a alteridade não eurocêntrica, como uma crítica que possibilite a negação da negação. Essa proposta tem como objetivo resgatar os contradiscursos não hegemônicos e silenciados da alteridade que é constitutiva da modernidade. Segundo Escobar, esse é o princípio ético da liberação do outro negado (ESCOBAR, 2003, p. 65). Dussel cunhou a “transmodernidade” como um projeto global de libertação ética na qual a alteridade poderia efetivar-se. É uma proposta na qual “(...) tanto la modernidad como su negada alteridad (las víctimas) se co-realizan a sí mismas en un proceso de fertilización mutua» (1993: 76) (ESCOBAR, 2003, p. 65). Segundo Escobar, a “transmodernidade” requer uma solidariedade integradora por parte da ação dos grupos subalternizados. Mais que um projeto racional atrelado a uma ética discursiva, a “transmodernidade” nasce da expressão de uma ética da libertação (ESCOBAR, 2003, p. 65).

A partir dessas delimitações, é interessante refletir ainda sobre a elaboração de Walter Mignolo acerca do pensamento de fronteira – noção que evidencia a diversidade inerente aos processos históricos.

Resituando la metáfora de frontera elaborada por Anzaldúa en el dominio de la colonialidad, Mignolo esboza la posibilidad de «un pensamiento otro» desde la interior exterioridad de la frontera. Insertarse en el pensamiento de frontera es, entonces, moverse más allá de las categorías creadas e impuestas por la epistemología occidental. No es sólo una cuestión de cambiar los contenidos sino los términos mismos de la conversación. No es tampoco una cuestión de remplazar las epistemologías existentes, las cuales ciertamente continuarán existiendo y, en cuanto tales, permanecerán viables como espacios de –y para– la crítica. Al contrario, lo que Mignolo arguye «es el espacio para una epistemología que viene de la frontera y tiende hacia las transformaciones políticas y éticas» (ESCOBAR, 2003, pp. 65-66).

Com isso, Mignolo reconhece a importância de uma crítica da modernidade construída pelo discurso ocidental, mas ressalta que não é possível que ela ocorra a partir de um único espaço, como tradicionalmente tem sido feito a partir da hipervalorização dos conhecimentos produzidos e experiências vividas no “norte global” em detrimento daqueles dos países subalternizados. Sugere, portanto, que as teorias críticas ocidentais sejam colocadas em diálogo com outras críticas emergentes nascidas a partir da diferença colonial, as quais constituem o pensamento de fronteira. A partir dessa iniciativa, será possível dar-se início a uma hermenêutica pluritópica, garantindo a possibilidade de pensamento a partir de diferentes espaços – rompendo assim com o eurocentrismo como a única perspectiva epistemológica válida. O pensamento de fronteira, segundo Escobar, promove um novo tipo de hegemonia. Uma hegemonia múltipla, mais alinhada à lógica proposta por Mouffe e Laclau e, talvez, ainda mais alinhada à com a lógica da “confluência máxima” proposta pelas “Muitas”. A conclusão é de que “[c]omo un proyecto universal, diversidad nos permite imaginar alternativas al universalismo (podríamos decir que la alternativa al universalismo en esta perspectiva no es particularismo sino multiplicidad) (ESCOBAR, 2003, p. 66), o que dá voz exatamente às vivências que as “Muitas” experienciam. Não digo que não é possível que existam práticas articulatórias que promovam concepções universalizantes, mas sim que a universalidade está atrelada à multiplicidade, sendo fruto de elaborações contingentes de articulações sobredeterminadas no tempo e no espaço e não de imposições e argumentos totalizantes.

Por fim, a construção de Mignolo garante que onde o pensamento de fronteira floresça em toda sua diversidade, onde a mundialização promova novas histórias locais de recriação e readaptação de desígnios globais ocidentais, onde a interdependência sintetize ruptura com a

ideia de totalidade e promova a estruturação de redes de articulação, haverá a implementação do pensamento de fronteira, como uma “(...) rearticulación de la diferencia colonial: ‘diversidad como un proyecto universal’, lo cual significa que la gente y las comunidades tienen el derecho a ser diferentes precisamente porque “nosotros” somos todos iguales” (ESCOBAR, 2003, p.66).

Essas reflexões trazidas pelos pensadores das teorias decoloniais latino-americanas guardam estreitas coincidências com o processo de reflexão-construção das “Muitas”. Ambas ressaltam, a partir de elementos críticos, a importância da valorização das experiências e saberes locais, bem como a superação dos processos de dominação histórica atrelada a relações imperialistas que garantem local de destaque nas estruturas de poder à velha política – ainda hoje e talvez cada vez mais subserviente aos interesses da geopolítica internacional que orbita em torno dos interesses das grandes potências capitalistas. Os corpos que ocupam os cargos de poder no Brasil são, ainda hoje, predominantemente masculinos, brancos, ricos e heterossexuais, como reflexo da perpetuação da colonização do poder, que ainda hoje se utiliza das engrenagens coloniais para manutenção de uma lógica hegemônica de dominação e exploração.

Esses mesmos corpos se utilizam das estruturas de poder nas quais se mantêm para impor projetos de dominação do ser e do saber. Fazem isso a partir de atos sistemáticos de epistemicídio e etnocídio, aplicando à risca a cartilha de eliminação dos mais diferentes e, por meio de processos de aculturação e conversão doutrinária e religiosa – vide projetos como a escola sem partido e o avanço do fundamentalismo religioso na política²⁴ – da promoção de paulatina homogeneização dos menos diferentes. É aqui que surge a decolonialidade e projetos políticos de poder como as “Muitas” que vêm no resgate das diversidades a raiz para se pensar a multiplicidade e o respeito às diversidades como projeto de universalidade, a partir de outras linguagens e saberes, já que as práticas hegemônicas de linguagens, saberes e poderes têm se prestado à dominação, à exploração e à manutenção do *status quo*.

É preciso salientar que não é possível nos deslocarmos no tempo/espço e nos desvincularmos da inexorabilidade do processo modernidade/colonialidade que nos condiciona. Entretanto, é sim possível promover ressignificações, rompimentos programáticos e conscientes com antigas práticas. Nesse sentido, saliento a importância de se refletir a partir da perspectiva da interculturalidade, na lógica da realização de diálogos horizontais e não

²⁴ A esse respeito e no mesmo contexto espacial ver as dissertações de Cunha e Viana.

hegemônicos dos distintos universos existentes, isso porque a lógica da hegemonia, a partir da perspectiva dos países colonizados, representa processos históricos de dominação, exploração, genocídio, epistemicídio e imposição de valores e modos de vida. A alternativa que vislumbro é a da interculturalidade enquanto diálogo de sentidos, de sentimentos, de percepções, indo muito além das meras traduções. Pretendo discutir os significados e os significantes e sei que, para tanto, será necessário desenvolver uma nova linguagem que permitirá elaborações transculturais que superem as armadilhas da modernidade: não mais falaremos em vitória do melhor argumento, mas sim em somatórias, confluências, complementariedades.

Como se percebe, a linha teórica que alimenta este trabalho é a de que se faz necessário promover, dentro do contexto amplo de um giro epistêmico, um giro espacial, decolonial, antirracista e feminista do direito, todos muito importantes para construções políticas radicalmente democráticas em uma realidade latino-americana. As pistas para essa formulação nos foram trazidas paulatinamente a partir das reflexões promovidas pelo Grupo de Pesquisa Espaço, Tempo e Sentidos de Constituição, orientado pela Prof. Dra. Maria Fernanda Salcedo Repolês no âmbito da Faculdade de Direito da UFMG, mas também pela vivência cotidiana da rotina de construção política das “Muitas” e da “Gabinetona”. Ao mesmo tempo, vêm de uma inquietação atrelada a meu histórico de atuação nos movimentos sociais na luta pelos direitos humanos, seja na perspectiva do direito à cidade, como advogado popular em defesa das ocupações urbanas, seja na defesa de mulheres em situação de violência, pessoas vítimas de lgbtfobia, racismo e tantas outras formas de dominação.

2.3. Giro feminista e antirracista

Voltando ao processo da “movimentação”, Dú Pente trouxe para o debate, em 05 de maio de 2016, a real necessidade de periferização e descentralização da “movimentação”, chamando reuniões para o Barreiro e Venda Nova ([e-mail 7](#)). Após as eleições e com a vitória coletiva de Áurea e Cida, houve necessidade de se pensar a configuração do mandato aberto, coletivo e popular, motivo pelo qual o grupo de estudos passou a focar fortemente na questão da horizontalidade, que foi alvo de mais de uma reunião ([e-mail 8](#)). Vários desses pontos foram sendo estudados e aprofundados na medida em que a experiência exigia uma resposta cada vez mais democrática.

Todo o processo de amadurecimento advindo dos inúmeros diálogos entabulados na cidade, deu origem a vários documentos que refletem o compromisso da “movimentação” com

uma construção programática e propositiva. Entre as explosões programáticas, debates, festas e carnavalizações, ocorriam reuniões quinzenais organizativas das “Muitas”, que passaram a se dividir em Grupos de Trabalho visando sistematizar as informações elaboradas coletivamente (documentos [2](#), [4](#), [21](#), [22](#)). Essa sistemática de reuniões foi uma constante durante os anos de 2015 a 2018 analisados, havendo alternância entre reuniões mais operativas de grupos de trabalho temáticos, do grupo de estudos e dos encontros na e com a cidade.

Como consequência desse permanente esforço de sistematização, no dia 07 de outubro de 2015, foi feito um chamado para elaboração de um manifesto da Cidade que Queremos, a ser lançado junto com o movimento de ocupar partidos e com o site que estava sendo colocado no ar ([e-mail 9](#)). O manifesto já carrega vários dos elementos balizadores da “movimentação”, como o desejo de ocupar os espaços institucionais de poder, a representatividade, a aposta na micropolítica e o foco nas soluções de questões do cotidiano, o enfrentamento aos privilégios, o fortalecimento da educação e da saúde públicas, a defesa do meio ambiente, a periferização das discussões e a promoção de políticas públicas nas quebradas, o empoderamento popular para ocupação da política institucional e, principalmente, o chamado de que:

Reinventar a política é urgente. Sejamos as pessoas, os movimentos e os desejos da cidade em confluência para uma prática política realmente cidadã e radicalmente democrática. Ocupar os partidos é necessário. Precisamos arejar estruturas viciadas, bagunçar os coretos, contaminar com alegria e esperança os partidos existentes, cultivar coletividades solidárias e inspiradoras. Democratizar a prefeitura e a câmara é direito. Vamos eleger pessoas comprometidas com o bem comum, com base em programas populares e ferramentas inovadoras de tomada de decisão e participação direta; pessoas sem apego ao poder e que voltarão para suas atividades depois de servirem à cidade ([documento 2](#)).

A chamada acima mostra que a intenção da “movimentação” não era a de adequar-se às estruturas institucionalizadas de fazer político estabelecidas, mas de ocupá-las a partir dos princípios e linguagens elaborados e amadurecidos coletivamente de maneira a transformá-las paulatinamente. O acúmulo de construções até dezembro de 2015 levou à publicação da Manifesta, que foi lançada no dia 12 de dezembro 2015, dia do aniversário de Belo Horizonte, em um piquenique de avaliação coletiva das “Muitas” no parque municipal e em sua publicação fez referência à data como primavera de 2015 ([e-mail 10](#)). Ao mesmo tempo, também para o aniversário de BH, foi elaborada uma lista de desejos:

- A cidade que queremos não é feita por políticos profissionais.

- A cidade que queremos tem transporte público, gratuito e de qualidade para toda a população.
- A cidade que queremos garante a livre ocupação dos espaços públicos com arte, cultura e cidadania.
- A cidade que queremos enfrenta a violência contra as mulheres e a população LGBT.
- A cidade que queremos não ameaça a vida da juventude negra e pobre.
- A cidade que queremos dialoga com as lutas sociais.
- A cidade que queremos respeita e potencializa as diferentes expressões culturais.
- A cidade que queremos não aceita repressão policial.
- A cidade que queremos não comercializa direitos nem é controlada por interesses econômicos.
- A cidade que queremos assegura o livre direito de manifestação.
- A cidade que queremos é contra a especulação imobiliária e a mercantilização da vida.
- A cidade que queremos deve fazer uma auditoria cidadã da dívida municipal.
- A cidade que queremos tem mais parques e áreas verdes.
- A cidade que queremos reconhece as ocupações urbanas e preserva o direito à moradia.
- A cidade que queremos promove a participação democrática nas decisões públicas.
- A cidade que queremos é governada por mulheres, negras/os, trabalhadoras/es, jovens, população de rua, pessoas com deficiência, idosas/os, moradores/as das ocupações urbanas... ([e-mail 10](#))

O último item da lista de desejos pontua a necessidade de que se proceda, para além de um giro espacial e decolonial, a um giro feminista e antirracista. Isso decorre da incorporação de reflexões como a puxada por Áurea Carolina no dia 10 março de 2016, que trouxe para a discussão a importância da representatividade no fazer político das “Muitas”, que foi fortemente incorporada:

Acho fundamental a gente avançar na compreensão sobre os sentidos da representatividade, ainda mais porque estamos nos propondo a contestar a representação política convencional. o tema é amplo e envolve desde literatura e conteúdos educacionais até consumo e produção midiática. no caso das “Muitas”, a

meu ver, o ponto é que não basta ter um bom programa para a outra cidade possível. é preciso transformar os espaços de poder com a presença de grupos subalternizados. se é pra disputar um sistema institucional codificado pela representação, um dos caminhos será democratizá-la, o que pressupõe uma política de presença e de ideias. conversa longa, hein? (FREITAS, A. [E-mail 5](#)).

A fala acima abre caminho para reflexões mais amplas no que toca a esta pesquisa, especialmente quanto ao que as epistemologias feministas aportam em relação ao processo de descolonização do saber a partir da proposta da localização de saberes (HARAWAY, D. 1995), também referenciada no giro espacial. Como evidenciado previamente, esta pesquisa possui caráter marcadamente teórico-pragmático, sendo o campo a principal fonte de informações e dados, em sua maioria primários, que subsidiam as reflexões aqui feitas (listas de documentos, e-mails e figuras). Nesse sentido, para aprofundar a contextualização de minha tentativa de responder à pergunta formulada no início do trabalho, de como a experiência das “Muitas” e da “Gabinetona” pode contribuir para práticas e reflexões radicalmente democráticas, é preciso compreender certos pressupostos que ajudam a localizar o pesquisador e a pesquisa no tempo e no espaço.

A pesquisa se insere no contexto dos estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa “Espaço, Tempo e Sentidos de Constituição”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e orientado pela Profa. Dra. Maria Fernanda Salcedo Repolês. Referenciar dessa forma é importante, pois as reflexões promovidas pelo grupo estão em consonância com as construções realizadas pelas “Muitas” e pela “Gabinetona”. Ademais, friso que não tenho a pretensão de reivindicar para mim construções de saberes notadamente coletivas, fruto de muito diálogo, debate e reflexões – única forma de construção de saberes verdadeiramente críticos.

Após um período de residência no Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG – IEAT-UFMG (2016/2017), Salcedo Repolês promoveu a sistematização de uma série de reflexões que concatenam construções teóricas cujo potencial transformador é instigante. Em seu trabalho final, alerta para diversos aspectos que entende relevantes para que a produção do saber se dê a partir de paradigmas até então distanciados do Direito e que o trazem para a história, espacializando, temporalizando e, assim, acentuando seus potenciais ao aproximá-lo da realidade (SALCEDO REPOLÊS, 2017, p. 3).

A concepção de pesquisa a que me proponho denuncia qualquer tentativa de construção pretensamente científica que se mostre fechada, objetiva, sistemática, atemporal. Essa proposta, que se dá ao mesmo tempo numa perspectiva política e que avança sobre uma

nova *episteme*, que promove reflexões e informa a prática, configura-se como um giro epistêmico que informa de maneira transversal este trabalho sendo, ainda, guarda-chuva maior dos giros decolonial ([e-mail 6](#)), feminista ([e-mail 5](#)), antirrascista ([e-mail 5](#)) e espacial ([e-mail 7](#)) do direito. Cabe salientar que referidas incursões não são recentes ou inovadoras nas ciências sociais, mas na ciência do direito ainda não foram aplicadas em toda sua potência na perspectiva da busca por novas formas de saberes jurídicos e com o objetivo de promover rompimentos importantes com estruturas desgastadas, mas que insistem em se perpetuar. Em suas reflexões, Salcedo Repolês ressalta:

Não se trata de desenvolver uma Teoria do Direito, não temos um compromisso com o desenvolvimento de uma Epistemologia, ou seja, com um sistema de postulados e axiomas coerentes e concatenados. De fato, enunciamos a impossibilidade de qualquer projeto epistemológico que se afirme universal, a-histórico, objetivo, sistemático, consistente, apto a explicar qualquer tempo e espaço, não ser, ao mesmo tempo, um projeto de dominação política, social, cultural, econômica e bélica” (SALCEDO REPOLÊS, 2017).

Nesse sentido, e em contraposição à estrutura tradicional de construção de conhecimentos, Donna Haraway articula a perspectiva da “Localização de Saberes” (1995), desmantelando a ideia de um método científico neutro, que em verdade obedece a projetos de poder específicos, de homens ocidentais brancos, ricos, heterossexuais e que de neutralidade nada têm. Para ela, a perspectiva científica tradicional garante que nenhuma construção interna de saber seja privilegiada, “já que todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não movimentos em direção à verdade” (HARAWAY, 1995, p. 7). Para Haraway, todo conhecimento é um nódulo condensado num campo de poder agonístico e

A História é uma estória que os entusiastas da cultura ocidental contam uns aos outros; a ciência é um texto contestável e um campo de poder; o conteúdo é a forma. (HARAWAY, 1995, p. 11)

As reflexões de Haraway são extremamente importantes e se encaixam nas elaborações das “Muitas” e da “Gabinetona”. Também se articulam com denúncias atreladas às armadilhas da modernidade-colonialidade, dando pistas de como enfrentá-las. Haraway, ao falar sobre saber, alerta para estruturas de poder que se utilizam de pretensas racionalidades neutras e universais para manter lógicas de dominação. Uma das frases que orienta a atuação de Cida Falabella na Câmara Municipal e que direciona as reflexões da “Gabinetona” é a de

que “forma é conteúdo”, frase similar à de Haraway. Nos mandatos, essa frase está associada à performatividade na política e à tentativa permanente de instituição de procedimentos e tecnologias democráticas e de formas de agir, falar e fazer política que reflitam o conteúdo ético de uma intencionalidade política de enfrentamento às desigualdades.

Partindo da premissa colocada pela autora, alguns feminismos vêm desenvolvendo a afirmação de que nosso lugar determina nossa visão e nossa fala no mundo, construindo a narrativa de que os subjugados apresentam uma perspectiva de fala privilegiada da realidade. Segundo Haraway,

as feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (HARAWAY, 1995, p 15).

A partir disso, fica evidente que o objetivo de uma pesquisa como a que realizei não é a construção de uma teoria de poderes inocentes de representação do mundo, mas a criação de uma rede capaz de traduzir conhecimentos produzidos a partir de visões muito diferentes – também em termos de poder – e garantir a possibilidade de disputa das significações, isto é, política no âmbito do resgate do político. Em consonância com isso, Haraway evidencia a necessidade de arquitetar uma nova ciência. Em suas palavras:

Gostaria de uma doutrina de objetividade corporificada que acomodasse os projetos científicos feministas críticos e paradoxais: objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados (HARAWAY, 1995, p. 18).

Haraway evidencia que a forma como tem sido feita a ciência, buscando uma suposta transcendência de todos os limites e responsabilidades, é incompatível com uma busca real por objetividade, que estaria contida exatamente na análise específica, particular e, portanto, localizada. A conclusão é de que “apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais (HARAWAY, 1995, p. 21)”. Para ela,

os olhos têm sido usados para significar uma habilidade perversa - esmerilhada à perfeição na história da ciência vinculada ao militarismo, ao capitalismo, ao colonialismo e à supremacia masculina - de distanciar o sujeito cognoscente de todos e de tudo no interesse do poder desmesurado (HARAWAY, p. 21).

O mesmo enfrentamento é um dos compromissos basilares deste trabalho, que se propõe a construir, evidenciando uma perspectiva parcial seus fatores condicionantes (HARAWAY, 1995, p. 21), tanto aqueles que informam o pesquisador quanto xs coautorxs, membrxs da “movimentação”, do grupo de pesquisa, dos movimentos e da “Gabinetona”, em metodologia de sistematização participativa, apregoando os limites e potenciais dessa elaboração, que não se pretende universalizante, mas universalizável na medida em que reconhece em si a potência transformadora capaz de articular indivíduos e grupos em perspectiva local/global em permanente simbiose e, por essa razão, se sente e se faz responsável.

Quando a “movimentação” reconhece a lacuna de representatividade dos corpos das mulheres e, principalmente, das mulheres negras nos processos de ocupação da política institucional e resolve colocar em sua narrativa e em seus processos articulatórios o protagonismo dessas sujeitas, não quer dizer que esteja ignorando ou negligenciando outras pautas também sensíveis. O que se depreende é que ao promover articulações em torno desse grupo de pessoas, as “Muitas” e a “Gabinetona” apostaram no fato de que, por sua maior vulnerabilização histórica e social, as mulheres negras seriam capazes de promover confluências em torno de diferentes tipos de opressão a partir de vivências e sensibilidades atreladas ao afeto, ao cuidado e à empatia – aposta que vem se mostrando fértil até os dias de hoje.

Esse raciocínio atrelado ao giro feminista e antirracista, pode partir da reflexão de que os autores latino-americanos estudados anteriormente não foram capazes de garantir a devida atenção às desigualdades de gênero em suas construções teóricas. Dussel foi um dos poucos que se atentou para a necessidade de categorização das mulheres como fundamental na discussão sobre exclusão. Mignolo, por sua vez, esteve atento às construções teóricas de algumas feministas chicanas, principalmente no que tange à construção da noção de fronteira (ESCOBAR, 2003, p. 73). Tais esforços, entretanto, não foram desenvolvidos suficientemente, o que foi ressaltado por Escobar ao referir-se às denúncias da teórica finlandesa Elina Vuola sobre tais limitações:

Vuola encuentra esperanza en el movimiento de Dussel de defender el objeto de la liberación como el «Otro» – movimiento hacia el pobre, yendo más allá de la clase -, pero ella considera menos estimulante la incapacidad de los teóricos de identificar las posiciones de raza y género en sus teorizaciones y para responder a los desafíos que emergen cuando los objetos devienen en sujetos por sí mismos (ESCOBAR, 2003, p. 73).

Vuola, ao construir sua crítica, renova a necessidade de retomada de um projeto político a partir de uma perspectiva pós-colonial e feminista, que leve em conta seriamente a heterogeneidade e a multiplicidade do sujeito que luta por libertação:

En otros términos, el sujeto de la diferencia colonial no es un sujeto indiferenciado género-neutral – o diferenciado solo en términos de raza y clase -. Existen diferencias en la forma en la cual los grupos subalternos son objetos de poder y sujetos de agencia. Para reconocer esto, deben cambiar — parafraseando a Mignolo — no sólo los contenidos sino también los términos de la conversación. Que las mujeres sean otro en relación con los hombres — y ciertamente tratadas como tales por las falogocéntricas ciencias sociales y humanas — debe tener consecuencias para una perspectiva centrada precisamente en la exterioridad y diferencia (ESCOBAR, 2003, p. 74).

Vuola indica que, enquanto o discurso do grupo modernidade-colonialidade é instigante, iluminador e radical de várias maneiras, motivo pelo qual é levado a sério pelas feministas, ele ainda não é capaz de abarcar com a profundidade necessária as preocupações teóricas e políticas das mulheres. Apesar disso, Escobar alerta que há muitos pontos de convergência atual e potencial entre os feminismos e as construções que tratam da decolonialidade, já que ambos partem de uma desconfiança radical na lógica da universalidade e, nesse sentido, de que se faz necessário compreender que o discurso moderno é, também, um discurso masculinista (ESCOBAR, 2003, p.74). Outra convergência importante é o caráter situado da produção de conhecimentos, o que já foi mencionado a partir da importante contribuição de Haraway (1988).

Quando um projeto como o modernidade-colonialidade se furta a colocar-se também na perspectiva das lutas feministas, perde a oportunidade de realmente envolver-se com formas outras de pensar, outras subjetividades. Assim, a perspectiva de gênero deve ser adotada de maneira a abarcar espaços de poder, debatendo principalmente as relações de poder entre mulheres e homens – seja na academia, na política, nas instituições, nas ruas (ESCOBAR, 2003, p.74).

Además de los asuntos del poder y la epistemología, las preocupaciones de la teoría feminista por la subjetividad e identidad son áreas cruciales de compromiso. Ninguna teoría contemporánea ha radicalizado estos conceptos tanto como la teoría *queer*. Esta teoría ha mostrado elocuentemente que los elementos constitutivos del género y de las identidades sexuales nunca son monolíticos, sino más bien el resultado de entramados, superposiciones, disonancias, aberturas y posibilidades. ‘*Queer*’ nomina la confrontación radical de la norma — y acá estoy sugiriendo la norma del heterosexismo, patriarcal, moderno y colonial (ESCOBAR, 2003, p. 75).

Diante do reconhecimento da importância das chaves de análise gênero e raça trabalhadas profundamente pelos feminismos, principalmente aqueles de origem afrodescendente e indígena que, para além de combater o patriarcado e o capitalismo, passaram a fazê-lo levando em consideração a interseccionalidade presente nos sistemas de dominação, é necessário adotar referida perspectiva para a análise da experiência das “Muitas” e da “Gabinetona”.

Kimberle Crenshaw foi uma das principais feministas a explicitar a importância da interseccionalidade nas análises críticas da realidade. As teorias da autora são fundamentais para este trabalho uma vez que alertam para o giro antirracista, demonstrando que os elementos raça e gênero não sejam excluídos de experiência e análise (CRENSHAW, 1989, p.139). Crenshaw, em seus estudos e vivências, compreendeu que quando teóricos estudam casos de discriminação racial sua análise tende a se dar a partir do ponto de vista de negros de gêneros e classes socialmente privilegiadas (recorte masculinista). Já os estudos de casos de discriminação em decorrência de gênero, tendem a focar em mulheres de raça e classe privilegiadas (mulheres brancas), porque o paradigma da discriminação de gênero tende a ser baseado nas experiências de mulheres brancas, enquanto o paradigma da discriminação racial tende a ser construído com base nas experiências de negros privilegiados (homens) (CRENSHAW, 1989, p. 151), o que deturpa e limita a análise, uma vez que continuam sendo negadas possibilidades de manifestação aos grupos mais vulneráveis, como as mulheres negras.

Segundo ela, essas falhas analíticas não podem ser resolvidas simplesmente incluindo as mulheres negras em uma estrutura previamente estabelecida. A experiência interseccional é mais ampla que a soma do racismo e do sexismo. As teorias feministas e as políticas antirracistas, para abraçarem as experiências e preocupações das mulheres negras na rede usada como base para traduzir as experiências das mulheres e dos negros em políticas concretas, devem ser repensadas e refeitas (CRENSHAW, 1989, p. 140). A autora argumenta que “Muitas” vezes mulheres negras são excluídas da discussão feminista e também antirracista, uma vez que tais discussões, em certas situações, não conseguem captar a sutil interação entre violências de gênero e raça.

As elaborações teóricas dos feminismos interseccionais são importantes por fornecerem caminhos a serem trilhados na busca por atuações e pensamentos programáticos a partir da lógica da multiplicidade. Quando denunciam a fragilidade dos raciocínios que não se

atentam para a interseccionalidade das diferentes formas de opressão, evidenciam lacunas que dificultam articulações no âmbito do político, já que as linguagens estabelecidas não dão conta da dimensão e da complexidade das inúmeras diversidades no campo articulatório. É por isso que os giros feminista e antirracista a partir dos feminismos negros interseccionais complementam os giros espacial e decolonial expostos previamente, ajudando a pensar de maneira ainda mais efetiva a busca por radicalidade democrática.

Na interseção entre o giro decolonial e o giro feminista²⁵, Larissa Pelúcio evidencia que “a relação entre ‘centro’ e ‘periferia’ pode ser experimentada dentro mesmo das fronteiras do Sul, mas sob a marca das hierarquias raciais e de gênero (PELÚCIO, 2012, p. 406). Isso quer dizer que as relações de colonização se dão dentro mesmo das fronteiras das relações locais a partir de estruturas de opressão como o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Sobre tais construções identitárias, Pelúcio alerta, citando Judith Butler, que

as reificações de gêneros e identidades cristalizam hierarquias e alimentam relações de poder, o que normaliza corpos e práticas, reproduzindo privilégios e exclusões. Essa normalização das identidades, e sua consequente opressão, define padrões de comportamento rejeitando as diferenças. Diferenças estas que são sempre constituídas em intersecção com outras diferenças. Entre estas estaria o próprio corpo, tomado em diversos momentos das discussões feministas como um substrato natural e não como culturalmente constituído. Essa constituição, lembra-nos Butler, nunca é feita de maneira neutra, mas a partir de discursos que se assentam num binarismo restritivo, no falocentrismo e na heterossexualidade compulsória (PELÚCIO, 2012, p. 410).

Dessa forma, não seria em identidades pré-fixadas que residiria a chave das construções feministas, mas nas interrelações humanas e políticas. Como vimos, Chantal Mouffe promove uma construção teórica buscando demonstrar como uma interpretação antiessencialista é importante para a elaboração de uma política feminista inspirada em um projeto político radicalmente democrático (LACLAU; MOUFFE, 2015, p.108). Segundo ela, uma leitura essencialista não é necessariamente conservadora, mas traz consigo uma perspectiva das identidades que não permite caminhar no sentido de uma concepção democrática plural e radical e tampouco construir uma nova visão cidadã.

Em consonância com referidas reflexões teóricas, as “Muitas” e a “Gabinetona”, principalmente a partir da eleição de Áurea e Cida e com a conformação de um gabinete coletivo

²⁵ Para saber mais: ISAIAS, T. L. S.. Mulheres em Luta: Feminismos e Direito nas ocupações da Izidora. 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2018.

marcadamente feminista e negro, promovem, na prática, a tentativa de um fazer político que se dá na interseccionalidade das lutas a partir do protagonismo de uma mulher negra como candidata mais votada na cidade de Belo Horizonte. Esses elementos, portanto, não devem ser negligenciados na análise da experiência objeto desta pesquisa.

3. OCUPANDO A INSTITUCIONALIDADE: MANDATO ABERTO, COLETIVO E POPULAR.

O presente capítulo tem como objetivo compreender estratégias de radicalização democrática a partir da estruturação de uma narrativa que exponha a aproximação das “Muitas” ao PSOL, bem como a constituição da “Gabinetona” a partir do momento em que foi declarada a vitória eleitoral das Vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella. A construção textual se dá a partir da concatenação de falas extraídas das entrevistas, e-mails trocados entre os membros da “movimentação”, documentos produzidos e publicados à época e materiais utilizados internamente nos processos de reflexão da “Gabinetona” e na elaboração de tecnologias de participação popular e de mandato aberto. O objetivo é tentar compreender como, na prática, foram desenvolvidas estratégias de radicalização democrática e manutenção do caráter aberto e popular do mandato, apesar da rígida estrutura institucional da vereança.

3.1. Vinculação partidária

No dia 17 de dezembro de 2015, foi publicado²⁶ um texto síntese da trajetória das “Muitas” em 2015, apresentando ainda as propostas para a Cidade que Queremos. No início de 2016, a “movimentação” começou a ter maior visibilidade, tendo suas 10 propostas sido publicadas no jornal O Tempo²⁷, quando foi elaborado um infográfico com explicação dessas propostas da “movimentação”:

²⁶ Acesso em 18/07/2018: <https://olhorua.wordpress.com/2015/12/17/10-propostas-para-a-cidade-que-queremos/>

²⁷ Acesso em 18/07/2018: https://www.otempo.com.br/polopoly_fs/1.1203817.1451777329!image/image.jpg



Figura 4. Infográfico - 10 propostas para a cidade que queremos

Em determinado momento da organização das “Muitas”, quando já havia um programa relativamente amadurecido e a ideia de ocupação das eleições por meio do lançamento de candidaturas aparecia com maior concretude, foi preciso começar a avaliar a filiação de membros da “movimentação” em partidos políticos ([e-mail 11](#)). Na ocasião, foram elencados os partidos cuja trajetória seria mais próxima das elaborações realizadas pelas “Muitas” até então, ou que poderiam albergar essa construção política sem que fosse necessário alterar articulações com considerável nível de sobreterminação discursiva decorrente do amadurecimento realizado até então. Algumas pessoas serviram como ponte para essa articulação, como Fidélis Alcântara, que conta parte do processo:

Inclusive, após várias reuniões, juntaram esse pessoal, se aproximaram, procuraram o diálogo com quatro partidos. Eles escolheram o PCB, o PSTU, a Rede e o PSOL para fazer essa apresentação. Os partidos se apresentaram para esses representantes desses movimentos que no caso estavam construindo as “Muitas” (ALCÂNTARA, F. 00:00:19.00).

Segundo André Barreto, os partidos com os quais foram entabulados diálogos são aqueles que deram mais abertura para a ideia de candidaturas independentes, com propostas próprias e que não tivessem, necessariamente, que atender a um programa partidário – no caso, PSOL e REDE (AMARAL, A. 00.04.41.11). A partir disso, x entrevistadx narra:

Destacaram-se dois grupos, as pessoas começaram a se engajar e a procurar construir com esses partidos, um grupo conversando mais com a Rede, um grupo conversando mais com o PSOL, e com o tempo a gente começou a perceber que a Rede já estava muito alinhada com um discurso petista, do Pimentel, e que a Rede aqui foi montada como uma alternativa de fachada, ela não era realmente uma alternativa política a nada. Os principais nomes políticos já tinham ocupado o partido, que eram do PT ou de outros partidos e já estavam com uma estrutura, uma máquina eleitoral pronta já. Aí depois disso a gente chegou à conclusão que não dava para construir com a Rede e a gente definiu filiar ao PSOL (AMARAL, A. 00:04:41:11).

Nesse momento, alguns membros da “movimentação” se filiaram ao PSOL e outros à REDE, com o objetivo de proceder a uma análise mais profunda da viabilidade política de ambos os projetos e sua abertura no sentido do político. A partir dessa avaliação, foi possível comprovar as informações narradas por André Barreto, promovendo, assim, a saída da REDE e a decisão pelo PSOL como alternativa possível na conjuntura belo-horizontina (BARROS, R. 00:21:08:11). Dário também confirma essa mesma perspectiva:

A gente tentou a princípio a aproximação entre a Rede, que ainda estava incipiente em Belo Horizonte e o PSOL. O PSOL foi o primeiro a rejeitar, no final de 2015, no Congresso, a aliança com a Rede, de uma maneira unilateral, acredito eu, mas várias pessoas das “Muitas” inclusive se filiaram à Rede. Só que a Rede, ela sofreu várias crises internas de disputa entre diferentes grupos, até o ponto de que, em uma tomada vinda por uma negociação de Diretório Nacional para baixo, até no Município, a entrada do então Deputado Paulo Lamac, que era deputado do PT, que ingressou na Rede com vistas à disputa da eleição. Ele veio com toda a sua força de gabinete e submeteu a Rede, um partido frágil, a um alinhamento com outras forças de centro. E então as “Muitas”, em janeiro de 2016, decidi ingressar com todas as suas forças no PSOL para que ele pudesse viabilizar as candidaturas (MOURA. D. 00:08:21.21).

As entrevistas evidenciam, nesse processo de ocupação da institucionalidade, as repercussões das articulações hegemônicas de direita que se manifestavam na política institucional e que foram diagnosticadas pela leitura conjuntural feita pelos membros da “movimentação” no momento de sua organização inicial. Essa leitura retirou do espectro do

mapeamento das “Muitas” o PCdoB e o PT, que são partidos tidos como tradicionalmente pertencentes ao espectro político mais amplo das esquerdas. Segundo Rafael Barros,

E o PCdoB e o PT, apesar de a gente manter já um [contato] com figuras e com quadros políticos desses dois partidos, eles nunca foram oficialmente procurados por conta da conjuntura local e nacional. A participação deles dentro da administração do Márcio Lacerda, da construção do projeto político do Lacerda. E do ponto de vista nacional, várias críticas e resistências que a gente tinha ao processo de aliança e de construção à elaboração política da conciliação de classes que já estava em curso. Mas nunca nos furtamos ao diálogo com esses partidos e com outras forças inclusive independentes (BARROS, R. 00:21:08.11).

Como é possível perceber, apesar das divergências de posicionamentos entre a “movimentação” e outras articulações de esquerda no campo político, as “Muitas” nunca se furtaram à permanente abertura para o diálogo, elemento diretamente vinculado ao esforço de resgate do político, que também perpassa a lógica da busca por uma democracia agonística, na qual os antagonismos são compreendidos como causa e consequência das multiplicidades, que não devem ser suprimidas, mas trabalhadas na perspectiva adversarial e, de acordo com as “Muitas”, em confluência máxima. Diante disso, era necessário, segundo Cida Falabella, escolher um partido que estivesse aberto a essa forma de diálogo:

Eu participei desse debate e já existia também um chamado às pessoas depois para se filiarem ao PSOL, esse debate internamente aconteceu também e a ideia era se escolher um partido que conseguisse absorver essas ideias, esse debate, porque no Brasil não é possível as candidaturas de uma maneira independente, como é possível em outros lugares. (...) Houve um debate em que a escolha do PSOL como um partido que conseguiria abrigar essa ideia e houve um esforço de filiação de um grande número de pessoas ligadas às “Muitas” ao PSOL, eu fui uma delas (FALABELLA, C. 00:06:15.14).

Segundo Fidélis Alcântara, foram entre quarenta e cinco e sessenta o número de filiações realizadas em abril de 2016 (ALCÂNTARA, F. 00:01:43:23). Esse processo de ocupação do partido não foi fácil, principalmente pelo fato de o PSOL ser um partido no qual a abundante pluralidade de posicionamentos estabelece um campo político altamente fluido, no qual elementos flutuam livremente em meio a processos de articulação de momentos com diferentes níveis de sobredeterminação em uma mesma cadeia discursiva. Segundo José Luiz Quadros de Magalhães, o PSOL é

Um partido que já tem um monte de tendências internas, muitos conflitos internos. E aí nós entramos ali. Foram cerca de sessenta filiações feitas em um mesmo momento. Eu me filiei também ao PSOL para ser uma das candidatas a Prefeita indicadas pelas “Muitas”. E aí então começamos o processo de discussão dentro do PSOL. Houve muita resistência, o que também é compreensível, porque de repente chegava ali um monte de gente, sessenta pessoas, de um grupo, de uma “movimentação” por direitos, por reconhecimento na cidade - então, portanto, é um movimento político, claro, e parecia que a gente queria chegar já tomando conta do partido. Então é claro que haveria essa resistência, alguns grupos foram mais resistentes (MAGALHÃES, J. 00.02.24.00).

A troca de e-mails entre membros da “movimentação” evidencia o complexo processo de diálogo com o partido e a dificuldade de tensionamento entre a forma de fazer política das “Muitas” e do PSOL. Os e-mails mostram a tentativa de mobilização coletiva para construção interna junto ao partido ([e-mail 11](#)) e a grande resistência à ideia de prévias coletivas e públicas na cidade para escolha transparente e democrática das candidaturas para o pleito de 2016. No dia 01 de maio de 2016, Cida Falabella desabafa após uma reunião junto ao partido:

queridos companheiros e companheiras,
ontem foi muito importante estar com vocês no encontro do PSOL.
o combate dentro do lado de cá da força é pesado, tão ou mais do que com as forças conservadoras.
fiquei trsiste(sic) de confirmar essa suspeita.
e entendi que só vale a pena estar ali através das muitxs, que somos, pois agora me sinto mais fazendo parte..... com afeto, amor, bom humor e criatividade.
que essa diversidade, pluralidade, alteridade se espalhem pela cidade na nova etapa que virá. ([e-mail 11](#))

Roberto Andrés responde no dia 02 de maio de 2016:

Cida, tenho o mesmo sentimento seu: que só vale a pena estar nesses lugares se formos “Muitas”, porque aí a alegria e o afeto dissolvem as pequenas disputas e o ódio orquestrado.
Fizemos nossa aproximação com delicadeza e generosidade: desde a apresentação do coro de mulheres com a Áurea, até as “Muitas” falas lindas, como a de Avelin e Evandro, até a inspiradora canção puxada pelo Dudu Nicácio.
Acho que disputamos de maneira coerente e tranquila, em busca daquilo que acreditamos: a implosão daquele espaço e a busca por outras formas de democracia. Não baixamos o nível e tivemos uma vitória. Não todas que gostaríamos, mas vamos criar um processo que, até onde sei, é inédito na cidade e no país. Nunca vi um partido político fazer isso, mesmo de maneira consultiva.
Talvez sábado tenha sido um dia histórico. Vamos ter que batalhar muito esse mês de maio para fazer acontecer. Seguimos com alegria, e mais do que nunca precisamos ser “Muitas”. ([e-mail 11](#))

Esse importante processo de ocupação dos partidos evidencia como, mesmo em um espectro político lido na conjuntura mais ampla do país como de “extrema esquerda”, ainda se mostram extremamente sobredeterminadas a estruturas de organização política marcadamente centralizadoras e, por vezes, verticalizadas, cujas fronteiras se evidenciam mais fechadas do que seu discurso deixa transparecer. Os tensionamentos das “Muitas” junto ao PSOL, entretanto, foram importantes e transformadores, na medida em que garantiram, para aquele mesmo ano, a realização de prévias ([e-mail 18](#)), mesmo que com caráter unicamente consultivo, o que já foi uma vitória em termos democráticos diante das práticas anteriores adotadas pelo partido. Os conflitos e discordâncias não pararam por aí, sendo uma constante nos relatos e e-mails trocados pela “movimentação”. Entretanto, o PSOL ainda sim foi o partido capaz de albergar a diversidade de corpos e ideias das “Muitas”. Rafael Barros traz mais detalhes sobre essa construção:

Ao mesmo tempo a gente tentando construir com o PSOL a possibilidade de um processo de prévias para o Executivo Municipal, em que a cidade pudesse participar e incidir de forma mais efetiva na escolha da candidatura majoritária e que isso possibilitasse uma aproximação e uma integração do partido com a cidade, com os movimentos, com as periferias e a gente pudesse iniciar um processo mais qualificado de democracia participativa em nível local. O partido, ele não aceitou a proposta da realização de prévias deliberativas, aprovou um processo de prévias consultivas, que foi muito incipiente, muito frágil, mas que apresentou quatro candidaturas, duas orgânicas do PSOL, a Maria da Consolação e a Sara, e duas que vieram do processo de construção das “Muitas”, a candidatura da Marimar e do José Luiz Quadros. E nós participamos então desse processo de prévias consultivas mesmo sendo uma coisa bem frágil e ainda incipiente, mas que foi um início ou uma tentativa de um processo que fosse, que possa ser, em médio prazo, mais qualificado (BARROS, R. 00:21:08.11).

Como se percebe, os conflitos narrados decorrem da tentativa de articular os elementos contidos nos giros espacial, decolonial, feminista e antirracista na perspectiva de elaboração de práticas políticas radicalmente democráticas no âmbito da institucionalidade. Isso não é fácil e exige alto nível de comprometimento, generosidade e paciência. A proposta das prévias, por exemplo, nada mais é do que a possibilidade de realização de consulta popular para a validação do lançamento das possíveis candidaturas do partido. Segundo José Luiz Quadros de Magalhães, a ideia das prévias seria

(...) que a gente fizesse encontros. A ideia é que fossem em todos os bairros da cidade, mas não teve condições de fazer isso, não houve nem tempo, a campanha eleitoral foi muito curta nessa eleição para prefeito, mas conseguimos fazer (não me recordo direito) cerca de cinco encontros em pontos distintos: fizemos no Barreiro, fizemos

no centro da cidade, fizemos ali na sede do Sindicato dos Jornalistas, fizemos no Aglomerado da Serra. A ideia era fazer encontros com a população para discutir um projeto de cidade com a população onde as candidatas - todas as cinco candidatas - mostrariam suas ideias e estariam ali para responder perguntas da população etc. Como o tempo foi muito curto, a gente não conseguiu um envolvimento muito grande das pessoas. As pessoas olham assim desconfiadas. Foi assim lá no Aglomerado da Serra, foi assim no Barreiro, mas eu acho também que é porque houve pouco tempo. A gente não pode desistir dessa ideia de chegar, mas também, enfim, tem que pensar bem esse processo, porque também chegar com propostas... A ideia era a gente chegar para ouvir e não para levar. Para ouvir o que as pessoas queriam em todas as regiões da cidade ou, se possível, em todos os bairros - eu acho que é até um negócio legal para ser recuperado. E depois que a gente expusesse nossas ideias, haveria uma votação em cada lugar e havia o comprometimento de respeitar o resultado dessa votação feita pela população (QUADROS DE MAGALHÃES, J. L. 00:01:53.00).

A fala de José Luiz Quadros de Magalhães é importante pois mostra como o aprofundamento das temporalidades e das espacialidades ao mesmo tempo em que se apresentam como possíveis soluções para a compreensão e o enfrentamento às armadilhas da modernidade, também se mostram como grandes desafios e, por vezes, como entraves a serem duramente trabalhados. Apesar da intencionalidade propositiva atrelada à criação de metodologias mais participativas e democráticas, o tempo e os espaços ocupados, principalmente pela “Gabinetona”, enquanto composição de mandatos na Câmara Municipal de Belo Horizonte, não possibilitam o aprofundamento dos processos articulatórios da forma como se poderia desejar numa perspectiva radicalmente democrática. Esse distanciamento espaço-temporal se soma aos processos de colonização do ser, do saber e do poder, que se mostram tão profundamente arraigados e que, por vezes, as propostas de deslocamento do fazer político para as “quebradas” não são compreendidas e demandam tempo de maturação. Apesar disso e exatamente por isso, fazem-se necessárias experimentações cotidianas na busca por melhores e mais elaboradas tecnologias de resgate do político.

A proposta de realização de prévias se constitui em torno da possibilidade de aprofundamento dos diálogos nos territórios, mas o risco de que lideranças consolidadas no partido não fossem escolhidas como candidatas a partir desse contato direto com a cidade criou diversas resistências à ideia. Paralelamente ao envolvimento junto ao partido, também foram feitos esforços no sentido da consolidação de uma frente de esquerda, promovendo a união do campo progressista em torno de um processo eleitoral cooperativo e forte:

Nesta terça participamos da segunda reunião da Frente de esquerda, um passo efetivo para a mais ampla confluência de partidos, movimentos e coletivos de Belo Horizonte. Uma construção de forças para ganhar a cidade.

Uma nota coletiva será assinada nos próximos dias, nomeando os partidos com representações presentes. Queremos levar essa festa para as ruas e praças, fazermos o debate e a escolha de candidatxs da cidade que queremos.

Estiveram presentes membros do PSOL, PCB, PSTU, REDE, Brigadas Populares, Fórum das Juventudes, DCE UFMG, MUITXS, Diversas (peço aos colegas que completem a lista).

Sáímos muito animadxs desse encontro. Tamo juntas! (e-mail 15).



Figura 5. Reunião de articulação da Frente de Esquerda BH Socialista

O processo de organização das “Muitas” em torno de um partido político e a articulação da Frente de Esquerda BH Socialista, bem como as tentativas de levar as decisões institucionais para os territórios, para o debate direto com o povo em prol da cidadania, evidenciam tentativas de radicalização democrática no momento da realização das articulações políticas. É possível perceber que, durante todo o diálogo partidário, houve a tentativa de utilização de outras linguagens, como a arte e a música, na perspectiva do encantamento. A proposta de novas metodologias de deliberação e escolha das candidaturas reflete o compromisso com a máxima “forma é conteúdo” e evidencia que não basta um compromisso ético com mudanças sociais e enfrentamento às desigualdades, já que a forma como isto se dá é tão importante quanto o conteúdo do compromisso assumido.

3.2. “Votou em uma votou em todas”: representatividade importa

A discussão sobre o lançamento de candidaturas deu-se para muito além da mera escolha daquelas que representariam a “movimentação”. O debate deu-se, antes, acerca das expectativas para com uma possível candidatura e também sobre os processos de sua escolha e legitimação. Com o convite para reinventar a política e ocupar as eleições com ousadia e alegria, a ideia da reunião do dia 23 de fevereiro de 2016 foi a de levantamento coletivo de possíveis nomes de lideranças, ativistas e lutadorxs pela cidade para uma ou várias possíveis candidaturas ([e-mail 13](#)).



Figura 6. Candidaturas que queremos

Em decorrência da reunião do dia 23 de fevereiro de 2016, foram apresentadas 5 pré-candidaturas e sugeridos outros 30 nomes ([e-mail 14](#)). Diante da aproximação do prazo final para as filiações partidárias, foi realizado um piquenique de filiações, no qual estimulou-se a presença de possíveis pré-candidaturas para filiação com o objetivo de garantir a viabilidade do projeto, caso viesse a ser validado coletivamente mais adiante ([e-mail 16](#)). As diretrizes para as

indicações buscavam ser sempre pautadas pela perspectiva de garantia de representatividade aos diversos corpos e lutas da cidade. A definição das candidaturas abriu margem para processos de organização da campanha. Segundo André Amaral:

Aí depois que a gente definiu o partido, a gente começou a pensar em como fazer campanha, teve uma imersão em que a gente trouxe os temas "comunicação", "jurídico", "mobilização", uma questão de prestação de contas, "finanças". Em tipo um final de semana várias pessoas que já eram pré-candidatas e outras pessoas interessadas em tocar campanha pensando em como que seriam os próximos passos. A gente começou a fazer alguns eventos de pré-lançamento de candidaturas aqui, que são permitidos. A partir do momento que eles foram autorizados a gente começou a fazer alguns com recorte temático, por exemplo, fizemos uma quadrilha LGBTique para lançar o nome do Ed, o nome do Fred Buriti, a Cristal, as pessoas ligadas à temática LGBT. E depois vieram outras, teve uma de negritude e algumas outras (...) (AMARAL, A. 00:04:41.11).

Como se percebe, as elaborações que marcam a transição da “movimentação” para a institucionalidade foram se caracterizaram por articulações em torno da festa, da alegria. O lançamento das candidaturas LGBTIQ+ por meio de uma quadrilha *queer* evidencia o caráter performativo da construção política e demonstra que não basta dizer que a festa é política, mas sim que é preciso colocar em prática referida proposta. Júlia Moysés narra parte do processo de escolha dxs candidatxs:

Sempre fazendo reuniões abertas, convocando, e paralelamente a esse estar na cidade com essas reuniões, encontros, explosões, plataformas e tudo, a gente ia articulando a possibilidade das pessoas se candidatarem, convencendo as pessoas a se tornarem candidatas, o que foi um momento muito difícil. Eu lembro que um dos encontros que a gente fez, no Sindicato dos Jornalistas, chamava "Leve sua candidata", que era um brainstorming coletivo, que as pessoas levantavam e falavam "fulano!" "sicrana!", às vezes pessoas que nem necessariamente estavam ali e que a gente depois ia atrás desses nomes para conversar e falar "você quer?" e tudo e a gente chegou em doze candidatas (MOYSÉS, J. 00:05:46.07).

Dú Pente, por sua vez, que foi umx dxs escolhidxs para o pleito, narra a partir de sua perspectiva como se deu o processo de sua escolha como representante das juventudes negras:

Em 2016 eu já estava no Coletivo Pretas em Movimento e a partir daí que o Coletivo Pretas em Movimento, que também estava pautando em outros espaços - Pretas em Movimento é um coletivo que pauta a ocupação dos espaços de poder por pessoas negras e a gente já estava avançando nessa discussão, nesse debate com os nossos em outros espaços - e aí a gente conhece as “Muitas” e percebe que de alguma maneira alguns objetivos eram os mesmos, como essa questão de radicalização da democracia, questão de ocupação dos espaços de poder, espaços institucionais por corpos de luta, corpos como o senso comum costuma chamar das ditas "minorias", que na verdade são maiorias políticas. E aí a gente começa a confluir com as “Muitas” na construção das candidaturas, a participar dos debates em fórum público. A partir daí eu me coloco

como candidata também, dentro desse processo, mas ainda vindo de um outro processo (SANTOS, I. 00:01:02.15).

Essa fala demonstra que os propósitos que direcionaram a articulação das “Muitas” enquanto “movimentação” se consolidaram e frutificaram de acordo com a intencionalidade inicial de fortalecimento e articulação de forças políticas já organizadas, com o objetivo de promover a ocupação da política institucional por projetos decoloniais e a partir de corpos subalternizados. A construção das candidaturas atreladas às “Muitas” apresentou um conjunto de elementos inéditos na política brasileira. Pela primeira vez, um coletivo de candidatas, de maneira consensual e articulada, se propôs ao que foi chamado de candidatura coletiva, na qual votar em uma significa votar em todas ([documento 3](#)). O lançamento da campanha coletiva se deu no dia 28 de agosto de 2016, em um evento em referência ao primeiro encontro da “movimentação”, motivo pelo qual se chamou “domingo no parque”. ([e-mail 22](#))



Figura 7. Candidatura coletiva

Júlia Moysés dá o seu depoimento sobre esse momento:

E a gente lançou essas doze candidatas representando com seus corpos as lutas da cidade e teve essa sacada do "votou em uma, votou em todas". Foi uma campanha muito bonita, em um ano de muita desilusão com a política, com um discurso antipolítico em voga a gente reencantou mesmo a política da cidade e, de repente, éramos centenas de voluntários conquistando voto a voto, trabalhando, fazendo vídeo, foto, indo para a rua, para as redes, enlouquecendo (MOYSÉS, J. 00:05:46.07).

A candidatura coletiva somente foi possível pelo fato de, no Brasil, adotarmos o sistema eleitoral de lista aberta, uma variante da eleição pelo voto proporcional na qual, atingido o quociente eleitoral, as vagas são ocupadas em ordem pelas candidaturas mais votadas. Sendo assim, os votos conseguidos por cada uma das candidaturas são redirecionados para o partido ou coligação. Entretanto, mesmo que assim não fosse, a proposta apresentada pelas “Muitas” garantiu a todas as candidaturas, no momento da confirmação da eleição e início de organização dos gabinetes, a possibilidade de composição do mandato como assessores para efetivação da construção coletiva.

A possibilidade de incidência cidadã na estruturação das campanhas e das propostas não se esgotou nas explosões programáticas, festas, grupos de trabalho, discussões no e-mail. Também foi lançada uma plataforma virtual que garantia a possibilidade de envio de propostas por qualquer cidadã. As propostas recebiam votos e destaque na medida em que o apoio a elas aumentava, evidenciando as prioridades a serem buscadas no mandato coletivo. A plataforma foi lançada no dia 11 de maio de 2016 e permaneceu no ar durante meses, consolidando assim as propostas que subsidiaram as candidaturas coletivas ([e-mail 19](#)).

[muitxs.org/programa/](#)

Já recebemos **240 propostas**. Participe dos debates:

Mais votadas Mais debatidas Mais recentes

61	Estoque público de imóveis para habitação de interesse social autor: Ana Paula Baltazar MOM/UFG 3 comentários 100.00 % de votos positivos de um total de 61 votos. Área: moradia direito
60	Bicicletas no ônibus e no metrô autor: Luiza 9 comentários 100.00 % de votos positivos de um total de 60 votos. Área: cidade pedestres
44	Implantação do Parque Andradas autor: Brígida Campbell 5 comentários 100.00 % de votos positivos de um total de 44 votos. Distrito ou Região: le
39	380 quilômetros de ciclovias em 2020 autor: Roberto Andrés 3 comentários 100.00 % de votos positivos de um total de 39 votos. Área: transporte gratuito
33	Renaturalizar as nascentes urbanas autor: Cynthia Camargo 6 comentários 97.14 % de votos positivos de um total de 35 votos. Área: segurança hídrica
33	Rede elétrica subterrânea autor: Cynthia Camargo 7 comentários 100.00 % de votos positivos de um total de 33 votos. Área: saúde ambiental
30	Bilhete metropolitano com tarifa única. autor: Lucio Gregori 4 comentários 100.00 % de votos positivos de um total de 30 votos. Área: transporte gratuito
27	Criar hortas e pomares comunitários. autor: Kdu dos Anjos Lá da Favelinha 1 comentários 96.55 % de votos positivos de um total de 29 votos. Área: espaços verdes
27	Metrô e VLT em toda a cidade

Figura 8. Plataforma de propostas MUITXS.org/programa

A conjuntura da campanha política das “Muitas” em Belo Horizonte foi atravessada por inúmeros acontecimentos políticos no Brasil, evidenciando a permanente interlocução entre o local e o nacional que ajudaram na articulação de um campo político mais propício a propostas inovadoras e de resgate do político. Segundo Rafael Barros,

E nesse tempo, quando as pré-candidaturas começaram a se configurar no processo de prévias, esse debate e um chamado forte para a cidade participar, isso coincidiu com o golpe da presidenta Dilma, o que eu acho que criou um campo de aglutinação e de efervescência política muito forte, que foi importante para a adesão ao processo de construção das “Muitas”. Porque a partir daquele momento, principalmente de maio de 2016 as reuniões das “Muitas” voltaram a encher, a ter uma adesão muito grande, a gente sempre fazendo encontros em espaços abertos, públicos e tal e começaram a surgir corpos de voluntários muito presentes. Figuras importantes surgiram nesse processo de chamada aberta: o André veio nesse processo, a Camila, que é uma figura muito atuante nas “Muitas”, o André, Lúcio, Natan, Fernanda, Quel, enfim, uma série de figuras, até que a gente chega nos doze nomes, nas doze candidaturas das “Muitas” pela Cidade que Queremos e com essa ideia da construção coletiva de uma candidatura, de candidaturas que na verdade é uma candidatura única, dessa construção e dessa elaboração comum. Nós fizemos um processo em paralelo ao PSOL. Então as “Muitas” fez um processo e de organização e estruturação política independente, paralelo ao PSOL, participando da construção do partido, dando suporte ao partido, mas as doze candidaturas tiveram uma elaboração conjunta, comum, mas independente do processo do partido (BARROS, R. 00:21:08.11).

A aproximação do processo eleitoral e a visibilidade paulatina que as “Muitas” começaram a ter colocou em voga a necessidade de organização do voluntariado e dos corpos de luta que começaram a se aproximar com o objetivo de contribuir. Várias dessas pessoas se incorporaram aos Grupos de Trabalho que já se reuniam periodicamente para tratar de temas específicos. Outras, que poderiam contribuir pontualmente, foram direcionadas para o preenchimento de um formulário, que identificava a capacidade de contribuição de cada voluntária de maneira a tentar canalizar toda a energia que vibrava no momento. Este processo foi chamado de mapeamento de forças ([e-mail 20](#)) ([documento 4](#)).

Camila Viana dá o seu testemunho sobre a campanha coletiva:

Uma coisa que chama muita atenção das pessoas, toda vez que as pessoas se referem às “Muitas” ou quando a gente vai contar o processo, as pessoas mais se surpreendem ou demonstram achar mais interessante foi essa coisa das candidaturas serem coletivas, de pedir voto uma para a outra ([documento 3](#)), de ter sido feito um material de campanha comum (VIANA, C. 00:05:56.15).



Figuras 9, 10 e 11 - Sanfoninha - Campanha coletiva

As figuras 9 a 11 retratam a “sanfoninha”, que foi o material de campanha das “Muitas” e que garantiu à “movimentação” muita visibilidade. Isto foi consequência do caráter inovador, pelas cores alegres e pela complementaridade entre os corpos que compunham a candidatura, apresentando conjuntamente um leque de lutas e pautas trabalhadas pela cidade a partir de cada umx dxs candidatxs. Cida Falabella dá o seu relato dessa elaboração e desse processo da campanha:

A gente foi nesse aprendizado. Tinha umas reuniões semanais para poder alinhar, pensar divulgação juntos, panfletar, esse material foi sendo criado e a principal peça que tem tanto no vídeo quanto na sanfoninha, a famosa sanfoninha (Figuras 10, 11 e 12 - Sanfoninha - Campanha coletiva), são essas caras-metade que a gente foi criando, de criar essa sinergia entre... Mostrar para a população que nós não estávamos competindo uns com os outros, mas estávamos um por todos e todos por um mesmo, no sentido de fortalecer esse novo espaço. Aí esse processo foi correndo assim, acho que a chance da Áurea ser eleita para nós era o horizonte, era uma pessoa que já estava em campanha há um tempo, com todas as suas características: mulher, negra, que vem do Hip Hop, da luta das juventudes. A gente achava mesmo que era um nome que teria força para romper essa barreira numérica etcetera. E, em um horizonte mais virtuoso, que a gente conseguiria eleger mais uma pessoa. E essa segunda pessoa fui eu, que fiz a campanha também toda através do debate da cultura pela cidade, fizemos vários cafés, "Café com a Cida", fizemos vários encontros para debater, colocar a cultura no centro do debate, pensar a cultura de uma maneira mais transversal na cidade (FALABELLA, C. 00:06:15.14).

Essa estratégia de resgate do político por meio da afetividade, da política do cotidiano, da representatividade e da festa se deu em diversas ocasiões durante a campanha. A coerência entre as ideias amadurecidas e a prática articulatória política das “Muitas” fica em evidência a partir da análise dos documentos e das falas dxs entrevistadxs, o que aparentemente refletiu na quantidade de votos obtida pela “movimentação” e, ainda na campanha, no engajamento cidadão para com as demandas operativas das candidatxs. Segundo André Amaral,

A gente teve esse momento de lançamento de pré-candidaturas e depois a campanha já começou de verdade e a gente começou a ver que a gente não tinha tanta gente para poder dar conta de tantas candidaturas. Aí apareceu a ideia de organizar um ateliê, de fazer convocação de voluntários. Isso aconteceu em agosto, a gente atrasou um pouco o início dos trabalhos porque ficou meio confuso, a gente queria ter um espaço físico comum para que as pessoas se encontrassem e a coisa desse uma fervilhada ali. Como a gente demorou para definir o local e a gente ainda não tinha segurança de que a gente teria grana para poder pagar. A gente ficou um pouco tentando conseguir a coisa de favor, até que a gente decidiu pagar, a gente correu atrás da grana e assumiu o risco e aí a gente começou a se encontrar. A chamada teve pouco mais de 200 pessoas interessadas, mas um número bem menor que esse trabalhou efetivamente (AMARAL, A. 00:04:41.11).

Dú Pente fala de sua percepção subjetiva sobre o processo eleitoral para o qual disponibilizou seu corpo e sua luta:

Não tivemos tempo de pausa, tempo de reflexão profunda. Isso tem acontecido ao longo do processo. A gente tem maturado isso ao longo. Mas foi um ano de experimentação radical. O formato das campanhas, o formato do discurso que rompia com tudo o que está posto. Então, a gente era balizado de forma muito natural pelo que a gente já fazia. A gente eu [não] estou falando das doze candidatas das “Muitas”, mas do coletivo como um todo. Ainda que esses discursos apresentassem nuances, diferenças, esses discursos apresentavam características de forma e conteúdo muito diferente do que geralmente é pautado na política tradicional, nas estruturas institucionais. Isso devido a essa trajetória de todos nós, que diz respeito a um ativismo autônomo, um ativismo feito de forma coletiva, colaborativa, com recursos limitados, mas com uma certeza muito grande, que é saber o foco, o porquê e para quê a gente está na rua, vinha ocupando os espaços, como exemplos rápidos: Praça da Estação, Viaduto Santa Tereza, o Centro de Referência da Juventude (CRJ), a Reitoria da UFMG e, por fim, não menos importante porque na verdade foi a primeira ocupação que acho que starta (sic) de alguma maneira, desencadeia esse processo em Belo Horizonte, a ocupação da Câmara Municipal, onde a gente atua, onde a “Gabinetona” é constituída (SANTOS, I. 00:04:47.10).

A reflexão de Dú Pente demonstra a complexidade do fazer político cotidiano, que exige reflexão e aprofundamento ao mesmo tempo em que se dá no aqui e agora. Os processos de crítica e autocrítica não podem deixar de acontecer, sob pena de fragilização das elaborações, trazendo a “movimentação” para o lugar comum da velha política. Andreia Costa dá o seu testemunho do vigor e da potência das “Muitas” nesse período eleitoral:

A autonomia que a gente tinha como movimento de falas e pensamentos no processo era muito bom, [inaudível] falando assim, “Muitas” pessoas não gostavam de partido e continuavam falando disso. E o processo da campanha que também foi maravilhoso. Que foi onde a gente conseguiu mobilizar as pessoas pelo afeto mesmo. Pessoas gostavam da gente e eles tinham confiança de votar em quem a gente estava propondo. Então isso criou uma sinergia muito marcante (COSTA, A. 00:06:11.03).

O resultado da campanha coletiva foi a eleição de Áurea Carolina, mulher preta e vereadora mais bem votada da história de Belo Horizonte, com 17.420 votos e Cida Falabella, mulher da cultura, com trajetória de construções periféricas na educação, na cultura e na arte.



Figura 13 - Vitória Eleitoral

A vitória no pleito eleitoral surpreendeu até mesmo xs membros da própria “movimentação”. Segundo Dário de Moura,

A “Gabinetona” com uma vitória expressiva, surpreendente para nós mesmos, da Áurea como a vereadora mais votada, a multiplicação da votação anterior do PSOL em praticamente quase cinco vezes, as “Muitas” ocupando praticamente 80% da votação do PSOL são dos candidatos das “Muitas”, construímos a aliança com o PCB também que foi expressiva... A “Gabinetona” veio como uma consequência de uma nova negociação entre essas forças, um acordo coletivo de construção de um gabinete que abriu já decidido a integrar os dois mandatos em um mandato com os mesmos recursos humanos à disposição e onde nasceu esse conceito de “Gabinetona”, um grande gabinete de apoio amplo às duas vereadoras eleitas e dispostas a organizar as lutas coletivas (MOURA, D. 00:08:21.21).

3.3. Brindemos!

Divulgado o resultado eleitoral, estava dada a vitória de Áurea Carolina e Cida Falabella, que foi anunciada no grupo de e-mails a partir de uma manifestação entusiasmada, poética, cheia de vida e esperança. Reflete o sentimento de pertencimento, afetividade e propositividade da construção em análise.

Há exatamente 542 dias atrás, umas cem pessoas das lutas urbanas da cidade sentavam em roda na grama do parque municipal de Belo Horizonte e eis que numa tarde de sábado ensolarado nascia o “MUITAS” PELA CIDADE QUE QUEREMOS.

Uma “movimentação” cidadanista nova, ávida de fazer valer a sua voz, consciente da fadiga da representação que existe na política hoje e que ousou dizer: por que não nós? Uma a uma as pessoas afetuosamente ali coladas foram se anunciando e havia gente do Fora Lacerda, do Carnaval de Rua, do Tarifa Zero, das Ocupações, das lutas de bairro, todas as causas, as diversas pautas ali se enredando no desejo de formar um campo de forças contra a privatização crescente da cidade. Daquele dia 28 de março de 2015 pra cá foi uma espiral meteórica de reuniões, explosões programáticas, festas, arrastões, debates, campanhas de rua... culminando no lançamento de 12 candidaturas à Câmara, duas vereadoras eleitas e uma votação expressiva de 35615 votos. Os movimentos sociais de BH hoje estão em festa pois tem mais duas lutadoras os representando na Câmara: Cida Falabela e Aurea Carolina – esta, a vereadora mais votada da história da cidade com quase 18 mil votos.

Mulheres no poder! Fascistas, machistas não passarão!

Atenção machos engravatados, lgbtfobicos, racistas e subservientes ao deus mercado que dominam a Câmara! Chegamos pra desbagunçar. Os gabinetes serão espaços pra exposição de obras de arte. Os nossos projetos de lei serão esquetes teatrais. Nossos discursos vão começar com poesia. As nossas audiências públicas terão música necessariamente. Nossas bandeiras de luta escritas em cordel. Festa na política. Os corredores serão uma babel da diversidade. As *trans*, as pretas, os favelados, as sindicalistas, as putas, os acadêmicos, os terreiros, as professoras, os maconheiros, as indígenas, os congadeiros, a teologia da libertação, as dolas, os catadores, as trabalhadoras estarão lá. As nossas audiências serão do lado de fora. A carnavalização da vida.

Estaremos lutando contra todos esses privilégios de vale tudo na política.

Anunciamos e vamos cumprir: projeto de lei de redução dos salários dos vereadores. Doação de parte dos salários aos movimentos sociais. Oficinas de elaboração de leis. Transparência nas contas. Mandato coletivo. Participação popular e radicalidade na democracia. Ações perturbadoras e afeto na política.

Conexões e construção de redes.

A sanfoninha que distribuímos na campanha reverberou a melodia de causas que pretendemos tocar nos mandatos: É Diversidade, Juventude Negativa, Humaniza BH, Desmilitariza Cidade, Mobilidade LGBTIQ, Animais e Verdes, Cultura pela Cidade, Maconha Sem Vergonha, Mulheres no Poder, Despejo Zero, Transformando Realidades e Todos os Povos.

Cidade conservadora nos aguardem: surpreendemos e vamos surpreender!

Nenhum direito a menos, nenhum despejo a mais!

Nada a temer e Fora Temer!

SOMOS “MUITAS”!!!

(CASCÃO. E-mail 23, 03 de outubro de 2016).

No dia 05 de outubro de 2016, por sua vez, deu-se início o “toró” de palpites acerca de como poderia ser criado um mandato aberto, coletivo e popular. Os encontros das “Muitas” passaram a se pautar pela pergunta “como é o mandato que queremos?”, sendo realizadas uma série de oficinas para debater a questão.

Mandato Popular

Do acúmulo e sistematização do trabalho do GT realizaremos em novembro o primeiro encontro com a cidade para debatermos e iniciarmos o processo de construção dos mandatos populares participativos e deliberativos. Momentos de criação e inventividade! Pedimos a todos que anotem suas ideias e propostas, colham sugestões, pesquisem diversos formatos para chegarmos nesse momento com algum material já organizado e mais consistente. O GT deverá propor uma data em breve e dela agendaremos conjuntamente outros momentos para termos, até janeiro, alguma estrutura já elaborada! Sabemos todos que trata-se de um processo dinâmico e constante. Então, não nos inquietemos, estaremos sempre construindo e avaliando esse gabinete subversivo! ;) (BARROS, R. E-mail 21, 05 de outubro de 2016).



Figura 14 - Mandato que queremos

Faltando 30 dias para a posse, as reflexões evidenciam a tentativa de elaboração de uma construção do mandato que contemplasse os diversos posicionamentos, agindo com franqueza diante das impossibilidades de inclusão de determinadas ideias no momento da concretização do desenho inicial do mandato. Andreia Costa comemora a vitória e o potencial transformador da experiência de ocupação da política por meio da elaboração da “Gabinetona” e chama atenção para o fato de que as posições dxs sujeitxs envolvidxs nessa articulação política se conformam umxs axs outrxs na medida em que se articulam, sendo necessário que todxs contribuam, mas que também compreendam o momento de ceder espaço.

faltam 30 dias para começar uma grande *transformação* na câmara de vereadores de belo horizonte. faltam 30 dias para começar 2 mandatos coletivos que uniram força de 12 corpos de luta multiplicados pela potência de incontáveis apoiadoras e movimentos sociais todas unidas por um ideal de mudança e representatividade. os gabinetes e os mandatos estão sendo discutidos em instâncias abertas e fechadas, respeitando as necessidades e urgências de algo muito novo para todas nós. com consensos e dissensos naturais de um processo coletivo. eu tenho feito parte e acompanhado dentro do possível e do que acredito ser a melhor colaboração que posso dar em cada espaço. sendo assim a partir de hoje começo essa contagem regressiva com os pontos que acho fundamentais neste mandato, sei que nem todos serão como eu quero – pois a construção coletiva ouve todas as forças e encontra caminhos que possam unir as diferenças. confio totalmente na equipe e faço parte dela. Isso tudo faz parte da Cidade que queremos BH.

(COSTA, A. [E-mail 24](#), 03 de dezembro de 2016)

Nesse momento inicial de ocupação da institucionalidade, x entrevistadx já apontava para a importância do resgate permanente dos princípios sobre os quais se ergueu a “movimentação” e da importância de sua manutenção no processo de expansão das lutas para a Câmara Municipal.

#transparencia

Faltam 29 dias! E eu espero que nos mandatos da Cidade que queremos BH que o consenso seja comemorado e os dissensos viabilizados. E quando for necessário tomar decisões sobre dissensos, que os encaminhamentos sejam amplamente divulgados e justificados de forma embasada em uma ampla discussão, feita em diversas instâncias. E que os trâmites e as urgências não nos separem da escuta e devolutivas. Que a radicalização da democracia se concretize com novas formas de dividir as responsabilidades e multiplicar a representação (COSTA, A. [E-mail 24](#), 03 de dezembro de 2016).

Paralelamente, o grupo de estudos das “Muitas” passou a se debruçar sobre a busca por horizontalidade, tentando compreender como articular “sonhos e pragmatismos” ([e-mail 25](#)) na estruturação de dois mandatos de vereança. No dia 01 de janeiro de 2017, foi realizado um cortejo de posse, partindo do Parque Municipal e marchando até a Câmara Municipal, com estandartes e música.



Figura 15 - Cortejo de posse

No dia 10 de março de 2017, foi realizado um chá de casa nova, com apresentação da “Gabinetona” para a cidade, quando foram entoadas canções, rituais realizados para a purificação da “terreirona” – apelido dado ao espaço de trabalho que foi destinado às vereadoras - e procissão até o plenário, que foi ocupado pelo povo ([e-mail 26](#)).



Figura 16 - Chá de casa nova

3.4. “Gabinetona”

A partir da posse, fez-se necessário proceder à estruturação dos mandatos. Da escolha lado a lado dos gabinetes, surgiu a proposta de derrubada das divisórias, criando um espaço amplo e comum de trabalho que foi chamado de “terreirona” em homenagem às diversas religiosidade de matriz indoafrobrasileira. Na “Gabinetona” ([documento 19](#)), todxs trabalham juntxs, não havendo sala separada sequer para as vereadoras. A ausência de divisórias corporifica a intencionalidade de confluência e a necessidade permanente de lidar com a diversidade de vivências, hábitos, formas de trabalho. As características das vereadoras e suas pautas foram balizadores para a organização interna e sistematização das prioridades, cabendo salientar que a diferença de votação entre Cida Falabella e Bella Gonçalves, de apenas 32 votos, levou à invenção de um novo instituto, a “covereança”, que garante às pautas da terceira mais votada a mesma relevância interna no mandato daquelas levantadas por Áurea e Cida. Mulheres e feministas, buscam levar a cabo uma política dos afetos pautada na não competição e na construção coletiva: da união dos gabinetes surgiu uma grande “Gabinetona”, a maior da Câmara Municipal de Belo Horizonte e também mais numerosa em termos de equipe.

Apesar de administrativamente cada assessorx estar lotadx junto a uma vereadora, o trabalho é realizado todo em conjunto. A contratação das pessoas para trabalhar no mandato coletivo exigiu ampla discussão e respeito às pactuações previamente feitas. Buscou-se garantir correspondência, tanto quanto possível, para com a composição de forças que compunham as “Muitas”, garantindo-se espaço para membros do PSOL de diferentes correntes, lutadorxs orgânicxs que se dedicaram para tornar o projeto das “Muitas” possível, bem como espaço para indicações de confiança política direta das vereadoras. Por fim, conforme pactuado em compromisso de campanha registrado em cartório, parte das vagas foi preenchida com chamamento público aberto à cidade, tendo se inscrito mais de 4000 pessoas com variados perfis ([documento 17](#)).

Chamada pública



Seleção de pessoas para compor a Gabinetona, a equipe parlamentar do mandato coletivo das vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella.

- >> 3 vagas :: Comunicação
- >> 2 vagas :: Jurídico
- >> 1 vaga :: Teatro Legislativo
- >> 2 vagas :: Agentes de cidadania e apoio na circulação

Foram **4.113 pessoas** inscritas para as **8 vagas**. O processo contou com colaboradoras e colaboradores de fora da Gabinetona que, ao lado da equipe interna, analisaram as fichas.

A seleção levou em conta, além da capacidade técnica e trajetória profissional, o compromisso de manter **paridade** entre mulheres e homens, e entre pessoas negras/indígenas e brancas. Buscamos selecionar pessoas com outras **diversidades**, como LGBTQs, egressas do sistema prisional, imigrantes, pessoas com deficiência, entre outras. O processo de seleção deu prioridade ainda a pessoas que tenham por escolha uma trajetória de atuação nas **lutas sociais da cidade** ou que têm interesse em contribuir para o seu fortalecimento.

Figura 17 - Chamamento Público



Belo Horizonte, 15 de setembro de 2016

O grupo de 12 candidaturas à Câmara Municipal de Belo Horizonte, participantes da movimentação Muitas pela Cidade que Queremos e filiadas ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), vem a público e em cartório registrar os compromissos que cada uma de nós e nossa coletividade assume com a população de Belo Horizonte.

Acreditamos que o momento exige, para além de todas as propostas em torno das políticas públicas, mudanças de postura a fim de aumentar a transparência na conduta de agentes públicos, o empoderamento da sociedade e a redução de privilégios e fisiologismo na política.

Os compromissos listados abaixo foram construídos ao longo de vários encontros, desde o ano de 2015, e buscam dar concretude aos desejos encontrados nas ruas por uma política que priorize acima de tudo o interesse coletivo.

1) Mandatos coletivos, representativos e transparentes

- Desde as decisões até a prestação de conta dos gastos, propõe-se que todas as ações dos mandatos sejam feitas de forma coletiva e transparente: em assembleias em praças públicas e também em uma plataforma de interlocução com a cidade na Internet.
- Criação de projetos de lei e propostas para a cidade em oficinas abertas para cidadãs e cidadãos, além da realização de chamadas públicas para apoio a iniciativas cidadãs e ativistas.
- Transformar assessores em agentes de cidadania, trabalhando para a sociedade. Essa equipe será formada com foco na representatividade, buscando incluir mulheres, negras e negros, indígenas, LGBTQs, além de pessoas engajadas nas lutas da cidade.
- Acreditamos ser importante evitar toda forma de fisiologismo e distribuição de cargos em troca de apoio político. Queremos conduzir de maneira transparente a montagem da equipe, visando superar práticas políticas que condenamos e buscar a confiança da sociedade pelo compromisso real com o interesse coletivo em todas as ações.

2) Redução dos privilégios dos vereadores

- Nos comprometemos a doar de 40 a 70% do salário líquido dos vereadores eleitos (sendo 20% para o partido) e propor projeto de lei que reduza formalmente os salários dos vereadores.
- Nos comprometemos a abrir mão da verba indenizatória para uso pessoal da vereadora, utilizando-a somente para ações de interesse coletivo, de maneira transparente.
- Nossas candidatas se comprometem a abrir mão de salários adicionais, doando-os para movimentos sociais e iniciativas cidadãs, e propor projeto de lei para extinção deste e de outros privilégios.

Aurea Carolina de Freitas e Silva
Aurea Carolina de Freitas e Silva

Avelin Rosana Rolim de Oliveira
Avelin Rosana Rolim de Oliveira

Cristal Lopez
Cristal Lopez

Dário Ricardo Braga de Moura
Dário Ricardo Braga de Moura

Edmar Pereira da Cruz
Edmar Pereira da Cruz

Fernanda Vieira de Oliveira
Fernanda Vieira de Oliveira

Frederico Antônio Oliveira Silva
Frederico Antônio Oliveira Silva

Isabella Gonçalves Miranda
Isabella Gonçalves Miranda

Ivan Shirien Teixeira dos Santos
Ivan Shirien Teixeira dos Santos

Maria Aparecida Vilhena Falabella
Maria Aparecida Vilhena Falabella

Maria Del Mar Ferrer Jorda Poblet
Maria Del Mar Ferrer Jorda Poblet

Pollyana do Amaral Ferreira
Polly do Amaral



Figura 18 - Compromissos firmados em cartório

Em sua primeira composição final, a “Gabinetona” passou a contar com 41 pessoas, sendo 24 negras, 25 mulheres, uma indígena, 15 LGBTIQs e 4 moradoras de ocupações urbanas:



Figura 19 - Composição “Gabinetona”

As reflexões sobre como ocupar a institucionalidade inserindo-se nas disputas internas e externas da política tradicional, analisando projetos de lei, emitindo pareceres, participando de audiências públicas, visitas técnicas, elaborando requerimentos e executando tudo aquilo que cabe regimentalmente à vereança sem perder a força das ruas e dos movimentos fez com que os mandatos se estruturassem em dois grandes marcos: “Gabinetona” e Mandato Aberto, que são permanentemente orientados pelos princípios amadurecidos durante os dois anos de “Muitas” pela Cidade que Queremos”, sendo constantemente complementados e revistos. Estes princípios são: política de amor, cultura que afeta, desconstrução de privilégios, ética, cooperação, transparência, uso equilibrado de recursos, radicalidade democrática, interseccionalidade das diversidades: feminismos, luta antirracista, causa indígena, cidadania LGBT, foco na periferia e bem viver.

É importante salientar que os anos de 2017 e 2018, nos quais me inseri como membro da equipe na “Gabinetona” e, concomitantemente, realizei esta pesquisa, evidenciaram um esforço permanente de aprendizado coletivo, em que havia a estruturação paulatina das metodologias de trabalho a partir das demandas que se apresentavam e, periodicamente, processos conscientes e provocados de avaliação, reavaliação, lapidação, reflexão e mudanças. A “Gabinetona” representa, portanto, um processo de organização permanente, mantida com

recursos da Câmara Municipal de Belo Horizonte e sendo responsável pela construção cotidiana do mandato coletivo de Áurea Carolina e Cida Falabella em “coverança” com Bella Gonçalves em conexão com os canais abertos do mandato junto à cidade. Nas imersões, momentos de dedicação profunda que ocorrem semestralmente e pensados como espaços de avaliação e planejamento, por excelência, “Muitas” destas estruturas foram sendo literalmente desenhadas e colocadas no papel.

A “Gabinetona” foi pensada, inicialmente, para atuar por meio de seis núcleos interdependentes de trabalho, que possuem autonomia relativa para desenvolver suas atividades específicas. Os processos decisórios internos são discutidos de forma espiralar, intra e internúcleos, buscando a horizontalidade na tomada de decisões. Cada núcleo possui uma coordenação, exceto o Núcleo de Assessoria Direta e Articulação (N.A.D.A.), que abriga as coordenações gerais (“chefias de gabinete”), coordenadoras de eixo e de mandato aberto e assessoras diretas das vereadoras. As coordenações se reúnem semanalmente em um fórum presencial. A “Gabinetona” se reúne mensalmente na reunião geral.

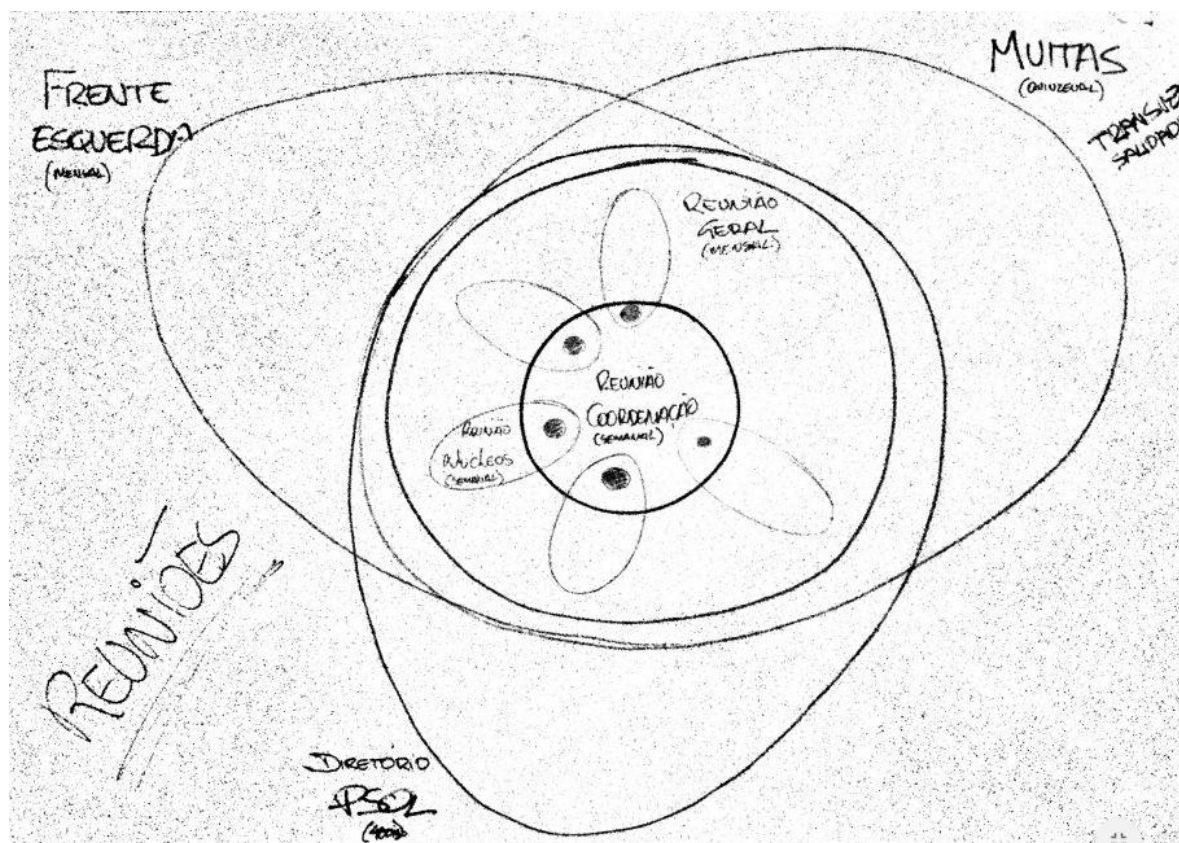


Figura 20 - Estruturação “Gabinetona”

Os núcleos que compõem a “Gabinetona” são:

- Acolhimento, cuja tarefa é de escuta ativa, orientação e processamento das demandas de cidadania com resolutividade:

O núcleo de acolhimento é um excelente exemplo de como as mudanças foram acontecendo paulatinamente na estruturação da “Gabinetona” de acordo com as demandas e os interesses de mudança da própria equipe. No início da legislatura, o acolhimento havia sido estruturado como um ponto de atendimento comum, da mesma forma como ocorre nos demais Gabinetes, na lógica de uma secretaria. Entretanto, na primeira avaliação coletiva dos núcleos, os próprios membros trouxeram o seguinte posicionamento:

A “Gabinetona” foi construída com o modelo tradicional de recepção, com duas pessoas para o atendimento administrativo interno da Câmara e ao público externo em geral. Ao longo do tempo fomos percebendo que havia necessidade de mudança. A recepção nos mostrou que aquele modelo tradicional que existe em outros gabinetes não contemplava a necessidade da “Gabinetona” e não contemplava a intenção de criar novas formas de trabalhos e de organizações internas, do mesmo modo, não empoderava as assessorias que lá estavam como era o desejo de todas. ([Documento 5](#). Apresentação e reflexão acolhimento).

Em decorrência da reflexão coletiva e das propostas da equipe, uma nova estrutura foi adotada, transformando-se a secretaria no núcleo de acolhimento, que passou a contar com mais assessorxs e a desempenhar um papel mais profundo de busca por resolutividade para as demandas de cidadania que chegam à “Gabinetona” a todo instante. Processos de escuta qualificada passaram a ser desenvolvidos, juntamente com a melhoria no sistema de memória dos casos e fluxos internos e de orientação e encaminhamento para as redes de proteção externas à “Gabinetona” - o espaço físico foi decorado para se tornar mais acolhedor.

Os outros núcleos que compõem a “Gabinetona” são:

- Comunicação: responsável pela produção de conteúdo, gestão dos canais de comunicação, análise estratégica de imagem, visibilidade, transparência e abertura do mandato junto aos diversos públicos. A comunicação foi um dos núcleos responsáveis por estabelecer na “Gabinetona” e junto às vereadoras a lógica de uma comunicação não violenta, sempre pautada no enfrentamento de ideias e nunca no embate pessoal.

- Gestão e pesquisa: atribuídos com a função de facilitação dos processos de planejamento e gestão de projetos; pesquisa, análise e tratamento de informações; gestão de sistemas e recursos da “Gabinetona” ([documento 18](#)).
- Jurídico: responsável pela orientação técnico-política do mandato coletivo, elaboração de pareceres, estudos técnicos e requerimentos para a atuação parlamentar em comissões e plenário; conhecimento estratégico do regimento interno da CMBH e colaboração pontual com as lutas sociais.
- Mobilização: responsável pela articulação nos territórios com movimentos e lutas que constroem a agenda política do mandato.

A experiência com o núcleo de mobilização também teve que ser repensada a partir da colocação em prática dos trabalhos. Concebido inicialmente com o objetivo de capilarização das lutas nos territórios, a mobilização era composta por pessoas com perfis e experiências diversas, geralmente com intensa atividade nos territórios, perfil de liderança, articulação e mobilização social. Posteriormente, percebeu-se que essa forma de organização não seria suficiente para a quantidade de demandas e a necessidade de resolutividade exigidos da “Gabinetona”, motivo pelo qual foi necessário elaborar o sistema de atuação por meio de mapa de lutas, que será melhor explicado adiante, mas que compromete a integralidade da equipe nas lutas da cidade de acordo com seu interesse, conhecimento e experiência.

- Assessoria direta e articulação - N.A.D.A: que presta assessoria direta às vereadoras; análise cotidiana de contexto político e institucional para construção de confluência máxima com movimentos e organizações do campo popular.

A experiência do N.A.D.A também partiu de um modelo que não foi satisfatoriamente bem-sucedido para chegar à estrutura de trabalho em vigor no ano de 2018. Inicialmente, chamava-se Núcleo de Conexão, motivo pelo qual havia expectativa dos demais núcleos de que esse grupo de pessoas fosse responsável por garantir, promover e viabilizar a ampliação do diálogo interna e externamente ao mandato. Tamanha expectativa acabou por se mostrar inviável, motivo pelo qual decidiu-se pela nova estrutura que evidencia as funções de assessoria direta das vereadoras e articulação política, minimizando a expectativa de transversalização dos diálogos e da comunicação interna, que são tarefas de todos, em especial das coordenações de cada um dos núcleos.

- Ademais, soma-se a essa estrutura “Az Diferentonas”, grupo de teatro que desenvolve formas de incidência transversal a partir da metodologia do Teatro Legislativo.



Figura 21 - “Gabinetona” e Madato Aberto

O mandato coletivo, representado pela totalidade de membros da “Gabinetona”, tem como objetivo a integração das plataformas de luta das diversas forças políticas que compõem os mandatos, tendo a horizontalidade, a representatividade e a confluência máxima como perspectivas de atuação, mediante representação institucional das vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella. O funcionamento do mandato coletivo é estruturado por eixos atrelados a cada uma das vereadoras e suas pautas: Direitos Humanos - Áurea Carolina, Direito à Cultura e Educação - Cida Falabella e Direito à Cidade - Bella Gonçalves.

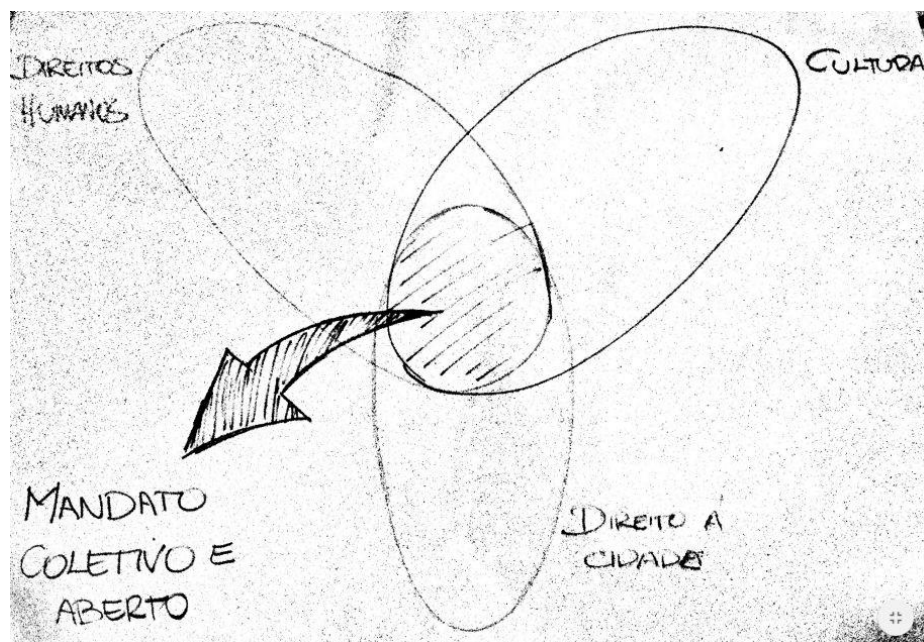


Figura 22 - Articulação por eixos

O planejamento de trabalho se dá a partir da definição de programas estratégicos vinculados a cada um dos eixos e que são colocados em prática por meio de projetos prioritários que viabilizam o trabalho coletivo. Tudo isso depende da divisão da equipe em mapa de lutas, aos quais xs integrantes da “Gabinetona” estão referenciadxs em pautas específicas para o acompanhamento coletivo das lutas sociais de acordo com elementos de representatividade, inserção nas lutas na cidade, conhecimento e interesse.

MAPA DE LUTAS					
fev/2018					
E	Lutas	N	Referência	Corresponsáveis	Jurídico
Cultura	Políticas Culturais	3	Maola - Leo	Evandro - Gabi - Ed - Gu - Rafa	Rê - Fê Cosso
	Educação	3	Tainá - Gu - Maola	Gabi - Evandro - Gilmar - Poli	Fê Cósso - Pedro
	Carnaval	2	Rafa - Gilmar	Cristal - Ed - Dú Pente	Gu Pessali
	Terreiros e Reinados	2	Rafa - Júlia	Polly	Pedro
	Quilombos	3	Rafa - Gilmar	Flavinha	Pedro - Rê
	Indígenas	3	Avelin - Evandro	Rafa	Gu Pessali - Pedro
	Ciência e Tecnologia	1	Jess - André	Dário	Fê Cosso
Direitos Humanos	Mulheres	3	Poli - Polly	Kátia - Nana	Fê Cósso - Rê
	Negritude	3	Flávinha - Evandro	Du Pente - Kátia	Eduardo - "Kátia"
	Juventudes	3	Dú Pente	Polly - Ed - Nana - Fê Cósso	Eduardo - Pedro
	LGBTIQA+	3	Ed Marte - Cristal - Gu		Gu Pessali
	Políticas Sociais	1	Regiane	Pedrinho - Dário	Eduardo - Gu Pessali
	Segurança Cidadã	3	Nana - Nolasco	Ed - Pedrinho - Dú Pente	Eduardo - Gu Pessali
	Política de Drogas	2	Dário - Dú Pente	Nana - Kátia	Eduardo - Pedro
	Pop de Rua	2	Pedrinho	Ed - Regiane - Gu Bones	Fê Cósso - Gu Pessali
Sequestro de Bebês	2	Rê - Fê Cósso	Nádia - Nolasco	Rê - Fê Cósso	
Direito à Cidade	Ambulantes	2	Dú Pente - Nolasco	Chai - Avelin	Renata - Eduardo
	Mobilidade	2	Ju Afonso - Pedro M.	Kátia - Edinho	Pedro - "Kátia"
	Meio Ambiente	1	Avelin - Pedro M.		Pedro - Rê
	Agroecologia e Parques	3	Chai - Rafa	Nolasco - Ju - Indianara	Rê - Pedro
	Resíduos Sólidos e Catadores	1	Nolasco		Pedro - Rê
	Políticas Urbanas e Moradia	3	Nolasco - Andreia	Chai - Edinho	Rê - Eduardo
	Ocupações Urbanas	3	Chai - Edinho - Nolasco	Indianara - Andreia - Poli	Rê - Pessali
	Enfrentamento à Cidade Empresa	1	Dário		Rê - Pedro

Figura 23 - Mapa de Lutas

3.5. Mandato Aberto

O mandato aberto ([documento 20](#)) representa as ações e experimentos de participação popular direta, colaboração voluntária e radicalização democrática impulsionados pela equipe da “Gabinetona” e por agentes corresponsáveis externos, de forma autogestionada e descentralizada, para produzir metodologias, análises, intervenções e decisões públicas que vinculam o mandato coletivo. Sendo assim, enquanto a “Gabinetona” representa a tentativa de tradução das lutas da cidade para a institucionalidade, o mandato aberto garante a porosidade da construção, mantendo o vínculo permanente com os territórios e as lutas.

O mandato aberto tem como princípios a mobilização social, educação popular, cultura viva, alteridade com as lutas, performatizar a política, articular arenas, induzir conectividades, escuta afetiva, efetiva e responsável e provocar confluências. Como objetivos busca ampliar o campo político progressista, manter mobilização social constante, fazer escuta qualificada para construção de posicionamentos políticos e atuação parlamentar, promover formação política e cidadã para a “Gabinetona” e para a cidade, traduzir lutas em leis, contribuir com a construção de projeção espetacular para lutas invisibilizadas, fortalecer e criar redes de resistência, trabalhar efetivamente com colaboradoras externas, estimular a participação popular e colaborativa no mandato, levar o mandato para a cidade e trazer a cidade para o mandato.

Dentro dessa metodologia, foram sendo desenvolvidos canais, que são tecnologias cujo objetivo é viabilizar o conjunto de princípios e objetivos supracitados.



Figura 24 - Mandato aberto e vereança

Os Laboratórios Populares de Leis - LabPops são oficinas orientadas para construção de propostas legislativas do mandato. Geralmente ocorrem mediante encontros presenciais com referências temáticas da luta na cidade para incidência sobre determinados PLs com maior relevância ou gravidade. São convocados pelas referências do mapa de lutas ou coordenadorxs de eixo/projetos a partir de um Banco de Dados Temático ou de convite a referências específicas da cidade, podendo dar-se a partir de ampla divulgação nos canais de mídia da “Gabinetona”, dependendo da especificidade do caso. Os projetos de lei apresentados pelo mandato coletivo até o ano de 2018 foram elaborados a partir de vários Laboratórios Populares de Lei, nos quais foram ouvidas as demandas de pessoas vinculadas às questões que o PL buscava solucionar e sucessivas redações, idas e vindas até chegar-se a um texto final a ser protocolado, construções que se propõem a ser coletivas, tanto quanto possível diante das contingências e precariedades.



Figura 25 - LAB POPs - Laboratórios Populares de Lei

Há também os Grupos Fortalecedores, que são grupos temáticos e/ou territoriais para debate, articulação política e colaboração especializada com o mandato. Servem como grupo de referência temático para escuta qualificada e diálogo permanente com a cidade a partir do Banco de Dados Temático. É coordenado pelas referências do Mapa de Lutas, que devem manter fóruns de discussão continuada por e-mail e convocar reuniões quando preciso.



Figura 26 - GFORTES - Grupos Fortalecedores

As Zonas Megafônicas cumprem a função de serem eventos realizados em parceria com movimentos e colaboradorxs externxs que promovem o encontro de corpos diversos para megafonizar as lutas sociais, por meio de debates políticos e ações culturais. São encontros de grande visibilidade e caráter espetacular para discutir temas *transversais* ao mandato, traduzidos pelas candidaturas das “Muitas”, com pactuação transversal na “Gabinetona”. Sua produção é coletiva e necessita da colaboração de parceirxs externxs.

Zonas de Confluência são debates em múltiplos formatos produzidos pela “Gabinetona” sobre temas afins ao mandato e reuniões de compartilhamento de experiências para ampliação da resistência no campo popular. São construídos nos Eixos da “Gabinetona”, com validação nas coordenações de núcleos e com acompanhamento do Mandato Aberto. Não possuem periodicidade definida e são convocados a partir de iniciativas da equipe.



Figura 27 - Zonas Megafônicas e zonas de confluência

Há ainda a possibilidade de serem convocados Ateliês Colaborativos, que envolvem a agência de colaboradorxs voluntárixs do mandato e cafés na “Gabinetona”, que ocorrem quando há recepção de parceirxs, vereadorxs e outrxs convidadxs no terreiro da “Gabinetona”. Os balanços do mandato têm como objetivo a prestação de contas semestral em praças públicas, produzidos pela “Gabinetona” com as “Muitas”. Para além disso, críticas de distanciamento da “Gabinetona” dos territórios mais periféricos associados à dificuldade de as pessoas se deslocarem até a CMBH evidenciaram a necessidade de deslocamento até as regiões e bairros mais distantes do centro. Assim surgiu a “Gabinetona Itinerante” com o Café da Cida, realizado no bairro Serrano e a Caravana do Direito à Cidade, responsáveis por um trabalho continuado nos territórios para conectar iniciativas populares, envolvendo mobilização popular, projeção espetacular, articulação política e institucional e estimulando a criação de redes.

Por fim, há a experiência d’Az Diferentonas, grupo de teatro experimental e de educação popular da “Gabinetona”, que nasceu do desejo de promover uma releitura do teatro legislativo de Augusto Boal, como método de criação, participação e mobilização popular. Tem como objetivos desenvolver uma rede articulada de Núcleos de Teatro do Oprimido em BH e Região Metropolitana, criando experiências com o Teatro Legislativo (formações, esquetes e sessões junto com o Núcleo Jurídico), além de realizar intervenções cênicas pelas ruas. Sua função é ser o elo poético e artístico visceral do mandato com a cidade permitindo a tradução

de referida linguagem em projetos de lei, audiências públicas, requerimentos e demais ferramentas regimentais.



Figura 28 - Zona de confluência Teatro do Oprimido - 14 de junho de 2018

A incorporação do Teatro Legislativo à lógica de funcionamento da “Gabinetona” é uma das experiências mais especiais de todo esse processo. No primeiro semestre de 2018 foi realizada uma chamada pública para multiplicadores de toda a cidade, que foram escolhidos respeitando-se critérios geográficos e de diversidade. Estas pessoas passaram por processos formativos coletivos junto à trupe da “Gabinetona” e com orientação de Evandro Nunes e Gabriela Chiari, que foi escolhida na chamada pública e faz seu doutorado pesquisando experiências, teorias e técnicas de Teatro do Oprimido. A perspectiva é a de que os inúmeros facilitadores formados participem de diferentes momentos de construção coletiva da “Gabinetona” a partir de então, viabilizando diálogos sobre cidadania, direitos, legislação, empoderamento, enfrentamento às desigualdades e injustiças a partir de uma linguagem lúdica, simbólica, sensível, corporal, acessível e, talvez, nunca tão próximos e sem medo de dizer, universal: o teatro.

Diante da complexidade e da diversidade de experiências contidas no grande laboratório popular que é a “Gabinetona”, seria possível destrinchar ainda dezenas de projetos e elementos, como a estruturação da Rede de Proteção aos Direitos Humanos, o Indianiza BH e o Culturas Juvenis, três dos principais projetos levados a cabo pela equipe nos dois primeiros

anos de mandato. Haveria, ainda, a possibilidade de análise da atuação parlamentar em plenário e também nas Comissões, uma vez que há um universo a ser explorado na atuação de Áurea Carolina na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor e de Cida Falabella na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, além da revigorante participação de ambas na Comissão de Participação Popular, que foi reativada em decorrência de esforços da “Gabinetona” após anos sem realizar reuniões e também da Comissão Especial de Estudo sobre o Genocídio da Juventude Negra e Pobre – da qual Áurea Carolina foi protagonista. Cabe salientar, no entanto, que tamanha especificidade extrapolaria os objetivos desta pesquisa, motivo pelo qual deixarei a análise no nível de detalhamento em que se encontra atualmente, abrindo margem para aprofundamentos a serem realizados em pesquisas posteriores.

4. RADICALIDADE DEMOCRÁTICA NA EXPERIÊNCIA DAS “MUITAS” E DA “GABINETONA”

Na introdução e nos capítulos 2 e 3, tracei os pressupostos metodológicos e teóricos que orientam esta pesquisa e detalhei o processo de conformação das “Muitas” e da “Gabinetona” a partir das entrevistas semiestruturadas, dos documentos analisados e das anotações realizadas em campo durante o recorte temporal delineado. Agora, no capítulo 4, buscarei analisar de maneira mais pormenorizada as estratégias desenvolvidas pela “movimentação” e colocadas em prática desde as articulações iniciais até a conformação do mandato coletivo, aberto e popular para aprofundar sentidos de radicalidade democrática.

4.1. “Muitas pela Cidade que Queremos”: esforços de aproximação

O processo de formação da “Gabinetona” e estabelecimento de metodologias de construção coletiva será sempre um devir, não havendo um momento específico no qual poderá ser considerado pronto, acabado. Da mesma forma, o esforço que vem sendo feito para compreender e tentar, de alguma forma, promover uma aproximação do que seriam as “Muitas” e a “Gabinetona” e como elas contribuem para a expansão dos sentidos de radicalidade democrática será sempre altamente complexo e, muitas vezes, pouco eficaz ([documento 7](#)). Conceituar é, também, uma forma de limitar determinadas construções, o que pode ser, inclusive, bastante danoso para uma iniciativa tão autêntica e fluida como a que se analisa. Entretanto, a intenção de multiplicar experiências desse tipo, permitindo sua difusão e reflexão coletiva sobre alternativas de articulação popular, me impele a este exercício.

Perguntada sobre o que, em sua opinião, eram as “Muitas”, xs entrevistadxs trouxeram uma série de elementos complementares que fazem essa “movimentação” ser o que é, Heloísa Andrade, por exemplo, assim se manifestou sobre a tentativa dxs próprixs integrantes de tentar compreender a experiência que viviam:

Um grupo que vivenciou a experiência das “Muitas” mais de perto, durante o primeiro semestre nós tivemos reuniões praticamente quinzenais tentando fazer essa pergunta “o que são as “Muitas”?”. E o que se percebe logo é que não há uma posição, vamos dizer assim, uniforme. A gente vai por aproximações sucessivas. O que hoje nós podemos falar é que realmente essa experiência das “Muitas” se tornou uma referência não só em Belo Horizonte, mas para outras regiões do Brasil muito a partir do processo eleitoral. As “Muitas” nascem em um contexto de dar um salto de qualidade na

articulação dos movimentos sociais envolvidos nessa articulação das “Muitas”. Em especial, nós destacamos os movimentos: as juventudes periféricas, os grupos culturais das juventudes periféricas, os movimentos feministas, em especial o das mulheres negras, LGBT com muita força e eu penso também que o que deu uma força maior, qualificou essa “movimentação” em Belo Horizonte, foi a abertura para acolher as experiências das ocupações urbanas e, através das ocupações, vieram os movimentos das Brigadas Populares e os movimentos de apoio às ocupações urbanas. Temos aí também a UP, o MLB (ANDRADE, H. 00:00:23.25).

Sendo assim, nem mesmo as pessoas que vivenciaram essa experiência de maneira profunda têm consenso sobre o que ela seria. Da fala supramencionada, porém, é possível perceber que, para a entrevistada, a potência das “Muitas” se encontra em sua força articulatória dos movimentos sociais a partir de uma perspectiva interseccional dessas lutas, captando o olhar e as práticas políticas para o que as experiências mais têm a contribuir na elaboração coletiva.

Analizando-se em conjunto a perspectiva dxs entrevistadx, percebe-se que houve uma tentativa de afastar as “Muitas” da perspectiva dos movimentos sociais tradicionais, como se essa diferenciação trouxesse a demarcação de pontos de divergência complementares à sua atuação ([documento 15](#)) (ANDRADE, H. 00:00:23.25). Essa diferença residiria na nova perspectiva de se pensar e dialogar a política a partir da estética carnavalesca e festiva (documentos [9](#), [12](#), [13](#), [14](#)) e, também, da intenção central de ocupação dos espaços institucionais de poder. Para Rafael Barros,

Acho que as “Muitas” não são, as “Muitas” é uma confluência de lutas e de movimentos de ativistas, de grupos, que estão em processo permanente de construção e desconstrução política, obviamente, mas que têm o objetivo muito delineado que é o de ocupar os espaços de poder instituídos com corpos que representem a diversidade mesmo das existências, dessas lutas, desses enfrentamentos que hoje conformam a cidade de Belo Horizonte. Eu diria que as “Muitas” é quase que um método de fazer política levando em consideração a representatividade da sociedade, processos que busquem uma maior participação social e uma radicalização dos princípios democráticos... (BARROS, R. 00:00:33.14).

A caracterização das “Muitas” como “movimentação”, palavra que remete à dinamicidade, fluidez e abertura e sua concatenação com a função precípua de articulação política evidencia, a partir da corporeidade e não do discurso, como fizeram Mouffe e Laclau, a perspectiva da abertura para o contingente. Sem ter que partir de uma análise baseada na genealogia de uma categoria, como a “hegemonia”, as “Muitas” se lançam da confluência dos corpos e dos imaginários políticos no espaço para elaborar a partir da prática cotidiana seus princípios e delineamentos programáticos. É por isso que, talvez, o que esteja no cerne das “Muitas” e da “Gabinetona” seja a lógica de uma metodologia política que se propõe a ser radicalmente democrática. Segundo Júlia Moysés,

Então, as “Muitas” são uma “movimentação”. E eu dou ênfase nessa palavra, que não é movimento, nem coletivo, nem organização, nem instituição. É uma “movimentação” cidadanista e municipalista surgida em Belo Horizonte por meio de uma confluência das lutas da cidade, de diversos atores, para ocupar as eleições, inicialmente de 2016 e além” (MOYSÉS, J. 00:01:19.17).

Para Cristal Lopes as “Muitas” são as pessoas que representam a cidade:

Não só no modo civil, mas eu acho no modo em geral as “Muitas” histórias que atravessam essa cidade, “Muitas” também vindo de outros estados, ao mesmo tempo é uma fusão de pessoas tão diferentes, mas que acabam em algum ponto, da história da cidade, elas acabam se juntando (LOPES, C. 00:00:26.19).

A questão da representatividade, abordada na discussão sobre o giro feminista e antirracista do direito, é elemento que trespassa transversalmente a trajetória das “Muitas” e que, na “Gabinetona”, passou a ser ainda mais forte a partir da incorporação dessas diversidades na composição dos mandatos. Essa categoria está diretamente atrelada à performatividade na política, como elementos políticos transgressores e pedagógicos que tensionam as fronteiras da moralidade, dos direitos e da institucionalidade na medida em que se fazem presentes diante de olhos (auto)condicionados a não ver e a não reconhecer a partir da lógica predominante da homogeneização e da eliminação: as armadilhas da modernidade.



Figura 29 - Choque institucional

A figura acima retrata uma notícia do Jornal Folha de São Paulo em que a chamada se reporta ax candidatx Ed Marte, que compareceu à posse vestidx de maiô, traje típico de sua presença na praia da estação. No ambiente solene da Câmara Municipal, no entanto, sua figura foi capaz de provocar tensionamentos em sentidos de direitos principalmente no que toca à identidade de gênero e às diversas formas de expressão em relação às vestimentas. Desde a chegada da “Gabinetona” na CMBH, esse tipo de encontro nas fronteiras tem se dado cotidianamente. A figura acima mostra como, por meio da brincadeira e do humor, as “Muitas” provocam reflexões e aprofundamentos democráticos. Cristal Lopes aborda o tema acrescentando que:

Quando eu falo diversidade de corpos, eu falo esteticamente também e de vivências mesmo, sabe? Juntou o pobre com o rico, o branco com o negro, o mais afeminado, sabe, houve um entendimento de que na verdade a gente estava lutando pelo bem comum. Então, essas pessoas que estavam dispostas, que vieram de vários lugares, cada um com a sua bagagem, cada um com as suas experiências de vida que destoam “Muitas” vezes uma da outra, mas o “Muitas” tem uma coisa muito forte que é a pluralidade. As pluralidades foram respeitadas, tanto as pluralidades de vivências, tanto quanto de raça, de classe, sabe (LOPES, C. 00:05:02.05)?

O depoimento de Cristal Lopes, mulher *trans* e negra, demonstra como as “Muitas” se esforçam para, no fazer político cotidiano, colocar em prática os giros para além de mantê-los no âmbito das idealizações. Esse trabalho se dá desde as práticas de autocuidado e cuidado mútuo, como a oferta de aulas de yoga no horário de trabalho, até o fato de que, na “Gabinetona”, há isonomia salarial, recebendo a mesma remuneração todxs que trabalham o mesmo número de horas, independentemente da função exercida e do tipo de saber que possui - a descolonização do saber exige o reconhecimento de que o saber acadêmico dos mestres e doutores tem tanto valor quanto os saberes dos povos e comunidades tradicionais e das lideranças populares.

Ao falar das “Muitas”, por sua vez, Cida Falabella enfatiza o aspecto cultural que atravessa o projeto político:

As “Muitas” é uma “movimentação” da cidade que surge de lutas culturais e de movimentações pelo direito, principalmente, de uso à cidade, de ter uma cidade de uma maneira plena, que vem dos movimentos ligados à Praia da Estação, ao Carnaval, aos vários movimentos culturais espalhados por toda a cidade, às pessoas que usam bicicleta, à “movimentação” no sentido de pensar a cidade de uma outra maneira, urbanística também. Então ele é um caldo de vários... Somatório de várias pessoas, corpos, lutas, que vão se agregando a partir desse desejo de repensar a cidade, influenciadas também por movimentos como o Podemos, Ahora Madrid, essa ideia de movimento cidadanista, que tem na cidade o seu principal foco de ação (FALABELLA, C. 00:00:20.24).

A fala de Cida Falabella abre margem para explorar a ênfase que algumas pessoas deram para o aspecto estético e informal da construção como forma de garantir a aproximação das pessoas da política. Nesse sentido, Camila Viana afirma:

Acredito que é uma “movimentação” autônoma que tem como principal foco disputar a institucionalidade com uma nova linguagem(...) menos formal, aliás, diria até informal, que preza pela diversidade, que busca a horizontalidade também entre os participantes ou colaboradores e que assume mais explicitamente na esquerda algumas pautas que não são tratadas por grupos tradicionais. Então, como... É, algumas pautas que não são tratadas por grupos mais tradicionais: o feminismo, a luta antirracista, a luta LGBTIQ, a questão do genocídio da juventude negra, associada também à legalização da maconha e por aí vai (VIANA, C. 00:00:29.11).

A interseccionalidade como chave de leitura foi, como se percebe, arrolada como elemento basilar das “Muitas” por várixs dxs entrevistadxs. A busca por horizontalidade, por sua vez, foi sendo amadurecida desde a “movimentação” e consolidou-se na estruturação do mandato a partir da extinção dos cargos de chefes de gabinete e criação de cargos de

coordenação, de eixos, núcleos e projetos, de maneira a pulverizar os espaços de poder e, assim, criar mais locais de deliberação e decisão, fomentando o fortalecimento do campo político-articulatório.

Heloísa Andrade conclui suas reflexões a partir da função primordial à qual as “Muitas” se dedicam cotidianamente e que implica diretamente no que essa “movimentação” é:

Então, sintetizando, a gente poderia falar que a força das “Muitas” muito se deu por sua capacidade de fazer as confluências... Eu gosto muito desse termo que o pessoal usa "confluência máxima". Eu acho muito interessante. Esse conceito, esse termo "confluência máxima" define bastante o que foram as “Muitas” em sua prática. Ela conseguiu agrupar forças diferenciadas. Nem sempre com os mesmos posicionamentos ideológicos, mas com uma prática de se pensar uma nova forma de ocupar o espaço urbano e do trabalho político (ANDRADE, H. 00:00:23.25).

A “confluência máxima” é outro dos elementos que consideramos centrais à discussão de radicalidade democrática e que pode aportar contribuições relevantes no que toca à superação da lógica da hegemonia, como trabalharemos adiante. Diante de todas as expressões e impressões que foram colocadas pelxs diversxs agentes diretamente vinculadxs à construção das “Muitas” (documentos [16](#), [17](#), [20](#)), não poderia me furtar a apresentar minha percepção do que elas, em última instância, seriam.

As “Muitas” pela cidade que queremos não são, estão, acontecendo como fruto da espontaneidade organizada, da alegria, do lúdico presente no encontro carnavalesco que as construções oriundas das confluências das ruas puderam permitir. É a união contingente entre luta por direitos humanos na cidade atravessada permanentemente pela festa, pela cultura e pela educação. Essa “movimentação”, formada por indivíduos e coletivos com suas histórias e vivências, de caráter municipalista e cidadanista, em diálogo com outras articulações semelhantes no Brasil e no mundo, se propõe à escuta ativa, propositiva, resolutiva em busca por horizontalidade com o objetivo de promover mudanças concretas na vida dos cidadãos, fortalecendo e solidificando novos processos de participação democrática. As “Muitas” são um método, que se realiza em permanente processo de crítica e reavaliação, tendo como princípios a “confluência máxima”, focada no que nos une como seres humanos, e o respeito às diversidades e garantia de inclusão e representatividade, com compromisso com a ocupação dos espaços institucionais de poder a partir de uma lógica radicalmente democrática, focada na real representatividade dos corpos e das lutas que compõem nossa sociedade. Busca, assim,

conferir legitimidade à democracia e elaborar uma nova linguagem e uma nova estética, acessíveis e cativantes para reconquistar o amor pela política, reencantar. As “Muitas” pela cidade que queremos são amor e pé na porta, são ocupação da política com cidadania e ousadia.

4.2. Estratégias de radicalização democrática

O esforço de sistematização de saberes realizado no decorrer dos capítulos da dissertação teve como objetivo narrar o surgimento e o amadurecimento da experiência de resgate do político que vem acontecendo em Belo Horizonte encabeçada pelas “Muitas” e pela “Gabinetona” visando potencializar sentidos de radicalidade democrática e promover a possibilidade de difusão e multiplicação dessas vozes. Passo, agora, à discussão mais específica acerca das estratégias traçadas pelas “Muitas” em busca de sentidos de radicalidade democrática a partir da articulação dos inúmeros elementos trazidos até agora com outros, inéditos, que servirão como catalizadores desse processo.

Como dito na introdução, metodologicamente, a pesquisa de campo realizada foi elaborada para colher categorias narrativas e do campo prático que nos permitissem compreender quais elementos garantem a esta experiência seu caráter radicalmente democrático. Durante as entrevistas semiestruturadas, havia uma série de perguntas que levavam xs entrevistadxs a refletir sobre o vivido. A escolha de perguntas mais abertas, que remetiam a processos e avaliações, teve como objetivo garantir suficiente espaço interpretativo que permitisse às pessoas falarem daquilo que lhes parecia mais relevante. A única variável dependente nas entrevistas era o fato de que, se a pessoa falasse sobre radicalidade democrática, a pergunta final seria um pedido de explicação, de aprofundamento: você falou em radicalidade democrática. “O que, na sua opinião, torna esta experiência radicalmente democrática?” As respostas complementam as pistas seguidas no decorrer da dissertação e o grupo focal realizado apresenta elementos de aprofundamento da análise ainda mais ricos, como se verá.

A partir das respostas, foi possível compreender que, para as candidatxs e membros das “Muitas” entrevistadxs, radicalidade democrática estaria atrelada a uma prática de resgate do político que nasce a partir do questionamento de elementos frágeis da própria democracia representativa em que vivemos. Nesse sentido, a articulação das “Muitas” partiria de críticas ao sistema atual, mas não se daria na perspectiva do esvaziamento e da deslegitimação do sentido democrático e sim na atuação propositiva no sentido da superação dos vícios e incongruências

da democracia, a ser compreendida como um permanente processo de elaboração e aprofundamento. Para Rafael Barros,

Eu acho que radicalidade democrática é colocar em questão a própria democracia. E aí nesse sentido, eu digo isso não no sentido da... do esvaziamento do que é o sentido democrático, da nulidade do processo democrático, mas na desconstrução e na diluição dos vícios que foram se constituindo dentro da estrutura democrática. (BARROS, R. 00:39:38.24)

Sendo assim, a radicalidade democrática estaria na possibilidade de crítica interna ao próprio sistema, compreendendo suas fragilidades e buscando promover o constante aprofundamento de seus valores. Essa visão decorre de uma compreensão mais profunda da perspectiva não linear da história, que entende os processos constitucionais em aberto, passíveis de avanços e retrocessos. Por outro lado, a radicalização democrática estaria vinculada à criação de outras práticas de vivência do político, que promovam a reaproximação da população dos processos decisórios, bem como resgate da capacidade de transformação social do fazer político. Isso se dá a partir do reencantamento e do desenvolvimento permanente de tecnologias sociais de expansão e aprofundamento das possibilidades de incidência direta nas decisões político-sociais, que passam a ser fundadas no diálogo e amadurecimento de ideias em fóruns abertos e populares, superando a lógica da democracia representativa. Para Júlia Moysés,

Então, eu acho que é criar, fomentar e se pautar por meio de instrumentos de participação popular. E hoje, pensando no nosso sistema político, é subverter a lógica da democracia representativa. Como a radicalização da democracia, ela vem como um horizonte de uma utopia mesmo, porque a gente entende os limites da democracia representativa, os limites da institucionalidade e até mesmo do cotidiano, mas ela tem que ser um exercício permanente, um exercício de criar fóruns, possibilidade real de escuta, instrumentos que coloquem o mandato, os representantes e, em última instância, a institucionalidade submetida à cidadania. Acho que é isso (MOYSÉS, J. 00:11:56.05).

A fala acima articula radicalidade democrática com a compreensão das limitações da democracia representativa, com resgate do princípio da soberania popular e elaboração de metodologias que viabilizem participação efetiva dxs cidadxs nos processos político-decisórios. As várias falas evidenciam a radicalidade democrática como um horizonte subversivo, que exige o repensar permanente das práticas políticas a partir da criação de fóruns

de diálogo permanentes, com possibilidades reais de escuta, submetendo a institucionalidade à cidadania. Segundo Fernanda Vieira,

Hoje, eu entendo que a gente tem que ampliar a participação popular, participação social em patamares nunca experimentados. Então hoje, a nossa participação social política se dá como? Via representação. Então são os Vereadores, Deputados, Conselhos, quando muito, associações comunitárias, mas com uma representação bem mais reduzida. (...) As pessoas normais não se sentem parte desse processo político aqui e é porque elas não participam e elas não participam porque elas não se identificam e elas não se identificam porque não participam, então uma coisa fica alimentando a outra a todo tempo (VIEIRA. F. 00:15:12.19).

A reiterada descrença dxs entrevistadxs em relação ao sistema de democracia representativa e a manifestação constante acerca da fragilidade da política institucional deixa transparecer uma relação inversa entre institucionalização da política e radicalização democrática, o que fortalece a lógica de resgate do político como prática cotidiana, nos territórios e comunidades, mais próxima à vida das pessoas e suas necessidades reais. Todos esses elementos apontam para a participação direta dxs interessadxs nos processos decisórios e na elaboração das políticas públicas, elemento de grande importância na medida em que boa parte dxs entrevistadxs fazem parte de grupos políticos que compõem as maiorias sociais, mas que continuam amplamente sub-representadxs nos espaços de poder e, conseqüentemente, negligenciadxs em suas demandas por cidadania. Rafael Barros aprofunda sua reflexão:

Então assim, apostar numa desconstrução, numa destruição de dispositivos de formas e métodos que foram na verdade engessando o sistema democrático e afastando a população e as pessoas do seu processo de elaboração, de construção e de decisão efetivos e a nossa possibilidade e a nossa capacidade de inventar democraticamente, de inventar outros princípios, outros formatos, outros métodos, que possam religar a sociedade e as pessoas ao processo de construção e elaboração política. E nesse sentido, é muito arriscar, assim... Arriscar mesmo fazer política de outras formas, inclusive inimaginadas, para minimamente tentar despertar um reencantamento das pessoas com a capacidade política de *transformação* social, de transformação da sociedade. Acho que é um pouco isso (BARROS, R. 00:39:38.24).

Sendo assim, o reencantamento com o político também foi considerado elemento constitutivo de processos radicalmente democráticos cujas práticas exigiriam compromisso com o enfrentamento de questões estruturais na sociedade brasileira, como o machismo, o racismo e as especificidades que daí advém. Ademais, salientou-se que repensar as espacialidades e evidenciar comprometimento com o pensamento decolonial seriam elementos

importantes para uma radicalidade democrática possível em uma realidade latino-americana. A fala de Dú Pente, apesar de longa, promove importantes articulações entre esses elementos:

E de uma forma simples, a gente pode pensar que talvez a radicalidade democrática seja a gente estar pautando o óbvio. Porque radicalizar a democracia, a gente está pautado em questionar e criar outros processos de radicalização democrática, de participação nos processos decisórios e, além dos processos decisórios, dos processos de construção da política, das leis, das normas, das convenções que impactam nossa vida (...). Então se a gente pára para pensar no processo de extermínio da juventude negra no Brasil, está inserido - não só o Brasil, como a América Latina, na verdade, como resquício de um processo colonialista - e que na verdade esse grupo social não tem a mínima participação efetiva nos espaços legislativos, nos espaços executivos para poder discutir sobre a sua própria vida. Como a gente cria mecanismos para que isso se oxigene e que essa parcela da população possa de forma pragmática incidir na construção de políticas públicas, ainda que não sejam legisladores, ou algo do tipo, mas enquanto cidadão? Quais os mecanismos de participação esse grupo social tem? A gente sabe que é nula. É zero. Hoje a gente está dentro da Câmara Municipal, a gente entende, a gente se desdobra aqui para criar processos para que, por exemplo, esses jovens possam incidir na construção que a “Gabinetona” propõe para a cidade. Esses processos de [inaudível] dizem além também, quando a gente fala de radicalização da democracia. De que venha também nesse bojo a questão da representatividade política. Acho que isso explicita bem. E aí entender que quando a gente está falando de representatividade política, a gente não está falando de representatividade de grupos que são majoritários na sociedade numericamente enquanto exceção. Então a gente não está falando de uma participação política onde tenha uma mulher negra, onde tenha um homosexual, onde tenha um jovem, não. A gente está falando de representação proporcional. A gente precisa pautar o país para que esse princípio democrático realmente seja algo que faça jus ao que está no papel, o que está na Constituição, enfim, e que seja coerente a esse princípio democrático. Então entender esse processo de representação política de forma (...) proporcional, é algo inclusive que eu acredito que as movimentações, os movimentos, os partidos do campo da esquerda precisam fazer a autocrítica urgente. Não é ter uma mulher negra. Se a população brasileira tem cinquenta e quatro por cento de pessoas autodeclaradas negras, seria óbvio que, nessa Câmara Municipal que tem quarenta e uma vereadoras, tivesse no mínimo metade de vereadores, vereadoras negras. A gente sabe que mais de cinquenta por cento da população é feminina, então porque só tem cinco mulheres atualmente? Entender que radicalização da democracia perpassa por aí (SANTOS, I. 00:14:48.29).

Apesar de menos da metade das pessoas entrevistadas terem abordado especificamente a questão da radicalidade democrática, isso se deve, em minha leitura, ao fato de que a teorização e a criação de nomenclaturas para determinadas experiências da “movimentação” e da “Gabinetona” não são práticas realizadas por todxs que as compõem. Essa necessidade é de alguns sujeitxs específicos, que focam seu fazer político na permanente tentativa de compreensão das relações sociais ao seu redor e no esforço de nomeá-las. Assim sendo, minha percepção foi de que há vários elementos que compõem conjuntamente o aspecto radicalmente democrático da “Gabinetona” e que foram sendo paulatinamente incorporados na construção, mas que não foram elencados nas falas. Ademais, o nível de complexidade da experiência não

é facilmente captado ou elaborado em uma conversa tão aberta, exigindo esforço de sistematização mais detida, que é o que esta dissertação se propõe a fazer, ainda que em uma lógica de aproximação.

Nesse sentido, acredito que outros elementos podem ser incorporados aos que já foram trazidos acima. Antes disso, entretanto, cabe salientar que buscaremos resgatar a lógica entabulada por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, de maneira a evidenciar as aproximações e as tensões teóricas. Como visto anteriormente, xs autorxs ensaiam, com seu trabalho, utilizar categorias centrais que perpassaram teorias marxistas que refletiram sobre aspectos de experiências históricas, majoritariamente no continente europeu, das esquerdas marxistas. Sua escolha teórica se deu a partir do fato de que o marxismo foi e é central na discussão das esquerdas na Europa e no mundo, fazendo parte da realidade e do imaginário do campo progressista. Ademais, por elaborarem suas teorias a partir de uma análise do discurso, entendido como elemento importante para a compreensão da realidade, que exige algum tipo de mediação - no caso, a linguagem -, xs autorxs partem da análise de conceitos específicos, optando, por fim, pela elaboração de uma genealogia da categoria de hegemonia por compreenderem que nela estariam contidos os elementos necessários para o repensar de certos equívocos atrelados a várias teorias marxistas: sujeitos privilegiados, noção linear e necessária da história, essencialismos, fechamento para a diversidade.

Cabe salientar que a noção de radicalidade democrática elaborada pelas “Muitas” e pela “Gabinetona” não parte de uma análise de categorias discursivas como elemento preliminar para desconstrução de determinadas elaborações prévias que seriam entraves para o sucesso das práticas políticas progressistas. Isso porque as “Muitas” já nascem como uma experiência crítica de contestação dos modos de fazer político não só da direita, mas também das esquerdas tradicionais, a partir do já mencionado conjunto de alianças com o objetivo de manutenção de uma governabilidade, mesmo que apartada dos interesses das maiorias sociais. As categorias perseguidas em última instância a partir da concatenação de uma série de argumentos lógicos no livro *Hegemonia e Estratégia Socialista*, no caso da “movimentação” de Belo Horizonte, foram compreendidos pelxs participantes a partir de um olhar e uma escuta atenta da realidade social que xs circundava. Foi a partir da relação entabulada pelos corpos no espaço, na luta cotidiana por direitos, no tensionamento permanente de forças nas “quebradas” e na institucionalidade, que os aspectos da contingência, da diversidade, da composição de forças, da ausência de um ponto final utópico a ser alcançado e tantas outras questões que se aproximam e complementam as ideias contidas no livro foram sendo elaboradas.

Cabe frisar, quanto a isso, que Mouffe e Laclau não ignoraram o fato de que parte das conclusões a que chegam em seu livro poderiam ter sido alcançadas a partir de diferentes estruturas de pensamento, reconhecendo o aspecto contingente inclusive na escolha reflexiva a partir de teorias e categorias marxistas. Algo marcante é o fato de que as construções teórico-críticas elaboradas pelos autorxs partem de análises da realidade, mas a partir da revisão de trabalhos elaborados por diferentes autorxs que se debruçaram sobre determinados acontecimentos ou conjunturas histórico-sociais pertinentes a suas realidades, o que não significa, necessariamente, que vivenciaram aquelas experiências para além de uma observação atenta de dentro de seus escritórios. Paralelamente, a experiência das “Muitas” parte de vivências de lutas diretas na cidade, nos territórios, nas quebradas, sendo a teorização elemento secundário, mas complementar para a compreensão e amadurecimento das práticas de luta. Os resultados de ambas experiências, entretanto, são bastante parecidos.

Questão que não pode ser negligenciada e para a qual tentei chamar atenção desde a explicitação dos pressupostos conceituais é o fato de que parto aqui de uma realidade específica: uma cidade localizada no Brasil, na América Latina, marcada pela colonização, pela escravidão, pelo patrimonialismo, pelo machismo, pela lgbtfobia, pelo racismo, pelo genocídio dos povos indígenas e tantos outros aspectos históricos e culturais. Sendo assim, enquanto Chantal e Laclau evidenciam como ponto de ruptura revolucionário-democrático o pensamento hegemônico construído a partir da Revolução Francesa e do Iluminismo que trouxeram para o centro do pensamento moderno (falam até mesmo, de maneira paradoxal, em momento fundacional) as categorias de liberdade e igualdade, tal raciocínio não pode, simplesmente, ser transposto para a realidade do caso que analisamos. No próprio livro os autores reivindicam o fato de que tais princípios foram disseminados pelo mundo, mas já foi aqui denunciado que uma das faces do pensamento binário atrelado à modernidade/colonialidade, em sua face positiva, seria o processo civilizatório, o que nos impele a olhar pela perspectiva colonial da moeda e refletirmos sobre qual liberdade e qual igualdade estamos falando. Para além disso, para quem? Será que tal linha de pensamento é suficiente para a tentativa de compreensão das complexidades da realidade político-social brasileira? Já me posicionei pelo não.

O substrato teórico que dá guarida às lutas sociais das “Muitas” e da “Gabinetona” foi sendo elaborado a partir do momento em que a experiência foi exigindo amadurecimento em relação às questões de representatividade, periferação das discussões, radicalização democrática, enegrecimento da política, enfrentamento ao machismo, busca por horizontalidade, direitos e cidadania LGBT e tantos outros aspectos que a experiência foi

mostrando que não podem ser negligenciados, simplesmente porque existem e refletem a multiplicidade de movimentos e lutas que possuem potencial reconhecidamente revolucionário a partir das reflexões contidas na obra *Hegemonia e Estratégia Socialista*. No caso em análise, esses elementos foram sendo amadurecidos e pensados a partir da incursão e do diálogo permanente com teorizações feministas, negras, indígenas, quilombolas, periféricas, nas quebradas: foram xs filósofs do cotidiano, que vivem os paradoxos da existência em seus corpos, xs responsáveis pelo amadurecimento e por garantir substrato teórico, profundo, articulado e em confluência máxima para com a empreitada de ocupação da política e dos espaços de poder pelas “Muitas” pela cidade que queremos. Daqui para frente, tentarei entender como esses elementos se articulam na composição da experiência de radicalização democrática a partir dos corpos, da prática, da busca por justiça espacial.

O cruzamento das diversas informações articuladas até o presente momento indica que a radicalização democrática não estaria atrelada unicamente à noção de participação popular nos processos decisórios, mas a uma elaboração político-afetiva vinculada à opção pelo fazer coletivo, que recebe status de um valor a ser perseguido. Essa elaboração vai no sentido da sobreposição dos elementos de radicalidade democrática à performatividade/carnavalização da política e à confluência máxima, que estariam diretamente relacionados. A conceituação das “Muitas” como uma “movimentação” serve como ponto de análise para a compreensão dos sentidos de performatividade/carnavalização na/da política propostos. Esse fazer político-performativo estaria atrelado à impossibilidade de desvincular os diferentes âmbitos da vida e tudo isso se relaciona com as formas como nos expressamos no mundo, em sociedade. Apesar de termos dito anteriormente que as elaborações das “Muitas” não partem de uma análise do discurso, mas dos corpos em luta nos territórios, a questão da linguagem é extremamente importante para a “movimentação”, em contraposição com outras formas de fazer-político tradicionais, mesmo os movimentos sociais. O que distinguiria a “movimentação” seria seu caráter de fluidez, a elaboração de outras formas de interação, comunicação e, assim, de fazer-político. A fluidez está atrelada à noção de diversidade, de contingência, de pluralidade na conformação da “movimentação”, composta por diferentes demandas, forças políticas, interesses muitas vezes contraditórios, mas que desejam confluir tanto quanto possível, em uma perspectiva generosa. Essa linguagem ainda é uma experimentação, um laboratório, mas flerta permanentemente com a festa, com a performatividade, que seria a compreensão da necessidade de complexificação dos diversos elementos que compõem a vida social, entendendo e vivenciando a indissociabilidade entre política, arte, família, teatro, vida, etc..

Trazer a discussão para o campo da narrativa é um dos muitos pontos de convergência com a elaboração teórica proposta por Mouffe e Laclau. Segundo Rafael Barros,

(...) o César fala que a política hoje solicita um outro vocabulário (...) porque para comunicar, é preciso que as palavras dêem conta minimamente de dizer, de falar sobre isso que está acontecendo. Elas precisam desse vínculo, dessa relação existencial. E o que a gente tem de vocabulário, o que a gente tem de conceito, ele já está defasado em relação ao momento histórico que se coloca e, enfim, aos ímpetos, aos afetos, aos desejos. Então, assim, isso diz respeito a esse processo mesmo de desconstrução de resignificação, que diz respeito ao vivível. Então essa experiência aqui situada em uma cidade grande, uma metrópole, ela diz respeito também às possibilidades de construir e fazer política dentro dessa ambiência, dessa sociedade, dessas precariedades todas (BARROS, R. 00:12:07.27).

O elemento performático seria o elo entre a lógica comunitária, afetiva, da vida, com a política. A existência comunitária seria regida ontologicamente pela não separação das esferas, pela mistura, pelo encontro, assim como a performatividade, que representa uma mescla dos diversos elementos da vida. A discussão sobre performatividade no grupo focal foi alimentada pela exibição de imagens obtidas na internet a partir das palavras “performatividade na política”. O resultado da pesquisa no *Google Images* foi o aparecimento na primeira página tanto da foto de Cida Falabella, quanto da coreografia inventada por membros do MBL - Movimento Brasil Livre, de extrema direita, no contexto do golpe que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Ademais, foram mostradas imagens do período nazista, com bandeiras, marchas extremamente organizadas e fotos da praia da estação, em sua diversidade festiva (anexo 3). Neste momento, o grupo foi estimulado a evidenciar a diferença entre referidas “performatividades”. A primeira resposta, simples e direta foi: essas experiências são diferentes porque “o conteúdo é diferente e o conteúdo importa” (MOYSÉS, J. 00:19:12.23). Gustavo Bones complementou dizendo que:

E porque isso também é da performance, da performance que eu trago. É Cida Falabella, gente, forma e conteúdo não se dissociam. Então a gente está falando de outra linguagem, não tenho dúvida de que isso tenha elementos estéticos, subjetivos, artísticos, eu diria, catárticos, mas são linguagens diferentes, completamente diferentes (BONES, G. 00:19:16.25).

Conteúdo e forma não se dissociarem é questão extremamente importante, uma vez que evidencia o fato de que os fins não justificam os meios. Isso está atrelado a um compromisso mais amplo de fazer-político com as pessoas e não pelas pessoas. A radicalidade democrática

estaria vinculada, desta forma, não apenas aos objetivos perseguidos, ao conteúdo, de fim das desigualdades, busca por justiça social e/ou enfrentamento às mais diversas formas de violência. Ela estaria vinculada também à forma pela qual isso acontece. A forma como lutamos, não violenta, não armada, afetiva, em permanente busca por horizontalidade, na tentativa de despersonalizar a política, são todos elementos que decorrem da máxima “forma é conteúdo”, que diz de uma linguagem, de algo que nos diferencia das formas tradicionais de se fazer política e também da dita “nova política”. Quando Áurea Carolina trouxe a discussão sobre representatividade na política em um de seus e-mails ([e-mail 5](#)), ela evidenciou que não adianta fazer uma outra política, com conteúdo profundo e comprometido com as lutas sociais, se isso se der com os mesmos corpos. Forma é conteúdo e conteúdo é forma. Gustavo Bones aprofunda essa reflexão ao dizer que:

Então não é só performatizar. Embora, se a gente for entrar em uma discussão performática, ela também é isso, indissociável do que gera, do conteúdo, da sua elaboração. Eu acho que isso tem a ver sim com pautas identitárias, ainda que elas reafirmando que elas são interseccionais, tem a ver com uma identificação direta - eu fiquei lendo um negócio de capitalismo nesse recesso, tem uma coisa que o proletário precisa se identificar enquanto classe oprimida para se organizar e fazer a revolução. Eu acho que a nova organização do trabalho tirou essa possibilidade de identificação das classes oprimidas e a luta identitária traz um pouco essa possibilidade, de re-identificação enquanto classe oprimida, que não está só no mundo do trabalho, mas que está nele também (BONES, G. 00:11:46.12).

Essa inserção permite aprofundar em questões importantes do esforço de contraponto com *Hegemonia e Estratégia Socialista*, já que poderemos contrapor a chave de leitura de Mouffe e Laclau a partir de categorias marxistas com o aspecto identitário presente nas “Muitas” que lhe garante força para lidar com as diversidades. Esse ponto é fundamental pois permite articular a chave de leitura decolonial com a perspectiva marxista e a proposição de superação de certas armadilhas modernas envolvidas na categoria de hegemonia. Dário de Moura foi no ponto da questão:

A gente acha um contrassenso desse processo porque a gente não parte do pressuposto de que o futuro é melhor do que o passado. Se você resgatar culturas tradicionais e tentar restituir um poder da ancestralidade, por exemplo, é uma coisa adversa a isso. Isso vai no viés de que o seguinte: se o PIB crescer, não significa que vai ser melhor, vai ser pior, mas muito pior. Nós precisamos é de reduzir, nós temos que decrescer. Então, eu acho que a gente está em um viés de construir esse processo que não é hegemomista (MOURA, D. 00:50:53.01).

A grande virada complementar que a elaboração em torno da radicalidade democrática das “Muitas” em contraponto com a de Mouffe e Laclau promove é a de que seu projeto político não se pretende hegemônico. Ao compreender as armadilhas da modernidade e as complexas relações espaço-temporais, a “movimentação” consegue direcionar suas práticas para os giros espacial, decolonial, feminista e antirracista, compreendendo as diversidades e concomitâncias espaço-temporais e as multiplicidades delas decorrentes como elementos contingenciais com os quais teremos que lidar permanentemente. O que na perspectiva de Mouffe deveria se dar no campo de relações agonísticas, nas “Muitas” se dá no campo da confluência máxima em uma perspectiva pautada pela generosidade e pelo afeto. Dário de Moura evidencia mais elementos dessa elaboração:

Então eu acho que há uma diferenciação na trajetória da esquerda, na qual a gente caminha, convive com os colegas, mas, sobretudo, a gente caminha aceitando as contradições. Diferente do movimento social que puxa assim: "nós temos uma pauta a ser seguida, que nós vamos...", sabe? Ela é um método, é um processo que nós vamos seguir, uma tese. A gente parte de um processo de negociação e troca de opinião no meio do processo de negociação (MOURA, D. 00:52:35.18).

A colocação acima evidencia a ruptura com uma lógica tida como das esquerdas tradicionais, que foram profundamente trabalhados e criticados por Chantal e Laclau. A categoria hegemonia, porém, traz consigo uma perspectiva centralizadora, impositiva, que pode fazer sentido a partir de uma perspectiva imperialista, civilizatória, que pretende se impor. As “Muitas” não partem de um ideal de estrutura social a ser buscado, mas de determinados princípios abertos que garantam a possibilidade de elaborações radicalmente democráticas, inclusivas, sejam elas quais forem. Gustavo Bones fala dessa abertura para o contingente:

Uma humildade de sacar quem a gente é e saber que a gente dá conta de alguma coisa e a gente se dedica a essa alguma coisa. A gente não quer dominar o mundo, a gente não quer estar no mundo e a gente sabe que é isso assim... Dentro dessa reflexão que o grupo trouxe. A revolução, ela é um processo. Pelo menos, pode ser que não seja, mas eu acho que todas as leituras mais sensíveis que eu consegui acompanhar de uma ideia de revolução, ela é justamente a reflexão disso. A revolução é a irrupção, é um clímax, é o estado grave de um processo muito longo. Então nós estamos aqui talvez sendo parte, contribuindo para um longo processo histórico, então ele pode ter um desfecho ali na frente, mas pode ser para daqui muito tempo ainda (BONES, G. 00:59:46.28).

Como se percebe, outra aproximação que há é a consciência da necessidade de uma política que parta das necessidades concretas e compreenda os processos revolucionários a

partir de construções processuais. A compreensão de nossa localização espaço-temporal no aqui e no agora, em articulação local-global, em perspectiva contingencial traz a radicalidade democrática para o fazer político imediato e não para projeções de futuro. Quanto a isso, Gustavo Bones avalia:

Que é isso, assim, nós vamos ser ultrapassados, entendeu? Nós estamos no espaço-tempo e vai se *transformar* amanhã. Aí pode ser que a gente seja ultrapassado mesmo. No sentido mais concreto da palavra. Então acho que isso é importante a gente demarcar. E a outra coisa é, nessa linha da hegemonia, ou da não-hegemonia, que eu acho que é um grande desafio ainda que está pra gente. A gente se constituir enquanto uma “movimentação” municipalista. É assim que a gente se referenciou e é assim que a gente é referenciado. Outro dia estava o Dário mandando no “whatsapp” a revistinha lá da Espanha “Movimentos municipalistas pelo mundo” e estava lá as “Muitas”. A gente faz parte de uma experiência, de uma construção local, que acredita nas microrrelações, nas micropolíticas, nas biopolíticas, nas pequenas revoluções. Por isso que a gente acredita na comunidade... Estou jogando esses termos porque eles estão aí na moda, ou já estiveram, para a gente tentar entender do que a gente está falando, mas não precisa ser nada disso (BONES, G. 01:00:51.05).

A fala de Gustavo Bones dá ênfase para o fato de que a radicalidade democrática partiria das microrrelações, podendo avançar (ou não) para âmbitos articulatórios mais amplos, como consequência da capacidade de influência política e encantamento do projeto. Nessa perspectiva, alerta para o fato de que:

Só que agora a gente já começa a pensar na Assembléia e na Câmara Federal. Então assim, a gente está ampliando, a gente está crescendo, a gente está tentando assumir uma responsabilidade histórica perante uma situação muito complexa que o país vive e as pessoas vivem, a sociedade vive, principalmente aquelas mais miseráveis e mais fodidas, mas eu acho que tem um cuidado aí, que eu acho que a gente não pode entrar em um processo de hegemonização. A gente não pode cair em um lugar de ser um partido, de ser uma ideia... Que é isso, a gente está muito mais nesse lugar de entender uma circunscrição e saber que vão existir diferenças e a gente vai construir política dialogando com essas diferenças, fazendo alianças, construindo relações... Mas é isso, assim, a gente é uma das forças, das ideias que faz parte dessa diversidade que eles convencionaram arbitrariamente e violentamente chamar de país e de Brasil e a gente quer fazer parte de um processo de construção conjunta, que *transforme* essa sociedade em algo melhor (BONES, G. 01:03:23.22).

A partir do momento em que um projeto político como as “Muitas” se amplia e se multiplica, a capacidade de manutenção de seu vigor torna-se paulatinamente mais difícil. O risco é de que, como salientado por Gustavo Bones, a orientação axiológica que parte da prática política cotidiana nos territórios e no contato com xs cidadaxs se torne uma ideia abstrata a ser

perseguida, se aproximando pouco a pouco da lógica discursiva apregoada por Mouffe e Laclau da hegemonia. Rafael Barros consegue sintetizar parte das reflexões feitas até aqui:

É muito louco porque também tem isso na leitura tradicional marxista, que é de tomar o capitalismo como um sistema absoluto, sem se debruçar sobre as fissuras, as brechas, as rachaduras que estão o tempo inteiro se estabelecendo dentro deste sistema. Então assim, essa ideia totalizante, que o Dário chama atenção, do sentido único, futurista, da percepção histórica, progressista, ascendente e que ignorou lá em sua concepção a diversidade de gente, de vida, de formas de ser e de pensar o mundo... Porque é isso, o marxismo é pensamento, macho, branco, europeu, heteronormativo. Então por isso que ele necessita dessas atualizações, dessas revisões, dessas ressignificações. O que não quer dizer que não seja eficiente, importante para nos dar a chave de leitura e de compreensão ainda hoje. Mas ele também coloca o sistema no lugar também tão hegemônico, totalizante, que apaga essas outras vidas, essas outras formas de vida, que estão aí o tempo inteiro resistindo apesar de e para além dele (BARROS, R. 01:09:43.02).

É exatamente em relação a esse ponto que a leitura das “Muitas” aporta elementos que não podem ser negligenciados em práticas radicalmente democráticas no contexto brasileiro. Como elaborado anteriormente, nossa perspectiva de modernidade se dá atrelada à de colonialidade, ressaltando o fato de que o Estado moderno é eminentemente uniformizador: de comportamentos, valores, linguagens. Dentro da estrutura de pensar moderna, somos treinados a estranhar o diferente, experiência vivenciada por nós, brasileiros, há mais de 500 anos de implementação de práticas e políticas que reiteram esse pensamento. A questão central dessa problemática é o fato de que mesmo vários daqueles que se propõem a pensar alternativas progressistas, como os socialistas e marxistas, caíram e ainda caem nessas armadilhas, reproduzindo as bases dessa forma de pensar, agir e ser.

O fator uniformizador não é o único a ser sublinhado, como também já evidenciamos, havendo a lógica de construção de um mundo binário, “nós x eles”. Isso se reflete na tendência de se pensar a história de forma linear, ao propagar a ideia, por exemplo, de que as civilizações estariam em graus distintos de evolução. Face a esta perspectiva, reiteramos a necessidade de, efetivamente, se pensar x outrx e repensar o direito e a justiça em contraposição às armadilhas modernas. Nesse sentido, virarmos nossos olhares para a experiência de movimentos cujo objetivo seja a construção de uma outra sociedade na qual caibam todxs torna-se fundamental para a instauração de uma lógica que rompa com o processo permanente de colonização do ser, do saber e do poder. Compreender a necessidade de confluência entre distintos movimentos e perspectivas de luta, sejam elas marxistas, feministas, ecológicas, nos permite compreender as limitações e as potencialidades das várias perspectivas em análise. Não se pode negligenciar

que vários momentos da história evidenciaram práticas de movimentos operários, por exemplo, machistas, homofóbicas e violentas, enquanto determinados feminismos são incapazes de lidar com a perspectiva racial de maneira satisfatória.

Daí a necessidade de abraçarmos o conceito da complementaridade como contraposição à lógica da linearidade. A complementaridade se propõe como diversa, substituindo a lógica linear da história. A partir disso, abrem-se oportunidades para vivências efetivamente interculturais, de diálogo horizontal e não hegemônico de universos muito distintos. Esse diálogo de sentidos, de sentimentos, de percepções atua como perspectiva mais ampla de interrelação, para além de dar-se como meras traduções ou falseamentos de comunicabilidade real. A interculturalidade pressupõe a discussão dos significados e dos significantes, exigindo a criação de novas linguagens a partir das quais poderemos almejar, aí sim, algum universalismo, na lógica do transculturalismo, que seria a resultante de trocas efetivas e generosas.

Não falaríamos em vitória do melhor argumento, que é uma perspectiva moderna, mas em somatórias, em construções transculturais, de novos e diversos direitos, não antropocêntricos, oriundos dos quilombos, dos povos e comunidades tradicionais, dos saberes populares, dos corpos em movimento. A partir disso, poderemos pensar na reconstrução da história e da política de maneira policêntrica, já que não pretendemos substituir o eurocentrismo por outra forma de centralidade. Elemento indicativo disso foi o fato de que o aporte teórico sobre o qual este trabalho se debruçou é a elaboração de radicalidade democrática realizada por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau em seu livro *Hegemonia e Estratégia Socialista*. Ela reflete o compromisso de diálogo permanente, antropofágico, com pensamentos complementares aos elaborados na perspectiva do giro epistêmico.

A elaboração de radicalidade democrática das “Muitas” e da “Gabinetona” está atrelada a um método de fazer política que parte do pressuposto de que forma é conteúdo, tendo como elementos basilares a inclusão, o enfrentamento das desigualdades e a persecução de justiça social. Nesse sentido, enquanto “movimentação”, reconhece o caráter contingente, aberto, múltiplo das trajetórias e das construções que podem se dar a partir dos tensionamentos, dos encontros, realizando-os de maneira generosa, aberta e popular - motivo pelo qual busca-se a periferização das discussões e a aproximação com ativistas, lutadorxs, educadorxs populares de todas as quebradas. As multiplicidades, as diversidades, são incorporadas na teoria e na prática a partir de uma opção ético-política de predominância de perspectivas e corpos historicamente silenciados e subalternizados: aprendemos cotidianamente com os feminismos

negros, chicanos, a interseccionalidade, as teorias decoloniais, as pedagogias alternativas, emancipatórias, os povos indígenas, os quilombos. Silenciados que fomos e somos cotidianamente, compreendemos algo de profunda relevância: não cabe a nós a produção de mais enfrentamentos que se pretendam hegemônicos.

Neste ponto, faz-se necessário compreender a proposta de que a lógica da confluência máxima pode ser uma alternativa possível, dentre tantas outras, mais adequada à perspectiva das “Muitas” e da “Gabinetona”, bem como à realidade histórico cultural na qual se inserem. A confluência máxima, diferentemente da perspectiva hegemônica, compreende seu aspecto contingente, tensional, de elaboração a partir dos encontros no espaço, e não busca impor-se sobre os demais.

4.3. Complexificando: nem tudo são flores

Em consonância com a proposta de avaliação e reavaliação permanentes do trabalho, uma das perguntas realizadas aos entrevistados quando busquei compreender mais profundamente o processo de surgimento e amadurecimento das “Muitas” e da “Gabinetona” foi “como você avalia este processo?”. Essa pergunta, apesar de bastante ampla, mais uma vez abriu margem para minha tentativa de compreensão, a partir da perspectiva de pessoas diretamente envolvidas, dos pontos fortes e também das fragilidades desse projeto político. A autocrítica permanente faz parte da metodologia das “Muitas”, ao menos como proposta inicial, e houve a tentativa de sua implementação de maneira institucional na lógica da “Gabinetona”. Toda construção coletiva que envolva seres humanos será, sempre, complexa e incompleta, consignando tarefa árdua e que exige, antes de tudo, compromisso e generosidade. Generosidade tanto para com os processos e limitações individuais de cada umx, atrelados a suas histórias e vivências, como para com as realidades coletivas, as opressões estruturais que permeiam a sociedade e que, obviamente, existem também dentro dessas construções, como reflexo direto desse mesmo registro a ser combatido e ressignificado cotidianamente.

Aqui, faz-se necessária uma pontuação específica no que tange às delicadezas atreladas a meu processo de pesquisa. Enquanto pesquisador-participante, meu envolvimento político na “Gabinetona” e nas “Muitas” deu-se concomitantemente ao aprofundamento de minhas descobertas e reflexões. Ao mesmo tempo, a convivência cotidiana, tanto na perspectiva do trabalho - como assessor jurídico-parlamentar -, como enquanto ativista e pesquisador, foram elementos que “Muitas” vezes se misturaram de maneira intrincada pelas características da

forma como minha inserção se deu no campo e no desvelamento das questões analisadas. Nesse sentido, reitero a necessidade de se compreender mais uma vez a perspectiva colocada a partir do pressuposto metodológico deste trabalho da localização de saberes, evidenciando de maneira aberta e honesta os potenciais e limites da elaboração que aqui se faz.

Como pesquisador que é também trabalhador e ativista junto ao tema analisado, é impossível desvincular-me dos desgastes do excesso de demandas do trabalho cotidiano, bem como os oriundos da convivência com uma multiplicidade de subjetividades e sensibilidades em um ambiente tão plural como o da “Gabinetona”. Ademais, é impossível ignorar que a “Gabinetona” e as “Muitas” são locais que abrem margem para disputas políticas, um verdadeiro projeto de poder, que se alberga no campo popular e democrático, mas que não deixa de ser um projeto de poder - estando submetido, portanto, às inúmeras vicissitudes que ele, melhor do que qualquer outro elemento, sabe despertar nos seres humanos: vaidade, ego, disputas, egoísmo e tantas outras características a que estamos sujeitos pelo simples fato de sermos humanos. Como era de se esperar, a “Gabinetona” e tampouco as “Muitas” estão imunes a cada um desses problemas.

A elaboração das críticas é um momento extremamente complexo, principalmente quando há um compromisso para com o projeto político analisado. Outro elemento a ser considerado é o fato de que durante os quase 2 (dois) anos em que estive em campo, de maio de 2017 a fevereiro de 2019, obtive informações privilegiadas, várias delas sigilosas e tantas outras na condição de advogado, o que eticamente me obriga a mantê-las em segredo. Várias informações e percepções mais gerais, no entanto, são oriundas de observação atenta em espaços de construção coletiva, como as reuniões abertas das “Muitas”, por exemplo. De maneira complementar, saliento que meu compromisso acadêmico e ético é inarredável no sentido de promover a sistematização dos saberes produzidos pela experiência narrada, em perspectiva generosa e complexa, buscando afastar-me ao máximo de senso comum e pensamentos limitantes. Feitas estas considerações, vamos às análises.

Grande parte das avaliações nas entrevistas salientaram a perspectiva de esperança e oxigenação da estrutura política tradicional representada pelo sucesso eleitoral que viabilizou a “Gabinetona”. Segundo xs entrevistadxs, as “Muitas” e o mandato coletivo foram apontados como uma perspectiva de encantamento das pessoas e ressignificação do fazer político. Gustavo Bones, quanto a isso, faz a seguinte análise:

Eu avalio o seguinte: que terra seca brota sementes e vidas. Eu acho que a gente viveu um processo político no país e aqui em Belo Horizonte, como eu disse, tem uma coisa específica da localidade, que de fato arrasou décadas de construção histórica política no país e que culminou com o impeachment da Presidenta eleita. Eu acho isso. Nós custamos a fazer essa avaliação, mas obviamente temos um consenso de que esse governo é ilegítimo [se refere ao governo de Michel Temer], mas sabemos o processo que fez esse governo chegar, esse sujeito ser vice-presidente da nossa companheira Dilma. Eu acho que esse desgaste, essa dificuldade mesmo, essa impossibilidade de representação, essa cúpula política, essa casta política que o processo democrático foi gerando no Brasil, fez brotar uma nova força, uma nova experiência. A gente gosta sempre de falar, que a gente não faz a nova política, como algumas pessoas dizem, porque a gente reconhece a história que vem dos indígenas, dos quilombolas, dos anarquistas, dos comunistas, dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais, então a gente tem uma história também ancestral, mas estamos tentando refazer os procedimentos, os acordos, as metodologias, como dizemos aqui na “Gabinetona”, para reencantar essa atividade humana que é a política. (...) Então eu acho que tem um pouco esse reencanto pela atividade política, que é a mesma atividade desde sempre, mas que a gente vem com uma nova comunicação, uma reinvenção metodológica a partir, óbvio da avaliação crítica que a gente faz das figuras que nos antecederam, dos erros, dos vícios, das pessoas, dos coletivos que nos antecederam (BONES, G. 00:11:46.12).

Elementos importantes podem ser extraídos da colocação em comento. A experiência das “Muitas” e da “Gabinetona” se diferencia de processos de “renovação política” como os de partidos como o PHS e o NOVO na medida em que não desconsideram processos históricos de luta ancestral, tanto dos povos e comunidades tradicionais quanto dos vários movimentos sociais brasileiros. Ademais, sabem que inovar no campo político é uma proposição extremamente ambiciosa e que mesmo fazer boa política, nos métodos tradicionais, já é desafiador. É preciso salientar que vários dos partidos que se propõem a fazer uma nova política têm trazido novas caras, de pessoas que antes não se encontravam na política institucional. Entretanto, os novos rostos não inovam em termos de representatividade, repetindo-se no que tange a aspectos de raça, orientação sexual e de gênero predominantes, e tampouco em termos de propostas políticas – tanto no que toca à política econômica quanto aos valores morais e sociais. O NOVO, por exemplo, lançou em 2018 para a campanha presidencial o candidato João Amoedo, que no programa de entrevistas Roda Viva, no dia 21 de Maio de 2018, disse considerar-se “liberal na economia”, mas “conservador nos costumes”²⁸, dando pistas acerca de seu posicionamento retrógrado no que tange às pautas morais.

Júlia Moysés dá sua contribuição no processo de reflexão crítica ao dizer em relação ao processo de conformação das “Muitas” e da “Gabinetona” que:

²⁸<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,joao-amoeado-se-diz-liberal-na-economia-mas-conservador-nos-costumes,70002318886> Acesso em 16/01/2019.

Eu acho que ele tem mais limitações do que eu esperava (...) a gente nunca pensou muito sobre vencer, sobre como vai ser depois que vencer. Tem um acordo em cartório, tem algumas coisas, mas não foi muito planejado o que seria, isso não foi construído. Eu acho que tem mais limitações do que eu nos meus sonhos esperava e do que as pessoas que estavam mais próximas das “Muitas” esperavam. Mas, estando aqui dentro, eu entendo que é o mais sincero possível, não o mais radical possível, mas o mais sincero possível, de efetivamente, de ter um esforço real de efetivar canais de escuta e participação, que são insuficientes, limitados, pelos elementos que eu já falei (a institucionalidade, o cotidiano). Mas eu não tenho dúvida de que a gente não se afastou dessa proposta e que a gente faz o que é possível dentro dessas limitações - que são limitações até técnicas, de equipe, enfim - que a gente faz o que é possível, o que é possível para ser um mandato cidadanista. É isso, é tipo, é bem clichê mesmo, é muito menos do que a gente esperava e é muito mais do que qualquer mandato já fez (MOYSÉS, J. 00:13:48.16).

Durante as entrevistas foi salientado um elemento que sugere relativo fechamento da “movimentação” para a realização de determinados diálogos, o que estaria atrelado ainda às eleições de 2016. Fidélis Alcântara ressalta a dificuldade de promoção de aproximações com o partido e com outras candidaturas que não comporiam diretamente as “Muitas”, estando vinculadas a outras correntes e posicionamentos.

Então eu comecei a ver que tinham algumas coisas que não estavam dentro do que eu pensava que poderia ser. A mesma coisa foi uma primeira tentativa que eu fiz de conseguir fazer com que alguns candidatos a vereador das “Muitas” conversassem e conhecessem os candidatos a vereador do PSOL. Na verdade aconteceu uma reunião aqui em casa, com a presença da Áurea, com a presença do Ed Marte, se não me engano também o André Lasmar e, como candidatos do PSOL a Iara Suzana e o Toninho Taxista. A Iara Suzana mora na Cabana do Pai Tomás, ela é uma agente social, trabalha lá há mais de dezessete anos, é uma lutadora ferrenha e tal. O Toninho tem um histórico de lutas desde a época do *transporte alternativo*, com as Kombis e Vans e tal, uma pessoa que está aí lutando. Eu acreditava que era muito importante ter um diálogo entre os candidatos das “Muitas” que estavam se apresentando pela primeira vez e essas outras pessoas que já tinham um histórico de candidatura, um histórico de militância constante na cidade, de vinte anos, dezessete anos e tudo. Só que isso, eu não sei porque, não foi bem visto. Então, a partir dessa primeira reunião que teve eu não consegui agendar mais nenhuma, não consegui fazer essas pessoas se encontrarem e foi cada vez mais distanciando. Uma coisa era a campanha das “Muitas”, outra coisa era a campanha do PSOL, cortando qualquer possibilidade de diálogo entre esses candidatos (ALCÂNTARA, F. 00:02:59.09).

Saliento, mais uma vez, que as críticas aqui apontadas refletem determinada perspectiva. Todas elas podem e devem ser rebatidas a partir de fatos, posicionamentos, pensamentos e complexidades que esta pesquisa, por vários motivos, não foi e não é capaz de captar. Assim mesmo, os elementos trazidos nas entrevistas e percebidos por mim durante o período pesquisado são relevantes balizadores para reflexões coletivas e críticas que podem resultar em maior amadurecimento do projeto político e de seus membros. Toda construção

séria sabe de suas forças e fragilidades. Questão que aponta para esse caminho é o fato de que vários dxs entrevistadxs reconheceram a precariedade e a fragilidade da experiência aqui narrada, bem como a limitação das possibilidades de atuação institucional em um sistema eleitoral representativo, vinculado a um Estado Democrático de Direito ainda recente e em processo de amadurecimento. Rafael Barros analisa que:

É um processo precário, frágil, cheio de limites. Os limites, eles são dados desde as instâncias das esferas burocráticas, dos instrumentos normativos legais e administrativos aos nossos próprios limites humanos, relacionais, às nossas incompletudes, as nossas deficiências mesmo, as nossas precariedades. Mas, ao mesmo tempo, a gente tem conseguido construir de forma coletiva, a gente tem conseguido mobilizar os afetos e a imaginação das pessoas e da sociedade. A gente tem conseguido responder concretamente a várias demandas e a várias lutas, tem conseguido ter retornos concretos e vitórias reais em alguns campos de construção e de enfrentamento e tem conseguido avançar, não só na perspectiva desse processo de esperançamento em torno do fazer político, do elaborar politicamente, do construir coletivamente, para um âmbito muito maior do que o âmbito da “Gabinetona”, das “Muitas” e da própria cidade de Belo Horizonte, que eu acho que isso tem sido de fato muito significativo, quanto de fato abrir possibilidades de inventar outras formas, de provocar em outros corpos, outros lugares, outros métodos políticos, outras formas de interação e de participação, de construção, de elaboração, de capacidade de incidência. Isso tem sido muito potente, muito poderoso. Então, assim, eu acho que a constituição aqui nesse espaço, ela tem se mostrado muito potente. E com um processo de construção sensível, de escuta, inclusive para a incidência dos corpos que transformam a “Gabinetona”, dentro do processo de elaboração e de construção política (BARROS, R. 00:42:11.07).

Ao mesmo tempo em que vários dos problemas apontados anteriormente levaram à frustração e ao paulatino afastamento de algumas pessoas que depositavam excessiva expectativa na “Gabinetona” como local de expressão de sua subjetividade e indignação políticas, pude testemunhar durante o período em que estive em campo momentos de extrema gentileza, generosidade, afetividade e acolhimento pessoal e político de indivíduos. Em situações nas quais alguns/mas dxs membros da equipe mudavam de postura, deixavam de acreditar na construção ou davam sinais de frustração, foram feitas mobilizações coletivas e articuladas de escuta, acolhimento e resgate de auto-estima e sentimento de coletividade. Nessas ocasiões, eram evidenciadas as fragilidades do processo, mas a permanente intencionalidade de fazer diferente, de fazer melhor, a cada dia, juntxs, evidenciando a importância de cada sujeitx.

Outra questão levantada foi a crítica atrelada à dificuldade de manutenção da vitalidade da “movimentação” após o advento da “Gabinetona”, refletindo a limitação da institucionalidade em acolher um projeto radicalmente democrático. Segundo Andreia Costa:

(...) a avaliação que eu faço é a seguinte: depois que ganhou a gente não conseguiu manter essa sinergia. A coisa foi maravilhosa até ganhar, depois que ganhou, perdeu a mão. A campanha foi algo surpreendente. A gente ver as pessoas fazendo realmente por amor, gente inclusive que precisaria receber para fazer isso e fazendo de graça mesmo, foi muito legal. Agora, a gente não conseguiu manter isso pós ganhar. A gente não soube lidar com a institucionalidade e ela acabou, no meu entendimento, acabando com o movimento e criando a “Gabinetona”, que é um outro processo bacana também, só que não é mais aquele movimento, que deixou de existir. (...) Acho que talvez essa pena da gente não conseguir... Que a institucionalidade acabou deixando a gente em um lugar muito desconfortável de fazer a autocrítica, de fazer as avaliações, da gente ter perdido o movimento, ter deixado as pessoas se afastarem, os voluntários, as equipes (COSTA, A. 00:09:49.29).

Para além disso, crítica de absoluta relevância foi a articulada por André Barreto, que levantou a questão do protagonismo branco e elitizado na construção das “Muitas”. Segundo ele, a “Gabinetona” logrou garantir maior representatividade a partir do processo de conformação de sua equipe, com a chamada pública e a contemplação de lutadorxs dxs movimentos sociais e correntes do partido. Entretanto, em análise das pessoas mais próximas às “Muitas”, percebe-se que, dxs 18 entrevistadxs, 50% possui pós-graduação, enquanto 44% possui curso superior completo e apenas 6% possuem apenas segundo-grau completo.

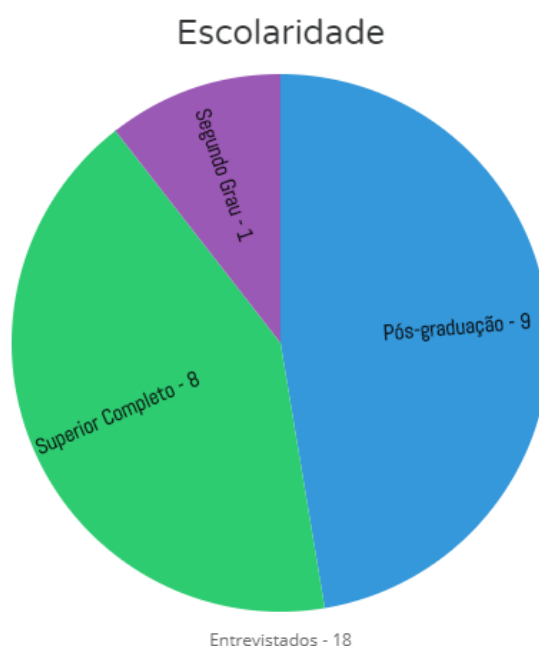


Figura 30 - Gráfico Escolaridade - “Muitas”

No que tange à autoidentificação racial, tem-se que 50% consideraram-se brancxs, enquanto 33,3% se identificaram-se como negrxs, 5,5% como indígenas e 11% como pardxs.

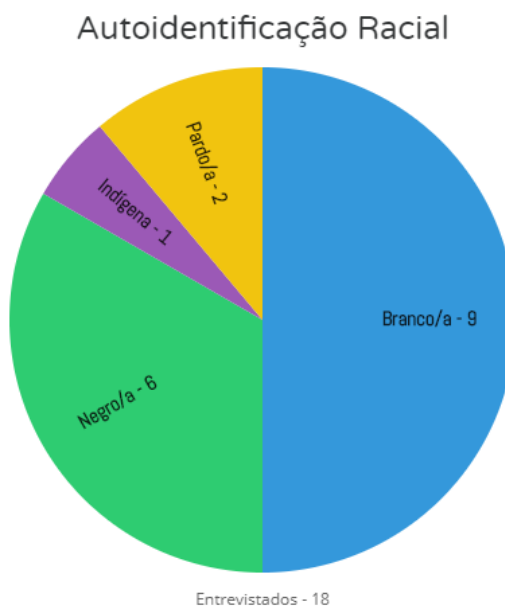


Figura 31 - Gráfico Autoidentificação racial - “Muitas”

No que toca à identidade de gênero, 50% se autoidentificaram como homens *cis*gênero, 44,4% como mulheres *cis*gênero e 5,6% como mulheres *trans*.

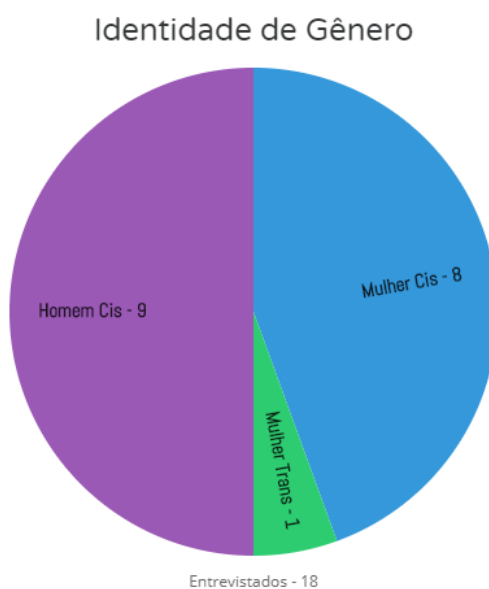


Figura 32 - Gráfico Identidade de Gênero - “Muitas”

Quanto à orientação sexual, 61,05% se autodeclararam heterossexuais, enquanto 16,65% se autodeclararam homossexuais, 11,1% se autodeclararam bissexuais e 11,1% não quiseram declarar sua orientação sexual.

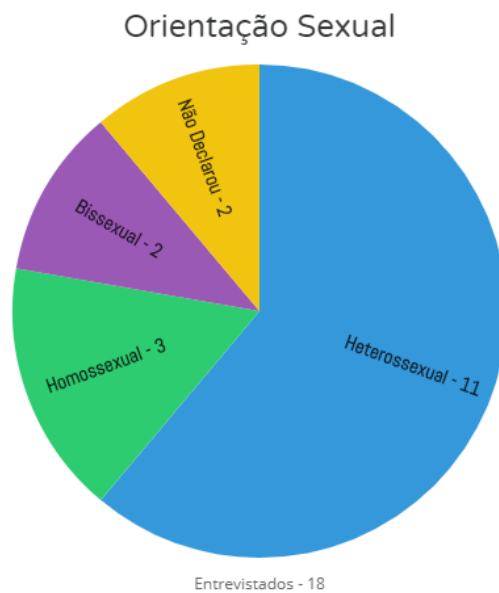


Figura 33 - Gráfico Orientação Sexual - “Muitas”

No que toca à faixa etária dxs integrantes da “movimentação”, 44,4% possuem entre 30-39 anos, 5,55% entre 20-29 anos, 5,55% entre 60-69 anos, 16,65% entre 50-59 anos e 27,75% entre 40-49 anos.

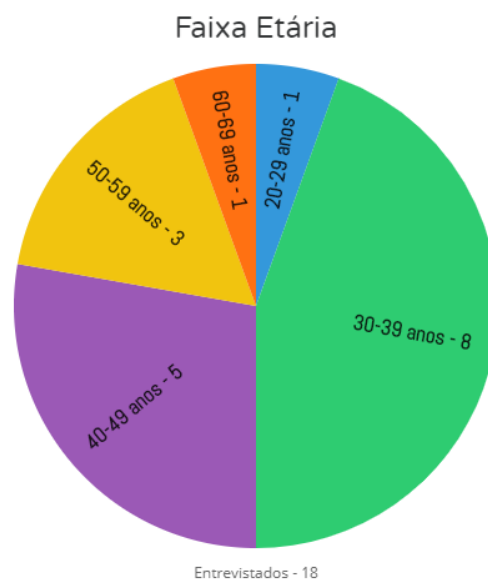


Figura 34 - Gráfico Faixa Etária - “Muitas”

Em relação à distribuição geográfica dxs entrevistadx, 33,3% residem na região centro-sul, enquanto 5,55% na Pampulha, 11,1% no Barreiro, 22,2% na regional Leste, 11,1% na Oeste e 11,1% na região noroeste.

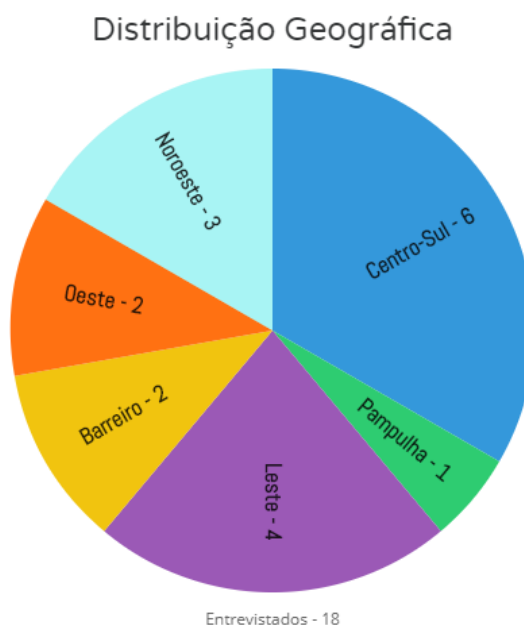


Figura 35 - Gráfico Distribuição Geográfica - “Muitas”

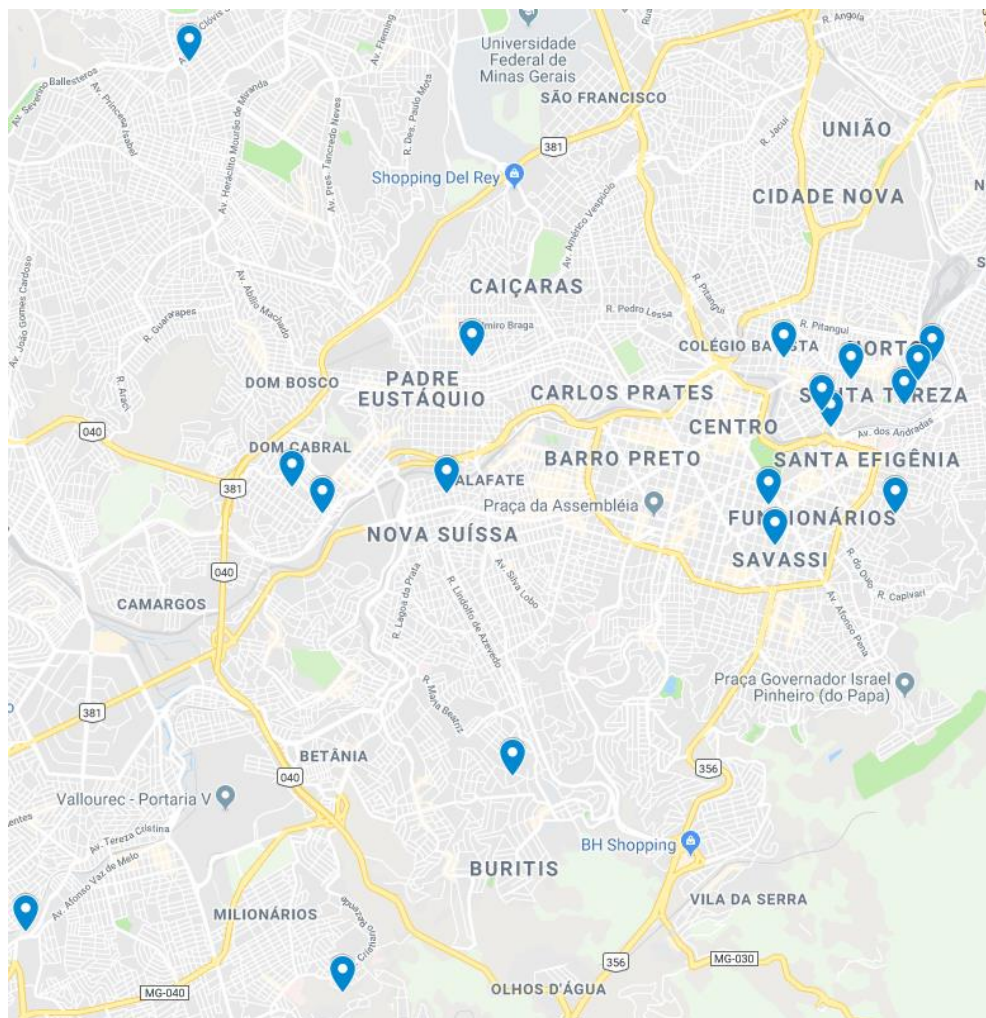


Figura 36 - Mapa Distribuição Geográfica - “Muitas”

Nessa perspectiva, fica evidenciado que, dentre xs entrevistadxs, que foram candidatxs e membros do núcleo de articulação das “Muitas” de 2015-2018, tendo sido utilizada metodologia bola de neve, não sendo um levantamento exaustivo, mas bastante representativo do perfil do núcleo central da “movimentação”, sua maioria é composta por homens, brancos, com pós graduação, mestrado ou doutorado e que residem em regiões mais centrais de Belo Horizonte. Isso evidencia que, apesar de todo o esforço teórico e prático entabulado pela “movimentação” em seus quase três anos, o espectro de poder continua a circular nas mãos do mesmo arquétipo de sujeito opressor.

André Amaral endossa o resultado do levantamento de dados acima e complementa sua crítica abordando a dificuldade de se chegar aos territórios a partir da institucionalidade, mesmo diante das inúmeras tecnologias de participação popular elaboradas pelo mandato:

(...) falando um pouco do que eu acho que é o ponto mais sensível para a gente... A gente começou com o desafio muito grande de trazer as mais diversas figuras, as pessoas, a população mesmo em geral para fazer essa construção junto com a gente. E isso é uma coisa que a gente sente que é muito difícil. Talvez pelo instrumento de comunicação, a gente infelizmente no momento está limitado ao Facebook, talvez por causa das pessoas que se engajam mais com a “movimentação”, assim, é um recorte muito branco e rico. A “movimentação” tem muito esse recorte, apesar de um grande esforço de tentar trazer outros movimentos, outras movimentações, que representam outras lutas para poder construir as “Muitas” com a gente, mas hoje ela tem muito esse recorte. Então acho que esse é um grande... É uma reflexão que a gente tem que fazer. A gente tem muita dificuldade de trazer a periferia para realmente construir junto com a gente. É um esforço que a gente tem feito, eu acho que tiveram vários avanços depois da “Gabinetona”. A própria composição da “Gabinetona”, eu acho que favoreceu essa questão, mas a “movimentação” em si ela tem muito esse recorte. Que a “Gabinetona”, ela foi composta de uma forma muito diversa, não vieram só pessoas da “movimentação”, vieram outros movimentos sociais, veio gente do partido. Então eu acho que a gente conseguiu... A “Gabinetona”, ela é muito mais diversa do que eu enxergo as “Muitas”. As “Muitas” é ainda um imaginário ainda um pouco restrito. Tinha a ideia de ser um certo guarda-chuva de movimentos, onde as pessoas poderiam se apoiar para disputar os espaços institucionais ou construir alguma coisa, mas isso acontece bem menos do que a gente imaginou que aconteceria. Fora isso, eu acho que tem sido super-positivo. Eu não tenho visto outros mandatos, até no país, conseguirem trazer tanta gente para poder pensar, opinar e construir junto as políticas públicas que a gente tem construído aqui. A gente tem conseguido construir muita coisa, principalmente do ponto de vista institucional mais estrito: emenda, audiência pública, visita técnica, eu acho que a gente tem conseguido produzir um trabalho parlamentar excepcional. Tem ainda uma fragilidade de conseguir chegar nos espaços mais distantes da cidade, conseguir as pessoas que estão menos engajadas (AMARAL, A.00:12:50.21).

Vários dos elementos apontados acima foram confirmados por mim durante a pesquisa de campo. Foi possível perceber que ao mesmo tempo em que há interesse de horizontalização e coletivização das participações e construções, há a necessidade de responder com velocidade e extrema precisão técnica a várias das demandas apresentadas permanentemente, o que, na prática, inviabiliza a participação de pessoas cujo saber se distancia dessa lógica produtivista e resolutive. Sendo assim, apesar de ser consensual a intencionalidade de participação ampla na construção e nas elaborações, a sistemática do trabalho cotidiano e as delicadezas das relações humanas ainda inviabilizam que isso ocorra de maneira profunda e radical. Dú Pente analisa que parte dessas dificuldades estão atreladas à rígida estrutura institucional do parlamento:

Então entender que essa trajetória na verdade foi e é o que nos dá corpo e sustentação dentro dessa estrutura que é tão rígida, tão hierárquica, tão masculina, tão branca, tão rica, tão heterossexual, heteronormativa. Então entender essas dinâmicas as quais a gente experimentou ao longo de anos, que foi meio que um caminho não sei se eu poderia dizer natural, mas foi um caminho de alguma forma tranquilo. Eu particularmente não senti uma mudança brusca. Obviamente tem. A gente chega aqui, a gente entende que é uma outra dinâmica, mas as formas que a gente se debruça, tenta construir e tem experimentado de metodologias internas na “Gabinetona”, de alguma

forma eu sinto como um amortizador do impacto que essa estrutura com todas essas características que eu disse anteriormente poderia nos causar de forma negativa (SANTOS, I. 00:04:47.10).

Cabe salientar que apesar de a “movimentação” e a “Gabinetona” se proporem a fazer uma outra política, em muitos momentos verifiquei a repetição de determinadas condutas comumente compreendidas como as da velha política. Em grande parte, isso ocorreu nas ocasiões de excesso de trabalho e de demanda por resolutividade acerca das centenas de questões que chegam permanentemente exigindo acolhimento, construção de posicionamento político e respostas rápidas, o que se mostrava um verdadeiro desafio para com as tentativas de efetivar as ferramentas de participação coletiva e popular, o que nem sempre foi possível.

Nesse sentido, em várias ocasiões me encontrei em situação de verdadeira angústia com o descompasso entre os princípios e diretrizes das “Muitas”, que foram sendo amadurecidos e pactuados coletivamente no trabalho da “Gabinetona”, e as práticas levadas a cabo no desenrolar dos desafios políticos que se apresentavam. Com o transcorrer do tempo, ao invés de nos aproximarmos da busca por horizontalidade e das elaborações coletivas, as decisões foram se tornando cada vez mais restritas a grupos menores e paulatinamente mais fechados e os espaços de discussão e autocrítica sendo reduzidos ou transformados em momentos nos quais não era efetivamente possível um processo de reflexão real e transformador. Nessas ocasiões, a necessidade de promover discursos de coesão e união do grupo faziam com que críticas, mesmo que construtivas, não fossem tidas como bemvindas ou fossem inapropriadas para aquele momento – sendo que a hora supostamente ideal de manifestação dos pontos que precisavam ser aprimorados não chegou para os agentes menos centrais à construção, pelo menos até o fim do campo desta pesquisa em dezembro de 2018.

Nesse contexto, primeiro é importante salientar que nem todas as pessoas envolvidas na “Gabinetona” e nas “Muitas” têm o mesmo grau de compreensão da construção em seus termos históricos e teóricos. Algumas, por vibrarem em lógicas muito distintas da desse saber que acaba se aproximando excessivamente do elaborado nas academias, outras, simplesmente pelo menor grau de engajamento político ou de expectativas para com a proposta. Na organização também é possível encontrar diferentes graus de confiança política nas pessoas envolvidas, o que acaba, muitas vezes, dificultando a abertura para a horizontalidade e promovendo o fechamento dos espaços de construção política e decisão. Tudo isso, somado ao desgaste das disputas cotidianas, promove diferentes graus de concentração de informação, o que também influencia nos processos decisórios e na deslegitimação da fala de agentes que

teriam sido excluídos dos debates anteriormente e que, por esse motivo, passaram a carecer de informações para contribuir de maneira equânime, o que passava a ser o argumento pelo qual sua fala não teria o nível de complexidade esperado para ser apta a contribuir, um processo paulatino de concentração de poder e informação, portanto.

Esse segundo ponto pude verificar tanto no que tange à “Gabinetona” quanto às “Muitas”. Em determinado momento, dei-me conta de que as reuniões gerais das “Muitas”, que toda a pesquisa me havia feito crer serem o espaço mais amplo e mais importante para tomada de decisões e planejamento, acabou se tornando um local de mero repasse de elaborações previamente feitas em espaços mais reduzidos e de acesso controlado. Essa percepção está atrelada já a um momento posterior, das eleições de 2018 para os cargos de deputado estadual e federal, em que, após quase três anos de “movimentação”, já era possível notar um processo de cristalização das referências políticas e das funções de cada pessoa na organização, bem como personificação dos processos decisórios.

Ademais, o fato de que nesse momento já havia um espectro de poder mais evidente e uma verdadeira perspectiva de eleição de candidatas, com o surgimento de mais espaços de incidência e construção política, ao invés de promover a abertura da “movimentação” para a chegada de novas pessoas interessadas em contribuir e oxigenar o trabalho, evidenciou um fechamento ainda maior atrelado a um sentido de preservação e proteção do projeto político e do nível de responsabilidade atrelado à confiança previamente depositada na “movimentação” quando das eleições de 2016 e que havia se consolidado a partir da “Gabinetona”. Tais elementos vinculados mais uma vez ao excesso de trabalho e ao alto grau de responsabilidade no lançamento e gestão de doze candidaturas, reflete um processo de adoecimento físico e mental das pessoas envolvidas que, mesmo assim, não se mostraram dispostas ao compartilhamento de atividades e abertura real das construções. Ademais, pude perceber que o grau de zelo para com a condução do processo eleitoral associado à ausência de condições para acolher xs voluntárixs e ativistas que poderiam ser incluídos na divisão do trabalho, acabou gerando frustração e afastamento de potenciais parceirxs.

Mais uma vez, aqui, cabe xo leitorx atenção para filtrar os elementos positivos e negativos de minha percepção carregada de subjetividades. Minha leitura é de que é compreensível que o projeto político, na medida em que se amadureça e se fortaleça, acabe consolidando núcleos mais concisos de articulação política e tomada de decisões. Por outro lado, pergunto-me até que ponto tal fato não se contrapõe aos princípios e diretrizes elaborados coletivamente no decorrer dos anos estudados e, ainda, que outra política é essa que encontra-

se em processo de amadurecimento que, ao invés de criar mecanismos de abertura, acaba por ensimesmar-se cada vez mais – apesar de o discurso se dar permanentemente na lógica da abertura e possibilidade efetiva de incidência dxs cidadãxs alinhados com as práticas progressistas. Os momentos de maior desilusão para com a “movimentação” e suas incongruências colocam em questão a pergunta: será, então, que Mouffe e Laclau estavam certos? Será que o resgate do político não consegue desvincular-se de elaborações hegemônicas?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar sentidos de radicalidade democrática a partir da experiência das “Muitas” e da “Gabinetona”, em Belo Horizonte, em contraponto com as elaborações sobre o mesmo tema realizadas por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau em seu livro *Hegemonia e Estratégia Socialista*. Busquei, no transcorrer da pesquisa, compreender elementos da experiência analisada que contribuem para reflexões no sentido do aprofundamento de práticas radicalmente democráticas.

Na introdução, esforcei-me para explicitar o contexto em que se deu esta pesquisa, promovendo minha apresentação enquanto pesquisador, assim como a delimitação do objeto de análise, tentando trazer ao texto elementos-chave que permitissem ao leitor compreender as variáveis necessárias para promover as ponderações críticas que entenda cabíveis na perspectiva da localização de saberes. Nessa lógica, explicitarei as técnicas empregadas, seus potenciais e limites a partir das contingências que trespassaram o dia-a-dia em campo, e apresentei xs atores/atrizes que fizeram parte ativa deste trabalho a partir de suas vivências. Também procedi a uma análise pormenorizada da elaboração teórica que serviu de contraponto para nossas ponderações, analisando a teoria de radicalidade democrática de Mouffe e Laclau, erguida a partir da categoria “hegemonia” e como isso se relaciona ao resgate da política no âmbito do político.

No segundo capítulo, empreendi um trabalho ainda mais delicado de articulação dos conteúdos obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas com demais documentos e informações coletadas em campo para compreender quais processos e reflexões no contexto de conformação das Muitas aportam contribuições na busca pela radicalização democrática. Para tanto, sistematizei uma narrativa que remontasse a trajetória das Muitas desde sua concepção até o amadurecimento da movimentação, chegando ao momento de tensionamento que se deu de maneira mais explícita a partir do início dos esforços de ocupação da institucionalidade com a escolha do partido e o processo eleitoral.

Pude perceber que as articulações que deram início às Muitas foram viabilizadas pela união entre os movimentos de luta por direitos com o carnaval de rua e os processos de ocupação dos espaços - praças, parques e “quebradas” -, com uma linguagem lúdica, festiva e afetiva. Ademais, me dei conta de que a possibilidade de resgate do conteúdo do político nas relações cotidianas está vinculada, neste caso, à resignificação da política a partir dos territórios e das demandas por cidadania em um processo que promove o fortalecimento das microrrelações,

mas em articulação constante com as macrorrelações. Isto ocorreu a partir da valorização e da promoção de conexões entre sujeitos e lutas que já ocorriam, mas que em alguns casos ainda não dialogavam e não percebiam as confluências entre suas pautas.

Naquele capítulo, os elementos trazidos pela experiência possibilitaram refletir sobre a importância da promoção do que chamamos “giro espacial” do direito, que permite pensarmos as multiplicidades, as pluralidades e as elaborações narrativas a partir da interação dos corpos nos territórios. A valorização da experiência, dos saberes tradicionais e da potência transformadora da conflitividade presente no tecido social nos apontou para reflexões atreladas ao pensamento de fronteira e à importância da permanente articulação das diferentes esferas de expressividade da experiência levando em consideração o diálogo entre o local e o global e a busca pela descolonização do saber, do ser e do poder - o que denominamos “giro decolonial”.

As discussões promovidas no âmbito da “movimentação” em torno de rompimentos com estruturas tradicionais de poder e da necessidade de garantia de realização de outra política com outros corpos, priorizando o protagonismo negro, feminino, lgbt, etc., possibilitou nossa incursão ainda mais a fundo no tema do “giro feminista” e do “giro antirracista”. Foram introduzidos elementos caros aos feminismos interseccionais, que denunciam a fragilidade de leituras unívocas da realidade, incapazes de compreender a dimensão da multiplicidade, da pluralidade de existências e de demandas de direitos e cidadania que daí emergem. A abertura para essa reflexão também está atrelada à ampla discussão sobre representatividade que se deu no momento de escolha dxs candidatxs que representariam a “movimentação” no pleito eleitoral e na composição da Gabinetona.

No terceiro capítulo busquei refletir sobre o desafio da transposição da experiência coletiva da “movimentação” das “Muitas” para o âmbito da política institucional em face da necessidade de escolha do partido e da posterior eleição de Áurea Carolina e Cida Falabella como vereadoras em Belo Horizonte. Tentei focar nas inovações institucionais produzidas no sentido de levar a cabo uma radicalização democrática das instituições do poder legislativo. A proposta de um mandato aberto e coletivo, com a implementação da “coverança” representou uma inovação significativa capaz de oxigenar a prática política. A criação da “Gabinetona”, com a união dos gabinetes de Áurea e Cida e a aproximação de Bella Gonçalves como covereadora, foram acompanhadas da implementação de inúmeros projetos e ações a partir de determinadas tecnologias de participação popular que possuem o intuito de viabilizar a ação política transformadora em âmbito institucional sem que para isso se perca a conexão com as

ruas, as periferias, as “quebradas”, as praças, os parques, que foi de onde a “movimentação” nasceu e de onde ela tirou e continua tirando sua força.

No quarto e último capítulo, procurei aprofundar a reflexão em torno de práticas radicalmente democráticas a partir das categorias de “busca por horizontalidade”, “performatividade na política” e “confluência máxima”, que surgiram no decorrer das discussões nos capítulos anteriores e foram observados mais detidamente com a análise do conteúdo obtido a partir do grupo focal. Nesse contexto, procedi a comparações entre a tentativa de resgate do político e radicalização democrática empreendida por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau com a das “Muitas” e da “Gabinetona” evidenciando que ambas estruturas de pensamento e prática foram capazes de diagnosticar armadilhas da modernidade-colonialidade, dentre as quais estão: a tendência à essencialização; a concepção linear do tempo e estática do espaço; a lógica binária do “nós X eles”; e a noção de agentes revolucionárixs por excelência colocando em lugar privilegiado a classe trabalhadora em detrimento de outrxs possíveis sujeitxs revolucionárixs. Minha conclusão foi a de que estratégia elaborada pelas “Muitas” e amadurecida na “Gabinetona” de tentativa de superação de referidas armadilhas a partir dos corpos no espaço, da experiência da multiplicidade, da decolonialidade, do antirracismo e dos feminismos interseccionais é mais interessante para a busca pela radicalização democrática e fortalecimento das esquerdas latinoamericanas que a elaboração teórica de Mouffe e Laclau empreendida em torno do termo hegemonia.

A reflexão acima foi elaborada a partir do destrinchamento da “busca por horizontalidade”, enquanto perspectiva utópica que baliza as construções políticas tendo como base o enfrentamento à verticalização e à hierarquização dos processos, buscando privilegiar as construções coletivas frente às individuais. Também se deu a partir de uma melhor compreensão da “performatividade na política”, como técnica de resgate do político a partir da elaboração de novas linguagens: mais afetivas, festivas, acessíveis e que aproximem a política do cotidiano e das necessidades imediatas da população, que é convocada para o debate e para a tomada de decisões. Por fim, também foi possível a partir do destrinchamento da “confluência máxima”, que surge como perspectiva decolonial, feminista, antirracista e espacial de conformação de articulações com o objetivo de aprofundamento democrático em busca de justiça social e cidadania. A construção elaborada em torno da hegemonia, por outro lado, continua sendo uma categoria que, por mais que busque resgatar os aspectos contingente e promova a denúncia de vários equívocos atrelados às armadilhas da modernidade, não logra superar sua perspectiva de

colonização do ser, do saber e do poder, o que não nos aponta no sentido de possíveis soluções para as crises que vivemos.

Ainda no capítulo quatro, promovi críticas à experiência das “Muitas” e da “Gabinetona” a partir de uma análise mais objetiva de sua composição com o intuito de entender quem são as pessoas que efetivamente pautam suas ações. Chamou atenção o fato de que, dentre xs entrevistadxs e que possuem papel estratégico nas elaborações analisadas, ainda predomina o perfil do homem, branco, *cis* e heterossexual habitante da zona sul, a mais rica da capital mineira, contrariando o discurso da movimentação e do mandato. A partir disso e de outros elementos, foi possível refletir que, apesar da potência extraordinária desse projeto político, não é possível deixar de notar que certas questões da dita política tradicional são ameaças constantes e que, em momentos mais recentes, após a consolidação da “movimentação” e da “Gabinetona”, passaram a influenciar ações e processos de tomada de decisão de maneira negativa.

Ressalto que chamar atenção para isso não significa desmerecer o projeto ou mesmo afirmar de algum modo que ele esteja começando a se corromper. Trata-se exatamente do contrário, o objetivo é alertar, reforçar e manter em mente o fato de que a ruptura com as armadilhas políticas e epistemológicas da modernidade/colonialidade é um trabalho árduo que exige atenção plena e constante. Espero profundamente que as considerações aqui realizadas contribuam de fato para o fortalecimento dessa experiência tão potente e extraordinária em sua busca pela radicalização da democracia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CAROLINA, Áurea. “Quatro parlamentares em um mandato coletivo aberto e popular”, disponível em: <https://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/gabinetona/gabinetona-4-parlamentares-em-um-mandato-coletivo-aberto-e-popular-1.2125958> .Acesso em: 27/01/2019

CASTRO GÓMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramón “*Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico*” En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. pp. 9-23. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores.

CÉSAIRE, Aimé. 2006. “Discurso sobre el colonialismo”. En: *Discurso sobre el colonialismo*. Pp. 13-43. Madrid: Akal.

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*, University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989, Article 8. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acessado em 03 de dezembro 2017.

CRUZ, Mariane. *Trabalhadoras domésticas brasileiras: entre continuidades coloniais e resistências*. Dissertação de mestrado na Faculdade de Direito da UFMG, 2016.

CUNHA, Daniel Antônio da. *A política na religião ou a religião na política? Considerações sobre a representação religiosa na Legislatura 2017-2020 da Câmara Municipal de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado na Faculdade de Direito da UFMG, 2018.

CURIEL, Ochy. *Identidades esencialistas o Construcción de identidades políticas: El dilema de las feministas afrodescendientes*. Revista Electrónica Construyendo Nuestra Interculturalidad, Año 5, No5, vol. 4: 1-16. 2009. Disponível em: http://www.interculturalidad.org/numero05/docs/0601-Identidades_esencialistas_y_afrodescendientesCuriel,Ochy.pdf. Acessado em 03 de dezembro de 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani – 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUSSEL, Enrique. 2004. “*Sistema mundo y transmodernidad*”. En: Saurabh Dube, MIGNOLO, Walter E BANERJEE, Ishita(eds.). *Modernidades coloniales*. pp. 201-226. México: El Colegio de México. 2004.

ESCOBAR, Arturo. *Mundos y conocimientos de otro modo: El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano*. Tabula Rasa. Bogotá, N° 51-96, enero-diciembre de 2003.

FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. “*Racismo y cultura*”. En: Por la revolución africana. pp. 38-52. México: Fondo de Cultura Económica. 1965.

GLORIA ANZALDÚA, Evangelina. *Bordelands/ La frontera: the new mestiza*. San Francisco: Spinters/Aunt Lute Books, 1987.

GUSTIN, M. B. S.; DIAS, M. T. F. *(Re)Pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática* - Edição revista e atualizada. 4ª. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012. v. 1. 278p .

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; VIEIRA, Margarida. *Semeando a Democracia*. RS - Porto Alegre. Ed. Palesa, 1995.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

HARDING, Sandra. *A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista*. Revista Estudos Feministas, vol. I, no 1, 1993, pp.7-32.

HOOKS, Bell. “Vivendo de Amor”. Disponível em <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/> Acessado em dezembro de 2017.

ISAIAS, T. L. S.. *Mulheres em Luta: Feminismos e Direito nas ocupações da Izidora*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

JARA, Oscar. *Para sistematizar experiências*. 2a ed. Rev. Brasília: MMA, 2006. Disponível Em: http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao30012009115508.pdf>. Acesso em: 02 de dezembro de 2017.

JOAN SCOTT, Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995, P.71-100.

KONDER, L. A. M. C. *O que é Dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Tradução).

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

LUGONES, María. *Colonialidad y Género*. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, N.9, julio/diciembre 2008, pp 73-101.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. pp. 127-167. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores. 2007.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOUFFE, Chantal. “Por una política de la identidad nómada”. *Debate feminista*, no 7, Vol.14, 1996.

MOUFFE, Chantal. “Por um modelo agonístico de democracia”. Dossiê Democracias e Autoritarismos. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 21. P. 11-23, 2005.

MOUFFE, Chantal. *Ciudadanía y feminismo: feminismo y teoría identidad pública/privada. Feminismo, ciudadanía y política democrática radical*. México, DF, Instituto Federal Electoral, Unifem, 2001.

MOUFFE, Chantal. “Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt”. Disponível em: https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/02/teoria.pdf . Acessado em 12 dezembro de 2017.

PELÚCIO, Larissa. *Subalterno quem, cara pálida?* apontamentos às margens sobre pós-colonialismo, feminismos e estudos *queer*. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, (2)2, 2012, 395-418.

PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, Andreas. *O Giro Espacial do Direito: Geografia, Justiça e um Certo Medo do Espaço*. Tradução de Maria Fernanda Salcedo Repolês, Júlia Ávila Franzoni e Thiago A. P. Hoshino. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, 2017. No prelo.

QUADROS DE MAGALHÃES, José Luiz; BARACHO DE MAGALHÃES, Hugo. *A Psicologia como mecanismo de manutenção do estado moderno*. In: *Direito, Política e Emancipação*. 1ª ed. Belo Horizonte: lumen Iuris, 2016, cap. 4, p. 125-149.

QUADROS DE MAGALHÃES, José Luiz. “Democracia, Constituição e Consenso”. In: *Teorias da Argumentação Jurídica e Estado Democrático de Direito*. 1ª ed. Belo Horizonte: lumen Iuris, 2017, cap. 4, p. 51-75.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América” Latina. In: LANDER, Edgardo. *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencia Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina. Setembro 2005, Pp: 107-130.

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda. “Tempo, espaço e sentidos de constituição”. Palestra no Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0MsVN4WaImg> .

SALCEDO REPOLÊS, Maria Fernanda. “Giro Espacial, Decolonial, Feminista do Direito: O que é isso? Como isso muda nossa forma de ver e praticar o Direito?”, In: SALCEDO REPOLÊS, M.F. e CARVALHO NETTO, M. III Congresso Internacional de Direito Constitucional e Filosofia Política, Curitiba, 2017. Acessível em: <https://www.facebook.com/ufprccons/videos/1947399758831422/UzpfSTYyMDk5MTY4ODUwNzAxMTo3MDQ1NzcyNjk3NDg0NTI/>

VIANA, Igor Campos. “O Espetáculo do Gênero” Dissertação de mestrado na Faculdade de Direito da UFMG, 2019.

VINUTO, Juliana. “A amostragem em bola de neve em pesquisa qualitativa: um debate aberto”. Temáticas, Campinas, 22 (44), pp.203-220, 2014.

WALSH, Catherine. “Interculturalidad y (de)colonialidad: diferencia y nación de otro modo”. En: Desarrollo e interculturalidad, imaginario y diferencia: la nación en el mundo Andino. pp 27-43. Quito: Academica de la Latinidad. 2006.

7. ANEXOS

Anexo 1:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a), você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que tem por objetivos analisar a emergência de novas formas de construção política e democrática na esfera pública de Belo Horizonte. Para participar deste estudo solicita-se sua especial colaboração por meio de uma entrevista, que será gravada e *transcrita* se assim você permitir e ficará armazenada com os pesquisadores por 5 (cinco) anos. A entrevista terá duração aproximada de 30 (trinta) minutos.

Você pode se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem qualquer penalização ou prejuízo. Importante salientar que se espera mapear a articulação desse discurso com os resultados deste estudo.

Com relação aos riscos de participação na pesquisa pode-se mencionar possíveis desconforto, insegurança e/ou ansiedade ao responder às perguntas da entrevista e ao ter seus próprios pressupostos de pensamento questionados. No entanto, evidenciamos que sua participação poderá ser interrompida a qualquer momento.

Não adotamos o anonimato nas entrevistas nem na sua divulgação, tendo em vista que trata-se de um debate público e de atores que assumem suas posições nesse mesmo espaço.

Os resultados da pesquisa serão utilizados em trabalhos científicos a serem publicados e/ou apresentados oralmente em congressos e palestras, serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você não terá nenhum gasto com a participação no estudo e também não receberá pagamento pelo mesmo.

Caso ocorram danos que sejam decorrentes especificamente da pesquisa você terá direito a ser indenizado. Apesquisadora responsável e o pesquisador assistente poderão sanar quaisquer dúvidas sobre o estudo bastando entrar em contato pelos telefones e/ou e-mails:

- PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Profa. Dra. Maria Fernanda Salcedo Repolês
- PESQUISADOR ASSISTENTE: Mestrando Gustavo Pessali Marques

E-mail: gupessali@gmail.com - Telefone: (31) 987312470

Em caso de dúvidas éticas, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, localizado na Avenida Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Belo Horizonte/MG, poderá ser contatado pelo telefone (31) 3409-4592 ou pelo e-mail: coep@prpg.ufmg.br.

Li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento.

Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando que também recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Compreendo que sou livre para me negar a participar da pesquisa, sem qualquer penalidade. Dou meu

consentimento de livre e espontânea vontade para participar desta pesquisa, respondendo ao questionário.

Belo Horizonte, ____/____/____.

Participante (Nome Legível e Assinatura ao lado)

Pesquisador (Nome Legível e Assinatura ao lado)

Formulário de Entrevista - Pesquisa em sociologia jurídica

Pesquisador - Gustavo Pessali Marques

1. Nome: _____

2. Endereço: _____

3. Data de Nascimento: _____

4. Profissão: _____

5. Estado Civil: _____

6. Escolaridade: _____

7. Você se autoidentifica como (etnia/raça)*: _____

8. Identidade de Gênero*: _____

9. Orientação Sexual*: _____

Resposta opcional *

Eu, _____, declaro estar
ciente e autorizo a realização desta entrevista e o uso das informações prestadas no âmbito das
pesquisas realizadas por Gustavo Pessali Marques.

Belo Horizonte, ____/____/____.

Anexo 2:

Roteiro entrevista semi-estruturada:

Perguntas obrigatórias:

1. O que são as “Muitas”?
2. Como nasceram as “Muitas”?
3. Como foi o processo das “Muitas” à “Gabinetona”?
4. Como você avalia esse processo?
 - Pergunta variável obrigatória (quando a pessoa fala espontaneamente em radicalidade democrática): O que é radicalidade democrática?

● Perguntas Variáveis:

- E o que que você acha que as “Muitas” trazem de diferente?
- Quando você fala diversidade de corpos, em que sentido?
- Você quer falar mais alguma coisa sobre essas questões que eu te perguntei?
- Mas como que foi isso?
- Por exemplo?
- Você sabe de onde que veio esse termo?
- Isso foi quando?

Anexo 3:

Explicar a dinâmica no início do grupo focal

Faço mestrado em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais desde 2017 e tenho estudado os processos de elaboração e amadurecimento que permeiam as “Muitas” e a “Gabinetona”. Meu objetivo é contar um pouco desta história, a partir de uma metodologia que se posiciona no tempo e no espaço, reconhece seus limites e potencialidade e se propõe a construir coletivamente. Desta forma, minha pesquisa se dividiu em algumas etapas:

1. Acompanhamento diário dos trabalhos da “Gabinetona” como pesquisador-participante;
2. Acompanhamento e participação das imersões e das reuniões das “MUITAS”;
3. Realização de 19 entrevistas semiestruturadas com as candidatas e pessoas-chave por elas mencionadas;
4. Diagnóstico base de pontos-chave a serem aprofundados;
5. Realização de aprofundamento com grupo focal.

Resgatar das entrevistas frases que trazem estes temas à tona:

O que vocês quiseram dizer com isso?

Pelas imagens, introduzir a noção de antagonismo.

Elementos-chave que foram levantados nesse período de estudos:

Anexo 4: Fala dos entrevistados

Rafa Barros:

Eu diria que as “Muitas” é quase que um método de fazer política levando em consideração a representatividade da sociedade, processos que busquem uma maior participação social e uma radicalização dos princípios democráticos e...

[00:39:38.24] Rafael: Eu acho que radicalidade democrática é colocar em questão a própria democracia. E aí nesse sentido, eu digo isso não no sentido da... do esvaziamento do que é o sentido democrático, da nulidade do processo democrático, mas na desconstrução e na diluição dos vícios que foram se constituindo dentro da estrutura democrática. Então assim, apostar numa desconstrução, numa destruição de dispositivos de formas e métodos que foram na verdade engessando o sistema democráticos e afastando a população e as pessoas do seu processo de elaboração, de construção e de decisão efetivos e a nossa possibilidade e a nossa

capacidade de inventar democraticamente, de inventar outros princípios, outros formatos, outros métodos, que possam religar a sociedade e as pessoas ao processo de construção e elaboração política. E nesse sentido, é muito arriscar, assim... Arriscar mesmo fazer política de outras formas, inclusive inimaginadas, para minimamente tentar despertar um reencantamento das pessoas com a capacidade política de *transformação social*, de *transformação da sociedade*. Acho que é um pouco isso.

[00:11:56.05] Júlia: Então, eu acho que é criar, fomentar e se pautar por meio de instrumentos de participação popular. E hoje, pensando no nosso sistema político, é subverter a lógica da democracia representativa. Como a radicalização da democracia, ela vem como um horizonte de uma utopia mesmo, porque a gente entende os limites da democracia representativa, os limites da institucionalidade e até mesmo do cotidiano, mas ela tem que ser um exercício permanente, um exercício de criar fóruns, possibilidade real de escuta, instrumentos que coloquem o mandato, os representantes e, em última instância, a institucionalidade submetida à cidadania. Acho que é isso.

[00:11:20.03] André: Eu acho que radicalização da democracia, eu vejo como um compromisso de construir políticas públicas com as pessoas que são realmente afetadas por aquelas políticas públicas. ... Mas acho que radicalizar a democracia é permitir que as lutas da cidade e as demandas da população realmente ocupem o espaço institucional e não simplesmente acreditar que você vai eleger uma pessoa e ela vai saber tudo que tem que ser feito a qualquer momento, independente de qualquer discussão ou reflexão pública.

Em que consiste este método que o Rafa colocou como sendo elemento essencial às “MUITAS”?

Aqui surge um elemento dessa Radicalidade Democrática. Para vocês, o que faz do nosso fazer político radicalmente democrático?

Democracia radical para Chantal Mouffe: um processo de articulação de hegemonias sempre respeitando os antagonismos. Democracia agonística.

O que torna nosso fazer político radicalmente democrático?

Qual o contraponto da democracia radical? Contra o que nos enfrentamos?

Como a “Gabinetona” se constrói a partir dos antagonismos?

B. Performatizar a política

Gustavo Bones [00:02:06.07] Nesse contexto travado sem escape, onde a representação virou de fato um negócio, a cidade foi espontaneamente vendo brotar uma “movimentação” difusa,

sem forma, sem coordenação, sem direção que, para nós, em uma análise histórica, tem um momento crucial que é a Praia da Estação, que começou lá no final de 2009, começo de 2010, uma ocupação do espaço público, uma performance coletiva, uma festa, quando o Márcio Lacerda, prefeito de BH, que governava com o PT e com o PSDB ao mesmo tempo, ele proibiu eventos de qualquer natureza na maior praça cívica da cidade.

Anexo 5:



Foto de Cida Falabella.

Anexo 6:



Coreografia de movimentos de direita no Brail.

Anexo 7:

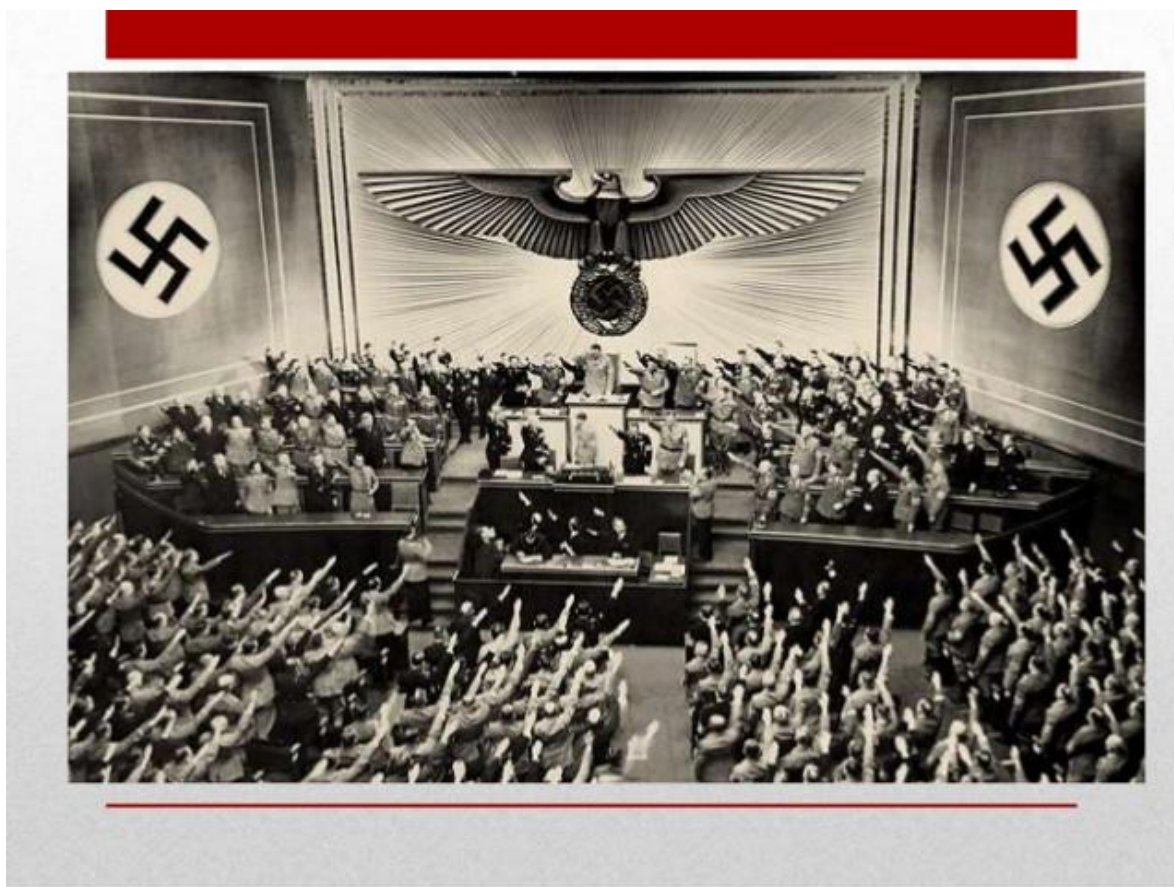


Imagem de convenção do Partido Nacional Socialista Alemão

Anexo 8:



Imagem da “Praia da Estação”: horizontalidade e fetividade

Anexo 9:



Confluência máxima: “os rios confluem, mas ainda há uma separação entre eles”.

Anexo 10:



Anexo 11:

Transcrições de Entrevistas

Gustavo Bones: [00:16:07.04] Eu acho que a gente é sempre acusado de ser identitarista, como se isso retirasse a importância do que a gente traz sempre que é o combate à pobreza, à desigualdade e às opressões.

[00:00:28.03] Dário: Vem, acredito, da capacidade, sobretudo, das forças mais jovens da cidade de construir ocupação dos espaços públicos pelas vertentes da luta de identidades culturais, hip-hop, samba, do carnaval, mais especificamente, dos movimentos LGBTIQs e os movimentos de luta pela moradia, os movimentos... Esses setores que, durante o processo do início do século XXI no Brasil, que ampliou as conquistas e a formação de políticas sociais que o país nunca teve nessa proporção - política de *transferência* de renda - mas que, ao compactuar ou da necessidade de se estabelecer uma estabilidade com setores sobretudo rentistas do país, se afastou, deixou esses espaços urbanos carentes de uma definição de políticas claras. Então, esse avanço desses movimentos propiciou que as “Muitas” nascessem dessa aproximação dessas lutas.

Anexo 12: questões direcionadas aos entrevistados

“Quais os potenciais de uma construção política identitária?”

“Quais os limites de uma política identitária?”

“Durante todo o processo de pesquisa, percebi que a luta anticolonialista está sempre presente, mas que nunca é colocada de maneira isolada ou central.”

“Qual a correlação entre a esquerda tradicional, que coloca a luta de classes como elemento central das articulações políticas e as “MUITAS”, que dão igual valor a outros aspectos, como as identidades e suas lutas específicas de maneira interseccional?”